



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

SOUZANNE LANGNER DUPONT

**ANÁLISE DO LIVRO “COERÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES”,
DE M. SIDMAN (1995)**

Londrina
2007

SOUZANNE LANGNER DUPONT

**ANÁLISE DO LIVRO “COERÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES”,
DE M. SIDMAN (1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dra. Maura Alves Nunes Gongora.

Londrina
2007

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D938a	<p>Dupont, Souzanne Langner. Análise do livro “Coerção e suas implicações, de M. Sidman (1995)” / Souzanne Langner Dupont. – Londrina, 2007. 130f. : il.</p> <p>Orientador: Maura Alves Nunes Gongora. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2007. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Sidman, Murray – Teses. 2. Comportamento – Análise – Teses. 3. Controle aversivo (Psicologia) – Teses. I. Gongora, Maura Alves Nunes. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 159.9.019.43</p>
-------	--

SOUZANNE LANGNER DUPONT

**ANÁLISE DO LIVRO “COERÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES”, DE
M. SIDMAN (1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora Dra. Maura Alves Nunes Gongora
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Marcia Cristina Caserta Gon
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Solange Maria Beggiato Mezzaroba
Centro Universitário Filadélfia/ UniFil/ Londrina

Profa. Dra. Cynthia Borges de Moura
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Yara Kuperstein Ingberman
Centro Universitário Positivo/Curitiba

Londrina, 21 de dezembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a meus pais e a todos que me apoiaram durante a execução deste trabalho. Há alguns agradecimentos especiais que eu gostaria de fazer aqui. O primeiro deles é à minha mãe, pelas tantas palavras de incentivo e momentos de colo que sempre me deram a força necessária para alcançar nossos objetivos. Por ter me resgatado e ter ficado comigo em tantos momentos difíceis e, sobretudo, me feito lembrar de cada dia de sol que teríamos juntas. Agradeço também ao meu pai, que me apoiou de diferentes modos durante esses anos de estudo.

Agradeço às minhas irmãs, Odete, Simone e Andreia, pelas alegrias e ajuda que me deram, cada uma à sua maneira. “Vocês são muito importantes na minha vida e é uma alegria tê-las sempre comigo!”. Outro agradecimento é à minha terapeuta, Juliana dos Santos Taki, a quem estimo e agradeço sobretudo pela confiança em mim. “Ju, você nem imagina o quanto foi importante na minha vida. Todo o seu trabalho foi muito significativo e fez toda a diferença na vida de muitas pessoas, não apenas na minha. Muito obrigada por me acolher e nunca ter desistido de mim!”.

Obrigada Daniel. “Sem você, certamente eu não estaria hoje escrevendo estas linhas de agradecimento. Obrigada por tudo!”

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Maura Alves Nunes Gongora, por tudo que me ensinou em todos esses anos de convivência. Com ela aprendi, não só grande parte do que sei hoje de Análise do Comportamento, mas também valores como comprometimento, seriedade e amor ao que se faz. Obrigada aos demais professores da UEL, sobretudo à Profa. Dra. Maria Rita Zoéga Soares, de quem sempre lembrarei com muito carinho e boas recordações. Obrigada à Paula Freire Cunha pela ajuda e disponibilidade com esse estudo.

Aos meus amigos todos, obrigada pelo incentivo, apoio e sobretudo, pelos bons momentos!

Dedico este trabalho a minha família, “amo muito todos vocês!”

DUPONT, Souzanne Langner. *Análise do livro “Coerção e suas implicações”, de M. Sidman (1995)*. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

No presente estudo analisou-se o livro “Coerção e suas implicações”, de Murray Sidman. Neste livro, Sidman (1989/1995) preocupou-se em demonstrar: (a) a amplitude de ocorrência da coerção, definida por ele como o uso de contingências de reforço negativo e de punição para controlar pessoas, (b) os efeitos indesejáveis da coerção e (c) a indicação do uso de procedimentos baseados em reforço positivo como a melhor alternativa para intervenções comportamentais. A meta desta pesquisa foi estudar o livro “Coerção e suas implicações” verificando posições significativamente diferentes apresentadas por outros autores, sobre certos temas complexos, tratados por Sidman nesse livro. Para tanto, foram examinados e comparados textos de Sidman e de outros autores selecionados, em um estudo teórico-conceitual. Foram feitos dois levantamentos bibliográficos, um preliminar, a partir do qual formularam-se temas para o estudo do livro, e outro complementar, para localizar textos que abordassem mais especificamente os temas formulados. Este levantamento complementar incluiu palavras-chave do controle aversivo e cruzamentos de palavras-chave do controle aversivo com palavras-chave de outras áreas de estudo. O resultado geral foi a formulação de oito temas para estudo. Desses oito temas, quatro referem-se a apontamentos da pesquisadora e os outros quatro, a contraposições de Sidman com outros autores a respeito do controle aversivo. Os resultados apontam as seguintes posições de Sidman, nessa obra, que têm sido debatidas por outros autores: ele não vê a punição como efetiva para manter modificações comportamentais, embora outros autores defendam sua efetividade em certas condições específicas; aponta apenas efeitos indesejáveis de contingências aversivas, ao passo que outros autores apresentam a possibilidade de procedimentos aversivos produzirem também determinados efeitos desejáveis; recomenda a substituição de procedimentos embasados em contingências aversivas por intervenções fundamentadas em reforço positivo, sem discutir amplamente seus (do reforço positivo) possíveis efeitos indesejáveis, um debate que tem sido feito por outros autores. Verificou-se, ainda, que um dos temas selecionados destacou-se por ter merecido grandes debates na literatura mais recente: trata-se da distinção usual entre reforço positivo e negativo. Alguns autores argumentam que ela é ambígua e até que poderia ser abandonada. Outros, incluindo Sidman (2006), apresentam diversas justificativas para sua manutenção. Espera-se que os debates e os esclarecimentos de questões conceituais relativas ao livro “Coerção e suas implicações”, aqui apresentados, possam contribuir com os profissionais analistas do comportamento, no sentido de poderem avaliar melhor as contribuições e os limites que o livro aqui estudado pode oferecer-lhes.

Palavras-chave: Coerção. Controle aversivo. Reforço negativo. Punição.

DUPONT, Souzanne Langner. *Análise do livro “Coerção e suas implicações”, de M. Sidman (1995)*. 2007. 114f. Dissertation (Master`s degree in Behavior Analysis) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

In the present study, the book “Coercion and its fallout”, from Murray Sidman, had been analyzed. Sidman (1989/1995) was concerned about showing: (a) the frequency that coercion occurs, which is defined for him like the use of negative reinforcement and punishment contingencies, (b) the unlike coercion’s effects and (c) indicate the use of procedures based on reinforcement contingencies like the best alternative for behavioral interventions. The objective of this research was study Sidman’s book “Coercion and its fallout”, verifying significant different positions of other authors, about certain complexes themes, treated for Sidman in this book. For that, Sidman’s book and other texts were analyzed and compared, in a theoretic-conceptual study. Two bibliographic researches were made, a first one, which results involved the development of study’s themes, and a complementary one, which results consisted on texts more specific to the themes developed. This complementary research included aversive control key-words and also key-words from other areas. The general results were the development of eight study themes. Four of these eight themes refer to researcher’s considerations and the other four, to comparatives between Sidman’s positions and other authors about aversive control. The results show the following Sidman’s positions, in this book, that have been discussed by other authors: Sidman don’t see punishment like effective for maintaining behavioral modifications, although other authors defend it’s effective in certain specific conditions; appoints only undesirable effects of aversive contingencies, although other authors presents the possibility of aversive contingencies produce also desirable effects; recommends the substitution of procedures based on aversive contingencies for interventions based on positive reinforcement, discussing only superficially the undesirable effects of positive reinforcement, a debate that other authors have made. One of the selected themes was detached because it presents a major debate in the actual literature: it’s about the usual difference made between positive and negative reinforcement. Some authors argue that the distinction is ambiguous and that it could be even abandoned; others, including Sidman (2006), present many justifies for its continuous use. We hope that the debates and the clarifies about conceptual questions about the book “Coercion and its fallout”, here presented, can contribute with behavioral analysts professionals, in the sense of estimate better the contributions and the limits of the book here studied can offers them.

Keywords: Coercion. Aversive control. Negative reinforcement. Punishment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO LIVRO.....	10
1.2 APRESENTAÇÃO DO LIVRO.....	14
1.2.1 A amplitude de ocorrência da coerção	15
1.2.2 Produtos ou implicações da coerção.....	17
1.2.3 Prevenindo ou diminuindo as implicações da coerção.....	23
1.3 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS RELATIVAS AO CONTROLE DO COMPORTAMENTO.....	27
1.4 PROBLEMA DE PESQUISA.....	33
1.5 OBJETIVOS.....	34
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	35
2.1 PASSO I: ESTUDO E RESUMO DO LIVRO	35
2.2 PASSO II: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR E SELEÇÃO DE TEXTOS DE OUTROS AUTORES	35
2.3 PASSO III: EXAME DE TEXTOS DE OUTROS AUTORES E SELEÇÃO DE TEMAS PARA ANÁLISE	36
2.4 PASSO IV: LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS ESPECÍFICOS AOS TEMAS DELIMITADOS	39
2.4.1 Levantamento bibliográfico A.....	39
2.4.2 Levantamento bibliográfico B.....	41
2.5 PASSO V: SELEÇÃO DE RESUMOS OBTIDOS NOS LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS A E B, ESPECÍFICOS AOS TEMAS DELIMITADOS	43
2.5.1 Critérios de exclusão de resumos do estudo.....	43
2.5.2 Critérios de inclusão de resumos no estudo	45
2.5.3 Seleção por tipo de publicação	47
2.6 PASSO VI: OBTENÇÃO E LEITURA DE TEXTOS COMPLETOS.....	50
2.7 PASSO VII: ELABORAÇÃO DE TEXTO FINAL SOBRE OS RESULTADOS.....	50
3 RESULTADOS 01: APONTAMENTOS DA PESQUISADORA E CONTRAPOSIÇÕES DE SIDMAN COM OUTROS AUTORES A RESPEITO DO CONTROLE AVERSIVO	52

3.1 APONTAMENTOS DA PESQUISADORA SOBRE TEMAS DELIMITADOS NO PASSO III DA METODOLOGIA.....	52
3.1.1 Tema I - Ao usar o conceito de coerção, Sidman não faz distinção entre os efeitos produzidos por procedimentos fundamentados em reforço negativo e em punição ...	53
3.1.2 Tema II – Sidman não diferencia os subprodutos de procedimentos fundamentados em contingências de punição tipo 1 e tipo 2.....	53
3.1.3 Tema III – Sidman estende a aplicação do termo coerção aos efeitos danosos de fenômenos naturais.....	54
3.1.4 Tema IV – Sidman não é claro no uso do termo “consciência”	56
3.2 TEMAS SOBRE CONTROLE AVERSIVO, RESULTANTES DE COMPARAÇÃO ENTRE SIDMAN E OUTROS AUTORES SELECIONADOS	57
3.2.1 Tema V – Efetividade de procedimentos de punição em manter modificações comportamentais.....	57
3.2.2 Tema VI – Subprodutos indesejáveis de procedimentos de punição e de reforço negativo.....	60
3.2.3 Tema VII – Sidman recomenda a substituição de procedimentos fundamentados em contingências aversivas por intervenções pautadas em reforço positivo	67
4 RESULTADOS 02: TEMA VIII – SIDMAN (1995) ABORDA DE MANEIRA DICOTÔMICA, DO PONTO-DE-VISTA TEÓRICO-CONCEITUAL, OS PROCESSOS COMPORTAMENTAIS ENVOLVIDOS NAS CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO POSITIVO E DE REFORÇO NEGATIVO	74
4.1 CRÍTICAS ÀS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DE CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO POSITIVO E DE REFORÇO NEGATIVO	74
4.2 POR QUE A DISTINÇÃO ENTRE REFORÇO POSITIVO E NEGATIVO CONTINUA SENDO UTILIZADA E ENSINADA?.....	82
4.3 POSIÇÃO DE SIDMAN (2006) ACERCA DA DISTINÇÃO ENTRE REFORÇO POSITIVO E REFORÇO NEGATIVO	89

5 CONCLUSÕES.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES.....	101
APÊNDICE 1 – LISTAGEM PRELIMINAR DE CONSIDERAÇÕES SOBRE SIDMAN (1995), PRODUZIDA NO PASSO I DA METODOLOGIA	102
APÊNDICE 2 – TEXTOS DE AUTORES SELECIONADOS EM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR, NO PASSO II	105
APÊNDICE 3 – REFERÊNCIAS DOS TEXTOS QUE SUBSIDIARAM A DEFINIÇÃO DOS TEMAS SELECIONADOS NO PASSO III DA METODOLOGIA.....	109
APÊNDICE 4 – TEXTOS SELECIONADOS, NA BASE DE DADOS PSYCINFO, CONFORME CRITÉRIOS DEFINIDOS NO PASSO VI, PARA COMPLEMENTAR A DISCUSSÃO DOS TEMAS ABORDADOS NESTA PESQUISA.....	112

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo geral estudar o livro “Coerção e suas implicações”, de M. Sidman (1995), comparando-se posições desse autor com posições de outros analistas do comportamento, em uma análise teórico-conceitual. Neste capítulo introdutório, serão apresentadas as justificativas para a escolha desse livro, as definições operacionais de controle aversivo e de reforço positivo, o problema de pesquisa e os objetivos deste estudo.

1.1 JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DO LIVRO

O livro “Coerção e suas implicações”, de M. Sidman (1995), foi originalmente publicado em 1989. Composto por 17 capítulos, além da Introdução, é direcionado não apenas para profissionais que trabalham com intervenções comportamentais, mas também para o público leigo: “para todas as pessoas que estão preocupadas com nosso futuro como espécie” (Sidman, 1995, p. vii).

No Brasil, o livro tem tido grande repercussão, desde sua tradução em 1995. Sidman é um dos autores mais conhecidos e citados dentro da Análise do Comportamento. Um exemplo de sua importância na área é seu recebimento, em 1996, do Prêmio pela Difusão Internacional da Análise do Comportamento – 1996 (*1996 Award for the international Dissemination of Behavior Analysis*), concedido pela Sociedade para o Avanço da Análise do Comportamento (*Society for the Advancement of Behavior Analysis*). Os indicados para esse prêmio devem ter contribuído significativamente para o desenvolvimento internacional da Análise do Comportamento, por meio da sua difusão ou de programas comportamentais em países fora dos Estados Unidos (*Society for the Advancement of Behavior Analysis* [SABA]).

Em seu discurso de recebimento, Sidman (2001) destacou quatro de suas obras: “Táticas da Pesquisa Científica”, “Coerção e suas implicações”, “Neuroanatomia” e “Relações de Equivalência e Comportamento”. Ao comentar o livro “Coerção e suas implicações”, afirmou ter extrapolado a partir dos estudos de laboratório realizados por muitos pesquisadores e ter

comparado duas maneiras poderosas de influenciar pessoas (reforçamento positivo versus punição). Segundo ele, foi capaz de confirmar que os efeitos colaterais da punição são responsáveis pela maior parte dos elementos que tornam a vida desagradável e, às vezes, até mesmo sem valor. Ao término de seu discurso, Sidman (2001) relatou que suas contribuições tenderam a levantar mais perguntas do que fornecer respostas e afirmou que esta é a origem de seus próprios reforçadores, já que ele sempre suspeitou de respostas óbvias.

Uma outra maneira de se levantar mais dados numéricos relacionados à disseminação do livro “Coerção e suas implicações” e do próprio nome de Sidman no Brasil, é por meio de buscas no *site* www.google.com.br. A título de comparação, foram pesquisados também os demais vencedores do Prêmio pela Difusão Internacional da Análise do Comportamento (*Award for the Internacional Dissemination of Behavior Analysis*), concedido pela Sociedade para o Avanço da Análise do Comportamento (SABA): Dr. Masayo Sato, Dr. Emilio Ribes-Inesta, Comunidad los Horcones, Dr. Liliana Mayo, Dr. Carolina Bori, Paolo Moderato, Dr. Maria Malott, Dr. Michael Davison, Dr. R. Douglas Greer e Dr. Joseph Morrow.

A pesquisa foi realizada no dia 25 de setembro de 2006 e como critério, foram utilizadas páginas escritas apenas em português e páginas do Brasil. Os arquivos encontrados poderiam ter qualquer formato, em páginas atualizadas em qualquer data. A ocorrência da expressão poderia ocorrer em qualquer lugar da página e em qualquer *site* ou domínio. Os resultados obtidos não foram filtrados por qualquer tipo de licença e referem-se a números aproximados. A tabela abaixo mostra as palavras-chave utilizadas e o resultado, em páginas em português e em páginas do Brasil:

Tabela 1 – Número de páginas em português e em páginas do Brasil em que se encontrou citado o nome de Murray Sidman e de outros autores vencedores do Prêmio pela Difusão Internacional da Análise do Comportamento (*Award for the Internacional Dissemination of Behavior Analysis*), concedido pela Sociedade para o Avanço da Análise do Comportamento (SABA).

Expressões (autores)	Páginas em português	Páginas do Brasil
Masayo Sato	0	0
Emilio Ribes-Inesta	23	22
Comunidad los Horcones	8	15
Liliana Mayo	32	33
Carolina Bori	562	569
Paolo Moderato	0	0
Maria Malott	6	10
Michael Davison	15	5
Douglas Greer	20	25
Joseph Morrow	2	2
Murray Sidman	86	85

Verificando-se os dados da tabela 1, pode-se observar que Sidman é o segundo autor mais disseminado no Brasil, ficando atrás apenas de Carolina Bori. É importante notarmos que talvez o falecimento recente de Carolina Bori, na data da busca, tenha influenciado no resultado da pesquisa.

Já com o nome do livro, também em 25 de setembro de 2006 e seguindo-se os mesmos critérios da busca anterior, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 2 – Número de páginas em português, em páginas do Brasil e na web em que apareceu o nome do livro de Sidman (1995), o original em inglês e o nome de Sidman.

Títulos/autor	Páginas em português	Páginas do Brasil	Na web
Coerção e suas implicações	194	184	190
Coercion and its fallout	16	17	305
Murray Sidman	86	85	829

Com os dados da tabela 2, verifica-se o quanto a comunidade brasileira utiliza a tradução do livro de Sidman e o quanto essa obra do autor é conhecida, até mesmo mais citada que o nome dele.

Sidman também já recebeu da Sociedade para o Avanço da Análise do Comportamento (SABA) o prêmio por Serviço Diferenciado à Análise do Comportamento (*Distinguished Service to Behavior Analysis*). Esse prêmio é concedido a indivíduos que demonstraram uma contribuição válida e sustentada à Análise do Comportamento por vários anos, ensinando, pesquisando e/ou atuando na área prática. Além de Sidman, já foram premiados: Donald Baer, Montrose Wolf, Ogden Lindsley, Sidney Bijou, Jack Michael, Victor Laties, Beth Sulzer-Azaroff, Jon Bailey, James Dinsmoor, Philip Himeline e Joseph Brady (SABA, n.d).

Comparando-se o nome de Sidman com os de outros autores premiados por Serviço Diferenciado à Análise do Comportamento (*Distinguished Service to Behavior Analysis*), seguindo-se o mesmo critério de busca anterior, temos:

Tabela 3 – Número de páginas em português e em páginas do Brasil em que se encontra citado o nome de Murray Sidman e de outros autores vencedores do Prêmio por Serviço Diferenciado à Análise do Comportamento (*Distinguished Service to Behavior Analysis*), concedido pela Sociedade para o Avanço da Análise do Comportamento (SABA)

Autores	Páginas em português	Páginas do Brasil
Donald Baer	17	17
Montrose Wolf	2	1
Ogden Lindsley	0	0
Sidney Bijou	1	1
Jack Michael	387	222
Victor Laties	0	0
Beth Sulzer-Azaroff	2	1
Jon Bailey	8	4
James Dinsmoor	0	0
Philip Himeline	0	0
Joseph Brady	99	83
Murray Sidman	86	85

A partir dos dados da tabela 3, verifica-se que Murray Sidman é o terceiro autor premiado por Serviço Diferenciado à Análise do Comportamento mais disseminado no Brasil, ficando atrás apenas de Jack Michael e Joseph Brady.

Considerando-se o quanto a comunidade brasileira se respalda na obra de Murray Sidman e o quanto seu livro “Coerção e suas implicações” é citado em relevantes publicações nacionais, entende-se que a produção de conhecimento decorrente da análise detalhada do livro mostra-se justificada por sua relevância tanto teórica, como social.

1.2 APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Esta seção tem por objetivo apresentar, sucintamente, um resumo do livro “Coerção e suas implicações” (Sidman, 1995). Inicialmente, há uma demonstração da amplitude de ocorrência de práticas coercitivas. Em seguida, há a apresentação dos produtos ou implicações do uso da coerção, inseridos em três amplas classes comportamentais: agressão, fuga e esquiva. Finalmente, são destacadas formas de se prevenir e diminuir a utilização da coerção.

O objetivo de Sidman neste livro é divulgar a Análise do Comportamento como uma ciência que provê métodos para formular e responder importantes questões sobre a conduta humana. Ele defende que aprimorando-se essa comunicação, seria possível corrigir concepções incorretas sobre questões, métodos, descobertas e importância da pesquisa comportamental e, conseqüentemente, informar ao público acerca da coerção, dos prejuízos que esta acarreta e de técnicas que poderiam substituí-la.

A palavra coerção é utilizada por Sidman (1995) para denotar o uso de punição ou de ameaça de punição. O autor trata do uso de contingências de punição e de reforço negativo. Na literatura comportamental, contingências de punição e de reforço negativo são denominadas controle aversivo. Punição seria uma relação em que as conseqüências de determinado comportamento tornariam sua ocorrência menos provável. Já em contingências de reforço negativo, o comportamento do organismo é reforçado pela remoção ou prevenção de estímulos aversivos (Catania, 1999).

1.2.1 A amplitude de ocorrência da coerção

Para Sidman (1995), o uso da coerção é a forma mais comum com que as pessoas tentam controlarem-se umas às outras – em todas as esferas da interação humana, a coerção seria a forma de controle utilizada quase que exclusivamente. Nosso mundo é considerado extremamente coercitivo, e somos constantemente bombardeados por sinais de perigo e ameaças. A natureza desaba suas forças sobre nós se não tomarmos precauções: utilizamos muito tempo e trabalho para nos prevenir de ameaças tais como frio, calor, chuva, neve, enchente, terremoto e fogo. O próprio corpo do ser humano o coage à medida que envelhece. As úlceras, os ataques cardíacos, a estafa e outros problemas freqüentes na população como um todo, podem, em parte, ser produto da coerção a que somos submetidos.

Na escola, o uso de coerção resulta em indisciplina, desistência e crianças que menosprezam professores e odeiam a escola. Se o professor impede que o aluno desligue-se da aula, o aluno passa a desistir fisicamente. Impedidas essas duas formas de fuga, surgem agressão e outros tipos de disrupção. Quando adultos, esses alunos negligenciam ou evitam ativamente oportunidades de educação ou de treinamento, além de seguirem o mesmo modelo coercitivo ao se tornarem professores e/ou pais. E não apenas os alunos abandonam o sistema educacional, mas os professores que se descobrem não apenas fracassando em ensinar efetivamente, mas também em manter um ambiente que conduza à aprendizagem, fazem o mesmo: fogem.

Em casa, a coerção é responsável pela saída dos membros familiares. Relações coercitivas entre membros de um casal podem acarretar divórcio, separação, abandono, transtornos comportamentais e suicídio. Os pais podem desistir da família também por meio de alcoolismo, excesso de trabalho ou de televisão.

Sidman (1995) pontua que punição freqüente acarreta fuga dos filhos de casa, assim que puderem. Logo cedo, a criança aprende a utilizar coerção e se torna criança-problema. Além disso, se é exposta a interações familiares baseadas em contingências de reforço negativo, sua “personalidade” e sua adaptação às demandas da sociedade serão diferentes de outra que foi exposta a contingências de reforço positivo. Sentirão a vida de maneira muito diferente. Adolescentes, em um primeiro momento, prestam pouca atenção ao que é dito a eles, não

assumem maiores responsabilidades, não dão, nem solicitam afeto. Posteriormente, podem reproduzir esse modelo como país.

Nos locais de trabalho, a coerção mútua entre patrão e empregados resultou em um deslocamento de energia e atenção dos objetivos originais das organizações. A produtividade decaiu, na medida em que empregadores e empregados passam a preocupar-se com coerção e contracoerção.

Em grandes instituições, como governo e indústria, foge-se da responsabilidade passando-a para outras pessoas. Esta rota de fuga tem levado à proliferação de diretores, gerentes, líderes de projetos e consultores técnicos, embora o crescimento da burocracia industrial e governamental seja usualmente justificado como uma medida de eficiência. A fuga da solução de problemas torna-se ainda mais reforçadora quando uma decisão errada poderia causar catástrofe. Desse modo, não se faz nada.

No sistema de justiça, a coerção gera, para os transgressores, subterfúgio e desobediência; e para os que fazem cumprir o sistema, brutalidade. Entre as nações, com o objetivo de manter alinhados economicamente e militarmente outros países, a coerção pode resultar também em ciúmes, animosidades e contracontrole [tal como o terrorismo hoje]¹. No campo político, a diplomacia coercitiva produziu uma verdadeira corrida por produção de armas nucleares.

Práticas coercitivas dentro de religiões organizadas fazem com que pessoas deixem suas igrejas e talvez até mesmo abandonem sua fé pessoal. As estruturas institucionais que promovem, organizam e governam a crença e condutas religiosas descobrem que é cada vez mais difícil reter congregações e recrutar jovens, através da coerção.

Continuando, em relação ao campo da educação e da terapia, Sidman (1995) assinala que a utilização de técnicas coercitivas por psicólogos, psiquiatras e educadores traria prejuízos aos clientes, aos quais seriam negados benefícios de muitas técnicas não coercitivas de Análise do Comportamento que provaram ser efetivas. Além disso, desde que um único episódio de punição pareça funcionar, o uso de punição pelo profissional será reforçado. Desse modo, terapia coercitiva produziria terapeutas coercitivos. No caso da Análise do Comportamento, um dos prejuízos do uso de punição para modificação de comportamento é que muitos a vêem como a “ciência da coerção”.

¹ Consideração da autora e não de Sidman (1995).

1.2.2 Produtos ou implicações da coerção

Como vimos, Sidman (1995) procura mostrar que a coerção está por todos os lados. E quais seriam as implicações disso? A seguir, pontuamos três classes comportamentais que, segundo o autor, têm sua probabilidade aumentada com a ocorrência de práticas coercitivas: agressão, fuga e esquiva.

Agressão

Conforme Sidman (1995), a punição aumenta a probabilidade de comportamentos agressivos: um indivíduo depois de ser punido, fará qualquer coisa para ter acesso a outro indivíduo para que possa atacá-lo. Desse modo, o sucesso da contra-agressão coloca em movimento uma estrutura autopropagadora de um estilo de vida agressivo.

Fuga

Continuando a análise apresentada pelo autor, se indivíduos punidos forem confinados ou restringidos fisicamente e não puderem escapar, a coerção inevitavelmente produzirá contracontrole, o que pode ser indesejável por parte de quem tenta controlar o comportamento de tais indivíduos.

Assim, punição, além de seu efeito pretendido usual – reduzir conduta indesejável – também aumentará a probabilidade de outro comportamento; se possível, aquele que recebe punição irá desligá-la ou fugir. Do ponto de vista daquele que está punindo, fazer o punido escapar pode ser um resultado não-pretendido e altamente indesejável (Sidman, 1995, p. 107).

Comportamentos de fuga têm portanto, sua probabilidade aumentada diante de eventos punitivos. Uma forma comum de punir os outros é utilizar-se de reforçadores negativos como punidores: podemos atingir as pessoas com reforçadores negativos como uma consequência de algo que tenham feito. Sidman (1995) explica:

Para que o término de um evento seja reforçador, primeiro o evento tem de ocorrer: o choque tem de acontecer antes que possamos desligá-lo. O que estávamos fazendo quando o choque apareceu? O que quer que seja, é menos provável que repitamos esse ato no futuro, ainda que ele não tenha realmente trazido o choque (Sidman, 1995, p. 111).

Para o autor, reforçadores negativos e punidores são os mesmos eventos funcionando de maneiras diferentes e podem tornar-se ligados em um círculo vicioso. Ou seja, um choque do qual se foge, também pune o que quer que se tenha feito antes de sua ocorrência. E um choque que pune, também estabelece o potencial para reforçamento negativo: ele reforçará tudo o que quer que façamos para desligá-lo ou escapar dele.

Continuando sua análise da coerção, Sidman (1995) enfatiza a punição condicionada. Ele pontua que existem punidores naturais, ou seja, estímulos que ocorrem de maneira excessiva, incomum, dolorosa ou perigosa e que param o comportamento que está ocorrendo, independente da circunstância. Contudo, outros aspectos do ambiente, ainda que não inerentemente aversivos, também podem funcionar como punidores. Esses eventos neutros que se tornam punidores são chamados de “punidores condicionados”, já que sua probabilidade de parar o comportamento é condicional a outras circunstâncias.

Assim, um elemento que leva à punição torna-se também um punidor. Ambientes inteiros podem se tornar reforçadores ou punidores por si mesmos: o ambiente onde o indivíduo é punido torna-se ele mesmo punitivo e o indivíduo reage a ele como a um punidor natural. “O primeiro efeito colateral da punição, então, é dar a qualquer sinal de punição a habilidade para punir por si mesmo” (Sidman, 1995, p. 101). Com a adição de cada novo punidor ao ambiente, a vida se tornaria menos satisfatória e mais desesperada.

Também o ambiente social é uma fonte importante de punição condicionada. As pessoas que usam punição tornam-se elas mesmas punidores condicionados: apenas sua presença pode ser punitiva e as outras pessoas podem fugir, além de as temerem, odiarem e de esquivarem-se delas.

Sidman (1995) defende que, embora a punição pareça funcionar, os problemas que surgem mais tarde consomem esforço, dinheiro e sofrimento emocional; e, freqüentemente, é muito tarde para resolvê-los. Controle coercitivo engendraria efeitos colaterais, freqüentemente não esperados, que envenenam a relações institucionais e sociais cotidianas. Para ele, quando

utilizamos esse tipo de controle “plantamos as sementes do desengajamento social, do isolamento da sociedade, da neurose, da rigidez intelectual, da hostilidade e da rebelião” (Sidman, 1989, p. 18). E mais: “(..) o predomínio da coerção é responsável por muitos dos mais sérios problemas da sociedade; nossa dependência contínua da coerção em relações internacionais ameaça agora nos levar ao extermínio mútuo” (p. 27).

A principal razão para se punir seria obter o controle sob a ação de outras pessoas. Para Sidman (1995), a punição somente ensina o que não fazer, quando muito. A punição eliminaria comportamentos, mas o faria exterminando aquele que se comporta. Os dados de laboratório apresentados por ele sustentam fortemente a posição de que procedimentos de punição têm sérias desvantagens e, por isso, a urgência por alternativas para esse tipo de controle.

Segundo o autor, por mais que o uso da coerção atinja seu objetivo imediato, em longo prazo, ela não funciona. De acordo com ele, o animal em um esquema de punição realmente pára de pressionar a barra, mas apenas temporariamente – o comportamento não é eliminado permanentemente. Por outro lado, se os choques forem muitíssimo intensos, a atividade não mais se recupera, se o rato não encontrasse outra maneira de obter comida, por exemplo, morreria de fome. “Se a punição for suficientemente forte, pode até mesmo por um fim à produção de reforçadores positivos que sustentam a vida” (Sidman, 1995, p. 87). As conseqüências da punição cancelam seus benefícios e são responsáveis por muito do que está errado em nossos sistemas sociais.

Além de suprimir a conduta indesejada, a punição faz muitas outras coisas. Quando levamos em consideração todos os seus efeitos, o sucesso da punição em livrar-se de comportamento parece inseqüente. As outras mudanças que ocorrem nas pessoas que são punidas e, o que é às vezes ainda mais importante, as mudanças que ocorrem naqueles que executam a punição, levam inevitavelmente à conclusão de que a punição é o método mais sem sentido, indesejável e mais fundamentalmente destrutivo de controle da conduta (Sidman, 1995, p. 90).

Esquiva

Esquivar-se de um estímulo ou de uma situação aversiva significa prevenir sua ocorrência. Embora Sidman (1995) considere parte de nossos comportamentos de esquiva como adaptativos, no sentido de nos proteger do mundo natural em que vivemos, ele avalia que vários prejuízos sociais derivam-se desse tipo de comportamento. Muitas pessoas esquivam-se de suas

famílias, escolas, ou comunidades coercitivas, mantendo distância dessas ou adotando estilos de vida completamente diferentes. Outros, se esquivam de participar das responsabilidades de sua comunidade e das políticas públicas. Cria-se então um vácuo nas instituições de governo representativo, segurança pública, justiça social e oportunidade econômica que acaba sendo ocupado por incompetentes e criminosos.

Pessoas ricas, poderosas e proeminentes esquivam-se de inconveniências pessoais em relação ao desempenho de responsabilidades da comunidade e acabam por criar um sistema de justiça duplo. As outras pessoas, diante dessa situação, esquivam-se olhando para o outro lado, ou seja, não tomam providências no sentido de incriminarem os culpados para que a mesma regra se aplique a todos. Tal atitude resulta em incompetência e desonestidade em empresas, exército e dentro de profissões.

De acordo com Sidman (1995), as pessoas emitem uma quantidade impressionante de esquiva e a maioria delas trabalha para prevenir fome extrema, congelamento e sede. Esquiva também é utilizada

... para estabelecer e manter habilidades acadêmicas, interações familiares, práticas sexuais, relações sociais, costumes grupais, obediência às leis, afiliações políticas, valores morais, associações de negócios e alianças internacionais (Sidman, 1995, p. 148).

Assim, a esquiva pode ser a origem de muitos comportamentos usualmente classificados pela psiquiatria como transtornos mentais. Muitos dos efeitos colaterais da coerção envolvem atos de esquiva que são desnecessários, irrealistas ou não-adaptativos e ao se considerar se a punição funciona, devem-se pesar esses efeitos colaterais.

Algumas formas de esquiva seriam mais problemáticas que outras e, às vezes, podem preocupar tanto uma pessoa a ponto de interferir em seu cotidiano. Sendo a coerção social tão predominante, a ansiedade severa oriunda de sinais de aviso de punição, perda, fracasso ou embaraço inevitáveis surgem frequentemente em interações cotidianas. Essas práticas coercitivas resultam em pessoas que geram ansiedade, pânico, paralisia e depressão nos demais. Alguns chegam a atribuir o autismo infantil a uma história de punição excessiva. Também a depressão do adulto tem como característica mais consistente a ausência de comportamento adaptativo. As prisões e as forças armadas são campos férteis para a depressão comportamental.

O sofredor, incapaz de controlar sua incapacidade, sente culpa e perda de auto-respeito. “Então, em qualquer momento que uma punição inevitável seja iminente, seus sinais de aviso podem produzir incapacitação completa ou parcial, preocupação inútil e sofrimento físico” (Sidman, 1995, p. 219). Embora consideradas uma forma de ansiedade e tratadas farmacologicamente, essa supressão condicionada de comportamentos constitui-se em um dos efeitos colaterais mais custosos de nossa sociedade coercitiva.

Segundo Sidman (1995), quando eventos punitivos são seguidos por reforçamento positivo pode-se ter como resultado conduta patológica. Pessoas institucionalizadas podem, por exemplo, apresentar comportamentos de auto-injúria. Outro exemplo seria o masoquismo, ou seja, a dor no contexto de atividade sexual.

É importante notar que, conforme aponta o autor, para a sociedade, o uso do controle coercitivo resulta em sofrimento humano, desajustamento e capacidade reduzida para engajamento construtivo. Algumas vezes, a própria segurança da comunidade é ameaçada, como no caso de espancadores, assassinos e outras formas de conduta patológica.

Segundo o autor, essas contingências realmente ensinam, mas ao olharmos mais de perto, percebemos que as pessoas confinam-se ao que é seguro e previsível, incapazes de experimentar e livrar-se do estabelecido. A vida torna-se estreitamente restringida e os indivíduos se tornam negativos e inflexíveis. Esquivam-se de tomar decisões erradas não tomando decisão alguma. O terrorismo também seria uma maneira de esquivar-se de severas coações sociais, políticas e religiosas.

Contingências de reforço negativo, particularmente se intensas e contínuas, podem tornar indivíduos em autômatos, ou seja, incapazes de relaxar sua vigilância por desligar choques. O único critério de sucesso passa a ser sua efetividade em reduzir a quantidade de choques que ele toma. O repertório comportamental torna-se estreito, deixando o sujeito temeroso por novidades e com medo de explorar. Seu repertório pode possibilitar a sobrevivência dentro de rotinas estabelecidas, embora talvez de uma maneira estereotipada, mecânica ou compulsiva.

A punição envenena relações, empurra crianças para fora da família, subverte a aprendizagem, gera violência e nos torna doentes. O reforçamento negativo produz vidas de desespero, esmaga a engenhosidade e a produtividade, transforma a alegria em sofrimento, confiança em si mesmo em medo e amor em ódio (Sidman, 1995, p. 231).

Nem sempre somos avisados quando seremos punidos. Embora se sabendo que se está em perigo, nenhum sinal específico diz de onde e quando a punição virá. Essa aparente falta de contato com a realidade é uma característica inevitável da esquiva e o controle coercitivo pode gerar conduta aparentemente patológica.

Se a punição for freqüente, o indivíduo aprende que o caminho mais seguro é ficar quieto e fazer tão pouco quanto possível, ficando cada vez mais sob controle coercitivo. O autor assinala que “(...) este triste estado de coisas tem aumentado enormemente a demanda por psicólogos clínicos, psiquiatras, assistentes sociais, analistas aplicados do comportamento e outros profissionais” (Sidman, 1995, p. 106).

Pressões naturais e sociais intensas restringem os repertórios comportamentais. O sucesso inicial da esquiva origina fracasso, ou seja, à medida que o tempo passa sem punições, a esquiva parece desnecessária. Desse modo, conseqüências raras e remotas parecem irreais, tais como: destruição nuclear, doenças. O controle por esquiva produz todos os efeitos colaterais da punição. Se os indivíduos puderem fugir, eles o farão.

Quando usamos contingências de esquiva para ensinar filhos, alunos, empregados, prisioneiros, cidadãos ou escravos o que eles devem e o que não devem fazer, é altamente provável que nós também estejamos sobrecarregando-os com superstições, rituais e compulsões (Sidman, 1995, p. 157).

Assim, na visão do autor, conseqüências negativas para o repertório comportamental são igualmente trazidas por contingências punitivas. Como exposto anteriormente, punição reforça comportamentos de fuga e, desistir de aspectos coercitivos, mas importantes, pode empobrecer severamente a existência de um indivíduo. A sociedade também é perdedora quando um indivíduo pára de participar.

Jovens podem utilizar drogas e esquecer de restrições, repressões e agressões da vida, já que reduzem a acuidade sensorial, distorcem a percepção e prejudicam o julgamento. Também o suicídio é a fuga última de uma vida dominada por reforçamento negativo e punição. As pessoas também podem tentar suicidar-se para obter concessões dos demais, ou seja, coagi-los a agir de determinadas maneiras.

Nas diferentes sociedades humanas, muitas pessoas classificadas como desistentes podem ser fugitivos da coerção, que jamais tiveram acesso a reforçadores positivos

supostamente disponíveis. Em famílias economicamente bem-sucedidas, onde o único apoio conhecido é o monetário e ainda, não contingente a comportamentos esperados, jovens emocionalmente privados desperdiçam seus recursos financeiros diante de quaisquer reforçadores positivos.

1.2.3 Prevenindo ou diminuindo as implicações da coerção

Sidman (1995) defende que com o desenvolvimento da Análise do Comportamento as pessoas de boa vontade podem ficar otimistas quanto às nossas chances de sobrevivência. Podemos alterar nosso comportamento sem modificar nossos processos biológicos ou carga genética: através de mudanças em nosso próprio ambiente, produzimos mudanças em nosso próprio comportamento. E para mudar nossas interações uns com os outros, devemos mudar o que nós fazemos. Dessa maneira, se quisermos que nossas instituições mudem, sejam elas educacionais, governamentais ou industriais, precisamos mudar o comportamento dos indivíduos que as compõem.

A mudança comportamental a que Sidman (1995) se refere é a necessidade de substituição de controle coercitivo por não-coercitivo. De acordo com ele, “quando olhamos para o quadro geral (...) punir ou não punir deixa de ser um problema genuíno. A resposta clara é “não” (Sidman, 1995, p. 21). O autor também previne as pessoas interessadas na mudança de comportamentos: “é mais provável atingir o objetivo desejado ensinando a um paciente o que fazer do que alertando-o sobre o que não fazer” (Sidman, 1995, p.34). E mais, seria papel dessas pessoas divulgar alternativas às práticas coercitivas:

Analistas do comportamento e terapeutas de todo tipo poderiam ajudar-se mais e ao mesmo tempo contribuir de forma única para a sociedade, estimulando restrições sobre o uso de punição dentro da profissão. (...) faríamos melhor tanto para nós mesmos como para o público em geral defendendo, tornando públicos e ensinando métodos alternativos de educação e tratamento que nossa ciência tornou disponíveis (Sidman, 1995, p. 25).

Sua referência à Análise do Comportamento nesse sentido é de que esta, além de mostrar que qualquer uso de punição deve ser deplorado, produziu muitas alternativas efetivas que atingem os mesmos objetivos da punição. Ele alerta que essas alternativas são não-tradicionais e não-familiares, mesmo para psicólogos. Algumas não são tão fáceis de aplicar ou tão rápidas em sua ação, comparando-se com uma precisa e intensa punição ou reforçador negativo. Contudo, são extremamente necessárias devido ao extenso número de efeitos colaterais da punição.

Seria preciso aceitar a existência do controle comportamental para que então os métodos não-coercitivos disponíveis para produzir mudanças comportamentais desejadas fossem aproveitados. Uma contribuição única da Análise do Comportamento teria sido as demonstrações de como utilizar contingências de reforço positivo, isto é, a prática de recompensar pessoas não por deixá-las fugir da punição, mas por deixá-las produzir algo bom. O reforço negativo, a punição e o reforço positivo são as três fontes poderosas de controle comportamental. Porém, a utilização de reforço positivo tem ainda vários aspectos positivos: “Reforçamento positivo deixa-nos livres para satisfazer nossa curiosidade, para tentar novas opções” (Sidman, 1995, p. 109).

A dificuldade de aplicação de métodos alternativos seria apenas temporária, conforme o autor: “(...) com exposição adequada à Análise do Comportamento, o uso do reforçamento positivo e outras técnicas não-coercitivas pode tornar-se a segunda natureza, parecendo até mesmo tão fácil quanto a coerção e agindo não menos rapidamente” (Sidman, 1995, p.233). O reforçamento positivo realmente controla comportamento tanto quanto a coerção. Mas sua vantagem é nos ensinar novas formas de agir ou manter aquilo que já aprendemos, sem criar os subprodutos típicos da coerção.

Freqüentemente os métodos de controle coercitivos existentes podem ser substituídos por não-coercitivos. A partir da identificação de um reforçador, pode-se utilizá-lo para essa substituição. Reforço positivo pode ser utilizado em qualquer relação. Em um relacionamento baseado em contingências de reforço positivo forte e freqüente, uma punição esporádica não causará prejuízo algum em longo prazo. Desse modo, uma maneira de impedir que as pessoas façam algo sem puni-las é oferecer-lhes reforçadores positivos por fazerem alguma outra coisa. Fortalecer as ações desejáveis que substituirão a indesejável.

A supressão temporária de um comportamento punido nos daria uma oportunidade para ensinar ao indivíduo algo novo, ou seja, uma outra maneira de obter os

mesmos reforçadores. “Tendo parado momentaneamente um ato indesejável punido-o suavemente, podemos então substituí-lo por meio do reforçamento positivo de uma atividade mais desejável” (Sidman, 1995, p. 87).

Se reforço positivo geralmente predomina no ambiente, a ocorrência de comportamentos indesejáveis será apenas ocasional. Nas famílias em que há prática de reforço positivo, raramente surgem motivos para punição. Porém,

Utilizado inabilmente, o reforçamento positivo pode fortalecer conduta que é tão indesejável quanto quaisquer efeitos colaterais da coerção. Se nunca damos atenção, afeição e outros reforçadores, exceto quando nossas crianças comportam-se mal, o resultado será mau comportamento contínuo (Sidman, 1995, p. 251).

As pessoas que utilizam contingências de reforço positivo, além de serem muito amadas, controlam nossa conduta muito efetivamente.

O uso de contingências coercitivas precisa ser restrito. A punição, por exemplo, pode ser necessária para colocar um fim rápido a uma situação perigosa. “Erros, uma falta temporária de informação relevante, ou uma emergência ocasional podem justificar a punição como um tratamento de último recurso, mas nunca como o tratamento de escolha” (Sidman, 1995, p. 22).

Sidman (1995) dedica um parágrafo à esquivas úteis. Segundo ele, se devemos sobreviver, temos que aprender a nos esquivar de situações potencialmente perigosas. A noção de esquivas úteis conduziu à concepção de que a ansiedade não deve sempre ser eliminada. Aprendemos muitos tipos de esquivas úteis, não por meio da experiência real, mas por meio de controle verbal de pais, professores e parceiros. “Com um ambiente familiar onde predomina reforçamento positivo, tais punições, fracas ou fortes, provavelmente não devem produzir crianças ansiosas ou medrosas” (Sidman, 1995, p. 143). Se quisermos fazer algo sobre o comportamento de esquivas, nosso curso mais efetivo será identificar as contingências controladoras. Alterar as contingências mudará o ato de esquivas e seus acompanhamentos emocionais.

O autor admite que alguma coerção é inevitável: “O poder das conseqüências imediatas garante que a coerção nunca desaparecerá completamente. O mundo é imperfeito e assim somos nós” (Sidman, 1995, p. 241). Não podemos ter a expectativa de eliminar toda a

coerção da vida, já que a natureza é inerentemente coercitiva. Ele também admite como inevitável alguma coerção social, pois provavelmente ainda somos dirigidos por algumas disposições hereditárias em relação à possessividade territorial e sexual, o que nos tornaria competitivos. E a competição implica em coerção: ao ganharmos, necessariamente alguém ficou sujeito à privação.

Para Sidman (1995), não podemos eliminar completamente a competição, mas em inumeráveis ocasiões a generosidade prevalece. Ele pontua:

O compartilhar não precisa depender de altruísmo. Interesse pessoal, iluminado pelo conhecimento das conseqüências de longo prazo da privação forçada, torna a distribuição geral de recursos e tecnologia eminentemente sensata. Porque vencer sempre vem às custas de alguém, os perdedores do mundo finalmente reagem a seus vencedores como o fariam em relação a qualquer fonte de choques e privações (Sidman, 1995, p.235).

Somente alterando as contingências começaremos a ver cooperação substituindo contracontrole. Para colocar nosso atual comportamento sob controle de seus resultados em longo prazo, Sidman (1995) sugere apontar para pequenas indicações de que processos úteis realmente existem se conseguirmos isso. Ele indica uma série de modificações na organização e responsabilidades da polícia, todas envolvendo utilização de contingências de reforço positivo. Defende o desarmamento nuclear, bem como a diminuição de recursos financeiros dados aos sistemas militares.

O autor propõe substituição da coerção por reforço positivo como um instrumento para a manutenção de interações civilizadas entre nações. Sugere modelagem de comportamentos de cooperação e amizade entre países, bem como maior interação positiva entre eles. Nessa situação, pontua que toda doação entre os países precisa ser contingente. O comportamento de dar, não-contingente a um comportamento esperado, também é uma forma de controle e pode ser destrutivo, mantendo as pessoas incapazes. Não significa generosidade e produz seus próprios efeitos colaterais destrutivos.

Em relação à situação atual do terrorismo, o posicionamento de Sidman (1995) é que talvez os governos não tenham qualquer escolha a não ser contracoerção violenta para pará-lo. A primeira coisa a se fazer, seria parar as negociações.

Quanto ao ensino, Sidman (1995) propõe que os professores façam uma programação efetiva, onde o aluno possa aprender sem errar. Ele considera que a única maneira de eliminar a extinção do processo de ensino seria eliminar o fracasso. Como resultados, obteríamos menores índices de desistência por parte dos alunos e uma mudança na ênfase das escolas, da “disciplina” para a educação.

1.3 DEFINIÇÕES OPERACIONAIS RELATIVAS AO CONTROLE DO COMPORTAMENTO

Embora constituam os conceitos básicos da Análise do Comportamento, e, portanto, amplamente conhecidas por analistas do comportamento, as definições operacionais serão rapidamente apresentadas aqui apenas para facilitar a compreensão de algumas das análises posteriores, desenvolvidas nos capítulos de resultados. A contingência de reforço positivo também foi incluída porque contribui para o entendimento das contingências de reforço negativo e de punição. Assim, será apresentada uma breve descrição da contingência de reforço positivo e, em seguida, será demonstrado como ocorrem as contingências de reforço negativo e de punição.

Na análise operante do comportamento, conforme Skinner (1953/2000), os eventos ambientais são analisados e definidos quanto ao fortalecimento ou enfraquecimento que produzem no comportamento do organismo em interação com o ambiente. Quando um organismo age sobre o ambiente e o modifica, parte dessas modificações ambientais afeta a probabilidade de ocorrência do comportamento que as produziu. Tais modificações ambientais são entendidas como conseqüências do comportamento e são analisadas pelo efeito que produzem na probabilidade de ocorrência do comportamento. O aumento na probabilidade do comportamento voltar a ocorrer é caracterizado como o efeito fortalecedor, enquanto o efeito enfraquecedor refere-se à diminuição na probabilidade de ocorrência do comportamento.

O efeito fortalecedor, também chamado de reforçador por Skinner (1953/2000), ocorre nas contingências de reforço positivo e de reforço negativo, nas quais ocorre um aumento na probabilidade de ocorrência do comportamento, determinado pelas conseqüências deste. Já o efeito de enfraquecer ocorre nas contingências de punição, e consiste na redução ou na supressão da probabilidade de ocorrência do comportamento. Como esta seção objetiva apresentar as

definições operacionais de controle aversivo e positivo, serão enfocados, principalmente, os efeitos produzidos pelas conseqüências do comportamento, sem maior ênfase no papel dos estímulos discriminativos que também constituem as contingências operantes. Isso porque, em última instância, a probabilidade do comportamento ocorrer depende de suas conseqüências - isto é, o efeito produzido pelas conseqüências sobre a probabilidade do comportamento orienta a definição das contingências.²

As contingências de punição e de reforço negativo exercem um tipo de controle comportamental, cuja denominação na Análise do Comportamento é “controle aversivo”. Dessa forma, o conceito de controle aversivo refere-se a contingências que produzem efeitos comportamentais distintos: fortalecimento do comportamento nas contingências de reforço negativo e enfraquecimento nas contingências de punição (Mazzo, 2007). Conforme ainda pontuado por essa autora, embora Sidman empregue o termo “coerção” para o estudo desse tipo de controle, a denominação “controle aversivo”, utilizada por Skinner (1953/2000) e Catania (1999), é a denominação mais empregada para o estudo do controle comportamental estabelecido pelas contingências de punição e de reforço negativo. Por isso, esta será também a denominação adotada neste estudo.

Nas seções seguintes, são descritas mais detalhadamente as contingências que fortalecem (contingências de reforço) e enfraquecem o comportamento (contingências de punição).

Contingências de Reforço positivo

Conforme exposto anteriormente, quando um comportamento é seguido por determinadas conseqüências e, posteriormente, observa-se um aumento na freqüência com que esse comportamento ocorre, diz-se que as conseqüências do comportamento aumentaram a

² Conforme pontua Mazzo (2007), fundamentando-se em Skinner (2000), na definição de contingência são descritos três termos principais: eventos ambientais antecedentes à ocorrência do comportamento, chamados estímulos discriminativos (S^D); comportamento (entendido como as respostas do organismo); e eventos ambientais que seguem a ocorrência do comportamento, denominados conseqüências ou estímulos reforçadores (S^R). Estímulos discriminativos e estímulos reforçadores afetam a probabilidade do comportamento ocorrer, podendo aumentá-la ou reduzi-la. Estímulos discriminativos referem-se à ocasião, na qual o comportamento (se emitido) pode apresentar maior ou menor probabilidade de ser reforçado. No entanto, a função dos estímulos discriminativos depende, primeiramente, do efeito produzido pelas conseqüências do comportamento, sendo determinada pelo condicionamento de estímulos neutros aos estímulos reforçadores.

probabilidade de sua ocorrência, fortalecendo-o. As contingências que tornam a ocorrência do comportamento mais provável podem ser de dois tipos: contingências de reforço positivo - quando o aumento na frequência do comportamento consiste na apresentação de estímulos, ou contingências de reforço negativo – quando o fortalecimento do comportamento é determinado pela remoção de estímulos. Skinner (1953/2000) apresenta essa distinção entre as conseqüências reforçadoras:

Os eventos que se verifica serem reforçadores são de dois tipos. Alguns reforços consistem na apresentação de estímulos, no acréscimo de alguma coisa, por exemplo, alimento, água, ou contato sexual – à situação. Estes são denominados reforçadores positivos. Outros consistem na remoção de alguma coisa – por exemplo, de muito barulho, de uma luz muito brilhosa, de calor ou frio extremo ou de um choque elétrico – da situação. Estes se denominam reforçadores negativos. Em ambos os casos o efeito do reforço é o mesmo: a probabilidade da resposta será aumentada. (Skinner, 1953/2000, p.81).

As contingências reforçadoras podem ser observadas experimentalmente nos estudos de laboratório e também na vida diária das pessoas. Um exemplo de ocorrência de reforço positivo pode ser observado na resposta de preparar o jantar. Quando se está com fome e prepara-se uma bela macarronada para o jantar, de forma rápida, é mais provável que em uma situação similar, volte-se a preparar o mesmo prato. O comportamento de cozinhar, nesse caso, é fortalecido, ou seja, tem sua probabilidade aumentada. Esse exemplo deixa claro que o comportamento de preparar macarronada acrescentou algo à situação experimental: a macarronada pronta e é exatamente a apresentação (ou produção) do estímulo, chamado então de reforçador positivo, que caracteriza a contingência de reforço positivo.

Contingências de Reforço negativo

Um estímulo é chamado de reforçador negativo quando torna mais provável o comportamento que o cessa (Catania, 1999), ou seja, descrevemos a contingência de reforço negativo como uma classe comportamental que é fortalecida pela remoção, redução ou prevenção de alguns eventos (Hineline, 1984). Estímulos reforçadores negativos também são denominados estímulos aversivos. Embora na linguagem cotidiana sejam comumente denominados: dolorosos, desagradáveis, irritantes, etc, na Análise do Comportamento, os estímulos não são considerados

aversivos em si mesmos, pois dependem de seu efeito no comportamento, ao serem apresentados ou retirados, para serem qualificados como aversivos. Dessa maneira, seria mais apropriado evitar as qualificações populares e utilizar o termo “aversivo”, referindo-se à função que os estímulos apresentam na relação com o comportamento (Millenson, 1975; Catania, 1999).

Perone (2003) também enfatiza que aversividade não é propriedade inerente ao estímulo, citando um experimento de Souza, Moraes e Todorov (1984) no qual choques não eram aversivos em uma determinada intensidade. O autor também cita um experimento de Sizamore e Maxwell (1985), no qual os pesquisadores verificaram que um choque de certa intensidade era aversivo em contingências de punição, mas não o era em contingências de reforço negativo (esquiva, mais precisamente). Assim, a aversividade de um estímulo depende do contexto ambiental e não pode ser medida sem atentar-se para seu efeito sobre o comportamento, ou seja, para determinado estímulo ser ou não considerado aversivo depende da função que exerce e não da sua estrutura (ser, por exemplo, um choque). As contingências, e não os estímulos, são fundamentais.

Os comportamentos relacionados a reforçadores negativos podem ser de dois tipos: comportamento de fuga e comportamento de esquiva. De acordo com Catania (1999), comportamentos de fuga são os exemplos mais simples de reforço negativo, onde a resposta do indivíduo reduz, remove ou termina com uma fonte de estimulação aversiva. Geralmente, os estímulos aversivos relacionados à fuga são incondicionados, isto é, os organismos fogem de situações onde reforçadores negativos estão presentes, mesmo sem uma história prévia de reforço negativo em situações similares. Tal característica filogenética demonstra o valor de sobrevivência desse comportamento. Como exemplo, podemos imaginar uma criança que encosta a mão em uma panela quente, retirando-a logo em seguida. Supomos que o comportamento de encostar a mão na panela tenha sido punido e, com isto, foi seguido da resposta de fuga (retirar a mão da panela). Neste exemplo, a estimulação aversiva é denominada incondicionada, isto é, não é necessária uma história prévia com panelas quentes para que a criança retire sua mão.

No caso da esquiva, os estímulos aversivos incondicionados que evitamos geralmente não estão presentes quando a resposta ocorre. Por outro lado, estão presentes estímulos aversivos condicionados, que atuam como estímulos discriminativos para a ocorrência dos estímulos aversivos incondicionados. Continuando o exemplo acima, vamos imaginar que agora a criança evite encostar a mão em qualquer panela, mesmo fria. O estímulo aversivo

incondicionado (objeto quente) não está presente quando a criança esquiva-se de encostar a mão em panelas, mesmo as frias. Contudo, panelas tornaram-se estímulos aversivos condicionados, dos quais a criança esquiva-se.

Contingências de Punição

As contingências de punição descrevem a interação do organismo com o ambiente, nas quais as conseqüências de um comportamento do organismo reduzem a probabilidade de ocorrência da mesma classe de comportamento em situações similares. De acordo com Skinner (1953/2000), nessas contingências o comportamento pode ser suprimido ou ter sua freqüência diminuída, temporariamente. As contingências de punição podem se dar de duas maneiras: pela apresentação de estímulos aversivos (reforçadores negativos) e pela remoção de um reforçador positivo disponível, conforme indicado por Skinner (1953/2000):

A diferença entre os dois casos será mais clara quando considerarmos a apresentação de um reforço negativo ou a remoção de um positivo que são conseqüências que denominamos punição. (Skinner, 1953/2000, p.81)

Assim, quando a freqüência do comportamento é temporariamente diminuída pela apresentação de estímulos aversivos, define-se a contingência de punição como positiva, no sentido de o comportamento ser seguido pelo acréscimo de algo à situação. Já quando este efeito ocorre pela remoção de reforçadores positivos disponíveis, diz-se que a contingência de punição é negativa, pois ocorre a remoção ou a supressão de estímulos à situação (Catania, 1999).

Na contingência de punição negativa, ocorre a remoção de estímulos reforçadores positivos. Por exemplo, um jovem tem acesso ao carro da família sempre que deseja sair, pelo simples fato de já ter sua Carteira de Habilitação. Supõe-se que o carro apresente função reforçadora, uma vez que é alta a freqüência com que o jovem sai de carro para passear com os amigos. Um dia, os pais do jovem percebem que ele está apresentando comportamentos agressivos na escola, tais como gritar com colegas e professores dentro de sala de aula, o que é por eles considerado inadequado. Diante disso, os pais estabelecem uma contingência para o uso do carro: sempre que o professor se queixar da apresentação de comportamentos agressivos, o jovem terá seu comportamento seqüenciado pela retirada da chave do carro (e, portanto, da

possibilidade de sair de carro) por um fim-de-semana. Após algumas repetições desse procedimento, o jovem não mais apresenta comportamentos agressivos na escola. Provavelmente, a retirada da chave do carro durante o fim-de-semana puniu o comportamento de gritar com colegas e professores. Desse modo, os pais aplicaram um procedimento fundamentado na contingência de punição negativa. Neste exemplo, vimos que o acesso ao carro estava disponível para o jovem sem ser contingente a nenhuma resposta e, assim, não se relacionava com a resposta de agir educadamente na escola. Ou seja, a relação entre essa resposta e o acesso ao carro foi estabelecida pelos pais.

Já na contingência de punição positiva, o enfraquecimento do comportamento é resultante da apresentação de estímulos, e não de sua remoção. Voltando ao exemplo do comportamento positivamente reforçado de preparar a macarronada, vamos supor que agora cada vez que cozinhamos conseguimos uma macarronada muito ruim. Podemos observar que a frequência do comportamento de cozinhar diminui. Caso a apresentação de uma macarronada ruim resulte em uma redução temporária na frequência do comportamento de cozinhar, pode-se dizer que nessa situação, a macarronada ruim tenha funcionado como um estímulo aversivo (Catania, 1999).

Em resumo, conforme pontuado por Mazzo (2007), o conceito de controle aversivo envolve dois tipos de contingências, que afetam de maneira distinta a probabilidade de ocorrência do comportamento:

1. Contingências de reforço negativo que aumentam a probabilidade do comportamento ocorrer, podendo este aumento ser produzido por fuga (quando reforçadores negativos incondicionados são removidos), ou por esquiva (quando reforçadores negativos condicionados são removidos).
2. Contingências de punição que diminuem a probabilidade de ocorrência do comportamento pela apresentação de estímulos aversivos (punição positiva) ou pela remoção de reforçadores positivos disponíveis (punição negativa).

1.4 PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme exposto nas seções anteriores, Sidman (1995) é amplamente consultado e citado nos mais diversos estudos comportamentais, sobretudo naqueles relacionados ao controle aversivo. De forma geral, há uma tendência dos analistas do comportamento da área aplicada em acompanhar as posições de Sidman (1995). Como exemplos dessa tendência podem ser citados: Marinho (2001) e Epstein (1996a).

No entanto, conforme explicitou o próprio Sidman, ele não dirigiu seu livro apenas para especialistas em Análise do Comportamento. Sua intenção foi alcançar leigos e profissionais de áreas afins. Pode ser que, por esta razão, ele não tenha abordado ou aprofundado questões teórico-conceituais importantes à comunidade científica que o consulta. Como muitos dos analistas do comportamento que fazem uso dessa obra, como referência principal para discutir resultados de seus estudos, tendem a concordar com as posições defendidas por Sidman a respeito do controle aversivo, as questões teóricas têm sido pouco debatidas. Ou seja, apesar da obra ser amplamente consultada, há relativamente poucas referências, de autores que aprofundem questionamentos importantes relativos à complexidade teórica que o campo do controle aversivo envolve.

Isto posto, o que se pretende nesta pesquisa é justamente analisar essa obra de Sidman procurando abrir discussões teórico-conceituais sobre importantes temas ali tratados. Pretende-se, especificamente, responder às seguintes questões:

- 1) Quais são os principais temas ou posições sobre controle aversivo apresentados por Sidman em seu livro “Coerção e suas implicações”?
- 2) Quais são as discordâncias e polêmicas apresentadas, em relação às posições de Sidman, por outros analistas do comportamento que discutem ou estudam o controle aversivo?
- 3) Ainda, mais pontualmente, quais são as críticas às definições operacionais de contingências de reforço positivo e de reforço negativo adotadas por Sidman nessa obra?

1.5 OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como meta estudar o livro “Coerção e suas implicações”, de Sidman, verificando se há, entre outros autores que discutem o controle aversivo, posições significativamente diferentes das deste autor, no que se refere aos temas mais complexos tratados por ele nesse livro. Assim, dentre as diferentes possibilidades de análise do livro, optou-se por investigar possíveis posições teóricas, divergentes das de Sidman, de autores que publicaram seus estudos após 1989, data da publicação do livro aqui estudado. Entre os temas investigados, merecerão destaque as discussões acerca das definições operacionais de reforço positivo e de reforço negativo, bem como as razões pelas quais a distinção entre reforço positivo e negativo continua sendo utilizada e ensinada.

Embora os estudos aqui apresentados devam contribuir para decisões práticas a respeito da escolha de procedimentos de intervenção em diferentes campos de aplicação da Análise do Comportamento, as metas para o estudo aqui proposto limitam-se ao levantamento e debate de questões predominantemente teórico-conceituais.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para a análise do livro “Coerção e suas implicações”, desenvolveu-se uma pesquisa teórica, cuja descrição foi organizada em sete passos.

2.1 PASSO I: ESTUDO E RESUMO DO LIVRO

O primeiro passo consistiu em um estudo geral da obra. Realizou-se uma ampla sondagem dos temas abordados por Sidman e as principais posições do autor foram examinadas. Este passo foi finalizado com a produção de um resumo da obra (apresentado no capítulo anterior) e de uma lista de temas preliminares apresentados por Sidman e que mereceriam ser debatidos ou analisados por outros autores, que constitui o Apêndice 1.

2.2 PASSO II: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR E SELEÇÃO DE TEXTOS DE OUTROS AUTORES

Com o objetivo final de examinar as posições de outros autores sobre pontos levantados por Sidman, neste passo, procurou-se reunir textos de diferentes autores que pudessem subsidiar uma análise inicial do livro. Um levantamento bibliográfico preliminar foi realizado com a finalidade de identificar textos que tratavam de aspectos relacionados ao conceito e à aplicação do controle aversivo. O levantamento abrangeu trabalhos publicados entre 1980 e 2006, nas bases de dados PsycINFO e Scielo. As palavras-chave utilizadas foram: controle aversivo, análise do comportamento, contingências de punição e contingências de reforço negativo.

Foram selecionados 36 resumos de trabalhos, os quais abordavam os conceitos ou a aplicação do controle aversivo, de maneira significativa. Após comparação desses 36 resumos com os temas listados no Apêndice 1, foram selecionados 18 textos. Também foram

incluídas outras publicações de autores clássicos de Análise do Comportamento, sem limite de data, totalizando assim, 28 textos. Os textos selecionados nesse passo encontram-se listados no Apêndice 2.

2.3 PASSO III: EXAME DE TEXTOS DE OUTROS AUTORES E SELEÇÃO DE TEMAS PARA ANÁLISE

O terceiro passo teve como objetivo selecionar temas de análise para a pesquisa. Para isso, examinaram-se os textos selecionados no passo II, atentando-se especialmente às posições dos seus autores sobre temas que também tivessem sido tratados por Sidman, ou seja, para um determinado tema ser selecionado, ele deveria ter sido discutido tanto por autores dos textos selecionados no passo II, quanto por Sidman. Foi utilizada aqui a lista de temas preliminares, apresentada no apêndice 1. Desse modo, garantiu-se a seleção de temas relevantes e complexos, tratados direta ou indiretamente na obra em análise, que suscitaram discussões e foram debatidos por diferentes autores.

A seguir, encontram-se os temas selecionados para análise e os respectivos autores que discutiram cada um dos temas. Eventualmente, um mesmo texto foi utilizado na análise de mais de um tema.

1. Tema I: **Ao usar o conceito de coerção, Sidman não faz distinção entre os efeitos produzidos por procedimentos baseados em reforço negativo e em punição** (Catania, 1999; Martinez, 2005; Skinner, 2000; Hines, 1984; Millenson, 1975). Sidman não distingue os efeitos produzidos por procedimentos de reforço negativo e de punição. Durante todo o transcorrer do livro, utiliza o termo coerção, entendido por ele como o uso de punição ou ameaça de punição para controlar o comportamento dos outros. Mais tarde, pontua que o termo refere-se a contingências de reforço negativo e de punição. Entretanto, a maior parte das implicações da coerção apontadas por Sidman são resultantes de contingências de punição tipo 1. Porém, diversos autores destacam a importância de se considerar quais são os efeitos específicos de cada uma dessas contingências, para só então tratar de sua recomendação.

2. **Tema II: Sidman não diferencia os subprodutos de procedimentos fundamentados em contingências de punição tipo 1 e tipo 2** (Skinner, 2000). No livro “Coerção e suas implicações”, Sidman trata indistintamente os efeitos colaterais de procedimentos de punição tipo 1 e tipo 2. Apesar de inicialmente diferenciar conceitualmente os dois tipos de punição, o autor passa, depois, a analisá-los conjuntamente, sem distinguir, principalmente, seus efeitos indiretos.
3. **Tema III: Sidman estende a aplicação do termo coerção aos efeitos danosos de fenômenos naturais** (Skinner, 1977). Sidman argumenta que a natureza age de maneira coercitiva com os seres humanos, os quais gastam tempo e energia em demasia para se esquivarem das dificuldades impostas pela natureza, tais como chuvas, tempestades e frio excessivo. Na visão da pesquisadora, esta posição parece incompatível com o conceito dele de coerção, pois esse tem sido tratado por ele como relativo ao controle mútuo entre as pessoas.
4. **Tema IV: Sidman não é claro ao utilizar o termo “consciência”** (Skinner, 1957). Para Sidman, a consciência surge com a coerção. Por ser um produto de práticas coercitivas, ele não recomenda seu uso na socialização de filhos, por exemplo. O argumento apresentado pelo autor refere-se ao fracasso da consciência em manter a ordem social e a necessidade de um substituto para ela. Por outro lado, quando explica a agressão vinda da coerção, Sidman parece pedir consciência para que não reajamos precipitadamente, o que parece contraditório com suas colocações prévias.
5. **Tema V: Efetividade de procedimentos de punição e de reforço negativo em manter modificações comportamentais** (Catania, 1999; Gomide, 2004; Himeline, 1984; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003; Malott, 2004; Millenson, 1975; Skinner, 1975, 1977 e 2000; Todorov, 2001). Para Sidman, grosso modo, tanto contingências positivas, quanto aversivas, podem ser utilizados para ensinar novos comportamentos e mantê-los. Apesar de admitir o tópico como excessivamente complexo, ele afirma claramente que no longo prazo, contingências punitivas não funcionam e que o uso de coerção só pára comportamento. Outros autores apontam para a efetividade de contingências aversivas em promover e manter mudanças comportamentais desejáveis.
6. **Tema VI: Subprodutos indesejáveis de procedimentos de punição e de reforço negativo** (Catania, 1999; Cordova & Scott, 2001; Epstein, 1996; Gomide & Weber, 2004;

Lerman & Vorndran, 2002; Malott, 2004; Martinez, 2005; Perone, 2003; Skinner, 1975; Skinner, 1977; Skinner, 2000; Todorov, 2001). O livro “Coerção e suas implicações” é rico em exemplos de implicações da coerção. O maior posicionamento de Sidman é que a coerção é responsável por muitos dos mais sérios problemas da sociedade, devido às suas implicações diretas e, especialmente, indiretas. Contingências coercitivas aumentariam a probabilidade de comportamentos de fuga, de esquiva e de agressão, produziriam conduta patológica, além de produzirem conseqüências negativas no repertório comportamental dos indivíduos. Contudo, a posição contra a utilização de procedimentos envolvendo contingências aversivas não é unânime entre os analistas do comportamento. Há quem argumente que, em algumas ocasiões, práticas coercitivas podem ser benéficas aos indivíduos e à sociedade.

7. **Tema VII: Sidman recomenda a substituição de procedimentos fundamentados em contingências aversivas por intervenções pautadas em reforço positivo** (Balsam & Bondy, 1983; Gomide, 2001; Bolsoni – Silva & Maturano, 2004; Catania, 1999; Epstein, 1996a; Epstein, 1996b; Himeline, 1984; Malott, 2004; Marinho, 2001; Martinez, 2005; Perone, 2003; Skinner, 1977; Todorov, 2001). A posição de Sidman quanto à resolução das implicações do uso de coerção é clara. Ele defende o uso de alternativas disponibilizadas pela Análise do Comportamento para prevenir ou evitar o uso de contingências aversivas e afirma que técnicas não-coercitivas são freqüentemente as únicas formas efetivas de intervenção. Os procedimentos indicados pelo autor sempre envolvem o uso de contingências de reforço positivo, cujos subprodutos indesejáveis não são suficientemente discutidos por ele, em comparação às discussões de outros autores. Entretanto, o uso contínuo de contingências positivas não parece possível e sua utilização nem sempre tem efeitos positivos. Em algumas situações, segundo alguns dos autores acima, intervenções baseadas em controle aversivo podem ser as mais indicadas.
8. **Tema VIII: Sidman aborda de maneira dicotômica, do ponto-de-vista teórico-conceitual, os processos comportamentais envolvidos nas contingências de reforço positivo e de reforço negativo** (Catania, 1999; Martinez, 2005; Michael, 1975; Perone, 2003). Sidman coloca as contingências aversivas e de reforço positivo de forma dicotômica, embora assuma a dificuldade em se distinguir a ocorrência dessas duas contingências na vida comum. Contudo, contingências de reforço positivo e de reforço

negativo se inter-relacionam e autores questionam as vantagens de se manter tal dicotomia.

As referências completas, dos textos selecionados, para cada tema acima, encontram-se no Apêndice 3.

2.4 PASSO IV: LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS ESPECÍFICOS AOS TEMAS DELIMITADOS

Com o objetivo de localizar textos que abordassem mais especificamente os temas delimitados no terceiro passo do estudo, o quarto passo da pesquisa consistiu na realização de dois levantamentos bibliográficos, complementares à busca realizada no passo II: A - Com palavras-chave do controle aversivo; B - Com cruzamentos entre palavras-chave do controle aversivo e palavras-chave de outras áreas de estudo (básica ou de aplicação).

Nas próximas seções, o leitor encontrará tabelas com os resultados obtidos nos levantamentos acima citados. Para facilitar a visualização, nas tabelas, o levantamento bibliográfico A será denominado “Palavras-chave do controle aversivo” e o levantamento bibliográfico B será denominado “Cruzamentos de palavras-chave”.

2.4.1 Levantamento bibliográfico A

O levantamento bibliográfico A foi desenvolvido em cinco etapas: (1) Definição de palavras-chave, (2) Escolha de base de dados, (3) Seleção de períodos de publicação, (4) Seleção de tipos de publicação e (5) Seleção da língua utilizada. Procurou-se, desse modo, garantir que o levantamento fosse mais abrangente que o realizado preliminarmente, no passo II da pesquisa.

A seguir, encontram-se os critérios utilizados em cada etapa:

1. Definição de palavras-chave. Foram escolhidas palavras-chave relacionadas ao controle aversivo: *coercion*, *aversive*, *aversive control*, *aversive contingency*, *negative reinforcement*, *aversive stimulus*, *punishment*.

2. Escolha da base de dados. Após realização de uma sondagem em diferentes bases de dados, optou-se por desenvolver o levantamento bibliográfico na base de dados PsycINFO, por essa conter o maior número de periódicos da área de comportamento humano, especialmente do campo da Análise do Comportamento.

3. Seleção do período de publicação. Consideraram-se publicações do período entre 1989 e 2006, por 1989 ser o ano da publicação do livro “Coerção e suas implicações”.

4. Seleção de tipos de publicação. Os resultados obtidos no levantamento bibliográfico A incluíram resumos de dissertações, de artigos, de revisões de livros e de capítulos de livros, os quais poderiam ser posteriormente obtidos de maneira completa.

5. Seleção da língua utilizada. Os resumos poderiam ser em inglês, espanhol, francês, alemão e português, línguas viáveis à leitura de textos completos.

A seguir, encontram-se as palavras-chave do controle aversivo utilizadas e os resultados obtidos no levantamento bibliográfico A, em termos de número de resumos publicados:

Tabela 1 – Número de resumos publicados entre 1989 e 2006 com palavras-chave do controle aversivo

Palavra-chave do controle aversivo	Número de resumos publicados no período entre 1989 e 2006
<i>Coercion</i>	413
<i>Aversive</i>	834
<i>Aversive control</i>	6
<i>Aversive contingency</i>	5
<i>Negative reinforcement</i>	82
<i>Aversive stimulus</i>	6
<i>Punishment</i>	4615

Conforme os dados apresentados na tabelas 1, o levantamento bibliográfico A, com palavras-chave do controle aversivo, resultou em 5961 resumos.

2.4.2 Levantamento bibliográfico B

O levantamento bibliográfico B, com cruzamentos de palavras-chave, também foi desenvolvido em cinco etapas: (1) Definição de palavras-chave, (2) Escolha da base de dados, (3) Seleção dos períodos de publicação, (4) Seleção dos tipos de publicação e (5) Seleção da língua utilizada. Procurou-se garantir que esse levantamento fosse mais abrangente que o realizado no passo II da pesquisa. Seguem as etapas deste levantamento:

1. Definição de palavras-chave. Para o levantamento bibliográfico B, foram escolhidas algumas palavras-chave relevantes à discussão dos temas selecionados no passo III: *extinction*, *reinforcement schedules*, *positive reinforcement*, *education*. Tais palavras foram consideradas relevantes por terem aparecido frequentemente em discussões realizadas por analistas do comportamento, cujas publicações haviam sido selecionadas no passo II desta pesquisa, ou seja, no levantamento bibliográfico preliminar. Contudo, foram considerados de interesse para a pesquisa, apenas os resumos levantados com essas palavras-chave que também pertencessem à área do controle aversivo. Dessa forma, realizaram-se cruzamentos com tais palavras-chave e as palavras-chave relacionadas ao controle aversivo.

2. Escolha da base de dados. Conforme exposto anteriormente, após uma sondagem em diferentes bases de dados, optou-se por desenvolver o levantamento bibliográfico na base de dados PsycINFO.

3. Seleção dos períodos de publicação. Inicialmente, consideraram-se publicações no período pós 1989, por este ser o ano da publicação do livro “Coerção e suas implicações”. Contudo, uma busca inicial com tal período revelou um número muito extenso de resultados. Assim, mudou-se o critério para o segundo levantamento bibliográfico: passou-se a considerar apenas as publicações dos últimos dez anos, isto é, entre 1996 e 2006.

4. Seleção de tipos de publicação. Os resultados obtidos incluíram resumos de dissertações, artigos, revisões de livros e capítulos de livros, os quais poderiam ser posteriormente obtidos de maneira completa.

5. Seleção da língua utilizada. Novamente, os resumos poderiam ser redigidos em inglês, espanhol, francês, alemão e português, línguas viáveis à leitura de textos completos.

Na tabela abaixo, encontram-se os números de resumos publicados no período entre 1996 e 2006, obtidos com cruzamentos de palavras-chave:

Tabela 2 – Número de resumos publicados no período entre 1996 e 2006, obtidos através de busca bibliográfica com cruzamentos de palavras-chave.

Cruzamentos de palavras-chave	Número de resumos publicados no período entre 1996 e 2006
<i>EXTINCTION</i> com <i>Aversive control</i> ; <i>Punishment</i> ; <i>Aversive</i> ; <i>Aversive contingency</i> ; <i>Aversive stimulus</i>	127
<i>REINFORCEMENT SCHEDULES</i> com <i>Aversive control</i> ; <i>Punishment</i> ; <i>Negative reinforcement</i>	37
<i>POSITIVE REINFORCEMENT</i> com <i>Coercion</i> ; <i>Aversive</i> ; <i>Aversive control</i> ; <i>Punishment</i> ; <i>Negative reinforcement</i> ; <i>Aversive stimulus</i>	62
<i>EDUCATION</i> com <i>Punishment</i> ; <i>Negative reinforcement</i>	365

De acordo com os dados apresentados na tabela 2, o levantamento bibliográfico B, com cruzamentos de palavras-chave, resultou em 591 resumos. Dessa forma, somando-se os resultados obtidos nos levantamentos A e B, foi obtido um total de 6552 resumos.

2.5 PASSO V: SELEÇÃO DE RESUMOS OBTIDOS NOS LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS A E B, ESPECÍFICOS AOS TEMAS DELIMITADOS

O quinto passo teve como objetivo selecionar os resumos mais pertinentes à pesquisa, dentre os 6552 resumos encontrados nos levantamentos bibliográficos acima. Para isso, foram elaborados três critérios de seleção de resumos, mais um critério específico para as buscas com a palavra *punishment*:

1. Critérios de exclusão de resumos do estudo.
2. Critérios de inclusão de resumos no estudo.
3. Seleção por tipo de publicação.

A seguir, descreve-se como foram aplicados e as particularidades de cada um desses critérios de seleção.

2.5.1 Critérios de Exclusão de Resumos do Estudo

Através da leitura dos resumos obtidos no passo IV, foram excluídos resumos considerados não pertinentes ao estudo ou de interesse secundário. Apenas parte dos resumos obtidos com a palavra *punishment* não foram lidos, conforme explicado mais adiante. Dessa forma, foram excluídos os seguintes estudos:

- Com outra orientação teórica, que não a Análise do Comportamento. Nesse critério se incluíram investigações acerca de traços de personalidade ou resumos que apontavam que seus resultados seriam discutidos com base em outro referencial teórico.
- Relacionados a variáveis biológicas (investigações acerca de efeitos de: estimulação aversiva na produção de hormônios, drogas em fetos, neuroanatomia, modificações cerebrais ou injeção de determinadas drogas neuroquímicas no comportamento dos sujeitos e ainda, contingências de reforço negativo na dependência química).
- Com procedimentos outros, que não de contingências de reforço negativo ou de punição. Este critério não se aplicou, evidentemente, a discussões teórico-conceituais.

- Onde o termo coação (do verbo coagir) se aplicava igualmente ao uso do termo coerção.

- Voltados ao treinamento de infra-humanos.

Também foram excluídos resumos de trabalhos que tinham como objetivo:

- Apontar os efeitos da hipnose sobre o comportamento humano.
- Descrever comportamentos de indivíduos no momento de internação em hospitais psiquiátricos.

- Observar comportamento animal predatório.
- Identificar novos estímulos que poderiam servir como estímulos aversivos naturais em infra-humanos.

- Encontrar diferenças entre gêneros, na tentativa de relacioná-las a traços comportamentais.

Finalmente, foi necessário adotar uma estratégia diferenciada para a seleção de resumos com a palavra-chave *punishment*. Conforme visto na Tabela 1, foram encontrados 4615 resumos com a palavra-chave *punishment*, no período entre 1989 e 2006. Desse número, foram incluídos no estudo apenas os resumos de cruzamentos da palavra-chave *punishment* com: *extinction*, *reinforcement schedules*, *positive reinforcement*, *education*, consideradas relevantes e freqüentes na discussão dos temas abordados no estudo, conforme descrito no passo IV.

Na tabela abaixo, encontra-se o número de resumos mantidos no estudo após os critérios de exclusão, para palavras-chave do controle aversivo:

Tabela 3 – Número de resumos mantidos no estudo após critérios de exclusão, com palavras-chave do controle aversivo.

Palavras-chave do controle aversivo	Número de resumos publicados no período entre 1989 e 2006	Número de resumos mantidos após critérios de exclusão
<i>Coercion</i>	413	25
<i>Aversive</i>	834	35
<i>Aversive control</i>	6	5
<i>Aversive contingency</i>	5	1
<i>Negative reinforcement</i>	82	28
<i>Aversive stimulus</i>	6	1

A tabela 4 apresenta o número de resumos mantidos no estudo após critérios de exclusão, na busca bibliográfica realizada com o cruzamento de palavras-chave:

Tabela 4 – Número de resumos mantidos no estudo após critérios de exclusão, com cruzamentos de palavras-chave

Cruzamentos de palavras-chave	Número de resumos publicados no período entre 1996 e 2006	Número de resumos mantidos após critérios de exclusão
<i>EXTINCTION</i> com <i>Aversive control; Punishment; Aversive; Aversive contingency; Aversive stimulus</i>	127	69
<i>REINFORCEMENT SCHEDULES</i> com <i>Aversive control; Punishment; Negative reinforcement</i>	37	23
<i>POSITIVE REINFORCEMENT</i> com <i>Coercion; Aversive; Aversive control; Punishment; Negative reinforcement; Aversive stimulus</i>	62	9
<i>EDUCATION</i> com <i>Punishment; Negative reinforcement</i>	198	87

Conforme a somatória dos dados das tabelas 3 e 4, após a exclusão de publicações foram mantidos na pesquisa 283 resumos.

2.5.2 Critérios de inclusão de resumos no estudo

Nesta etapa, foram lidos os 283 resumos e selecionados para a continuidade do estudo apenas aqueles relacionados aos temas levantados no passo III do delineamento metodológico. Dessa maneira, foram mantidos na pesquisa, resumos de estudos que:

- Apresentavam as definições operacionais de contingências de reforço positivo, de reforço negativo e de punição.

- Descreviam a história de como foram definidas operacionalmente as contingências de reforço positivo, de reforço negativo e de punição, ou analisavam de forma crítica o uso de tais definições.

- Destacavam aspectos negativos da utilização de procedimentos de reforço positivo para mudança comportamental.

- Descreviam aspectos positivos da utilização de procedimentos de controle aversivo para modificação de comportamento.

- Apontavam para a efetividade de procedimentos de controle aversivo.

A tabela a seguir apresenta o número de resumos mantidos no estudo, após os critérios de inclusão, no levantamento com palavras-chave do controle aversivo:

Tabela 5 – Número de resumos mantidos no estudo após critérios de inclusão, com palavras-chave do controle aversivo

Palavras-chave do controle aversivo	Número de resumos publicados no período entre 1989 e 2006	Número de resumos mantidos após critérios de exclusão	Número de resumos mantidos após critérios de inclusão
<i>Coercion</i>	413	25	7
<i>Aversive</i>	834	35	16
<i>Aversive control</i>	6	5	0
<i>Aversive contingency</i>	5	1	1
<i>Negative reinforcement</i>	82	28	18
<i>Aversive stimulus</i>	6	1	1

A tabela 6 demonstra o número de resumos mantidos no estudo após os critérios de inclusão, no levantamento realizado com o cruzamento de palavras-chave:

Tabela 6 – Número de resumos mantidos no estudo após critérios de inclusão, com cruzamentos de palavras-chave

Cruzamentos de palavras-chave	Número de resumos publicados no período entre 1996 e 2006	Número de resumos mantidos após critérios de exclusão	Número de resumos mantidos após critérios de inclusão
<i>EXTINCTION</i> com <i>Aversive control; Punishment; Aversive; Aversive contingency; Aversive stimulus</i>	127	69	10
<i>REINFORCEMENT SCHEDULES</i> com <i>Aversive control; Punishment; Negative reinforcement</i>	37	23	10
<i>POSITIVE REINFORCEMENT</i> com <i>Coercion; Aversive; Aversive control; Punishment; Negative reinforcement; Aversive stimulus</i>	134	37	27
<i>EDUCATION</i> com <i>Punishment; Negative reinforcement</i>	198	87	16

Somando-se os resultados obtidos nas tabelas 5 e 6, observa-se que, aplicando-se os critérios de exclusão e inclusão, nos dois tipos de levantamento (A e B), foram mantidos no estudo 106 resumos. Foram então excluídos resumos que apareciam mais de uma vez na seleção. Após essa exclusão, 86 resumos foram mantidos no estudo. Em seguida, foram selecionados resumos de acordo com o tipo de publicação.

2.5.3 Seleção por tipo de publicação

Este critério teve como objetivo identificar o número de resumos de artigos selecionados, a fim de priorizar a leitura de textos completos desse tipo de publicação. Assim, os 86 resumos mantidos no estudo foram divididos de acordo com seu tipo de publicação, conforme aponta a tabela abaixo:

Tabela 7 – Número de resumos obtidos, de acordo com o tipo de publicação.

Tipo de publicação	Número de resumos
Capítulos de livro	21
Artigos	53
Dissertações	12

Analisou-se então o conteúdo dos 86 resumos e optou-se por priorizar a leitura completa de artigos, ou seja, se um capítulo de livro tratasse de um tema de maneira semelhante à feita por um artigo, o capítulo seria excluído do estudo. Por outro lado, se um capítulo de livro abordasse um tema de maneira muito original, de forma diferente das que tivessem sido feitas em artigos, tal capítulo seria mantido no presente estudo. O mesmo poderia se dar com dissertações. Com a aplicação desses critérios, foram mantidos para o estudo apenas os artigos dessa busca. A figura abaixo esquematiza os passos do delineamento metodológico descrito até aqui:

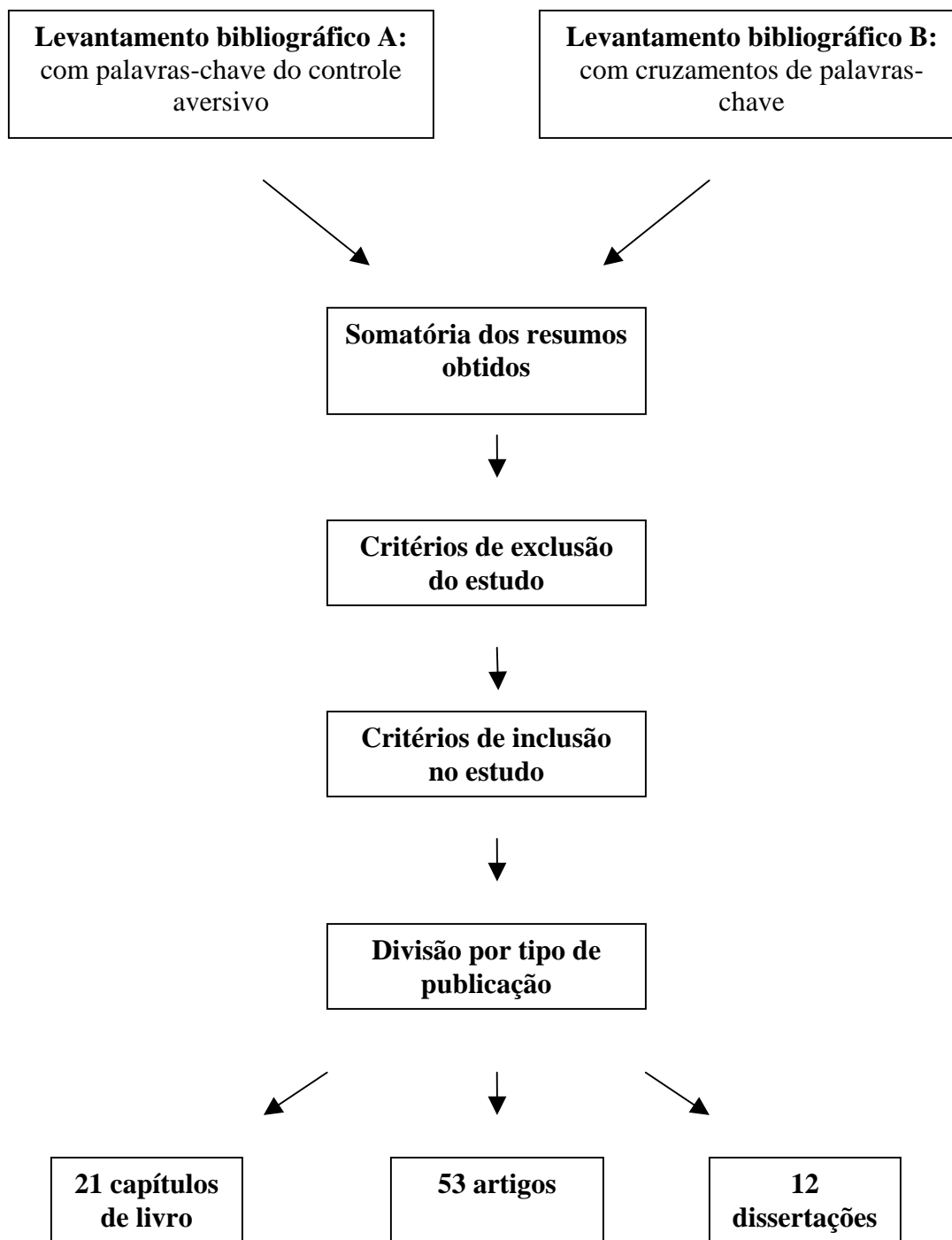


Figura 1 – Sequência dos **levantamentos bibliográficos** específicos aos temas delimitados para o estudo e **seleção de resumos** obtidos.

Em síntese, de acordo com a Figura 1, selecionaram-se 86 resumos, obtidos através da realização de dois levantamentos bibliográficos, com palavras-chave do controle aversivo e com cruzamentos de palavras-chave relevantes ao estudo, na base de dados PsycInfo.

2.6 PASSO VI: OBTENÇÃO E LEITURA DE TEXTOS COMPLETOS

Após a leitura e exame dos 86 resumos, decidiu-se pela obtenção apenas dos artigos selecionados. Assim, o sexto passo do estudo consistiu nas providências para a obtenção e posterior leitura completa dos 53 artigos selecionados no passo V do delineamento metodológico. Os textos completos foram solicitados através do portal da Capes e da Biblioteca da UEL, via COMUT e BIREME, ou ainda, diretamente aos seus autores. Dos 53 artigos solicitados, foram obtidos 34 textos completos. Após a leitura completa de todos eles, 18 foram excluídos do estudo por não trazerem discussões consideradas relevantes ou pertinentes aos objetivos da pesquisa. Os 16 restantes foram lidos e classificados em principais e secundários, de acordo com sua relevância para a discussão dos temas do estudo.

O Apêndice 4 relaciona as referências bibliográficas dos 16 textos completos obtidos e utilizados para complementar a discussão dos oito temas em estudo. Estes textos estão divididos em principais e secundários, conforme sua relevância em relação aos temas abordados. Cabe lembrar que um mesmo texto poderia ser utilizado para a discussão de mais de um tema.

2.7 PASSO VII: ELABORAÇÃO DE TEXTO FINAL SOBRE OS RESULTADOS

O sétimo passo do estudo consistiu na elaboração do texto final sobre cada tema de análise. Os textos completos selecionados foram examinados e as proposições de seus autores foram então comparadas às de Sidman (1995). A partir dessas comparações, foram elaborados textos sobre cada tema.

Os resultados desta pesquisa foram organizados em oito temas, os quais serão apresentados em dois capítulos (capítulo 3 e capítulo 4). Tais temas foram delimitados no passo III da metodologia. O capítulo 3 apresenta sete dos oito temas, distribuídos em duas seções: (1) temas elaborados com os apontamentos da autora realizados nos passos iniciais do estudo; (2) temas sobre controle aversivo, também delimitados nos passos iniciais, mas acrescentados de posições dos autores selecionados no passo VI da metodologia e de posições de Sidman.

O capítulo 4 refere-se às discussões sobre definições operacionais de contingências de reforço positivo e de reforço negativo. Este capítulo trata especialmente da dicotomia verificada entre as contingências de reforço positivo de um lado, e de reforço negativo do outro. Tal tema mereceu um capítulo à parte (separado dos outros sete temas tratados no capítulo 3) porque, além de aparecer com frequência na literatura, este tema tem sido o foco de grande debate atual. Para efeitos didáticos de apresentação, os resultados incluídos no capítulo 3 (sete temas) serão denominados resultados 01; enquanto que os resultados apresentados no capítulo 4 (um tema) serão denominados resultados 02.

3 RESULTADOS 01: APONTAMENTOS DA PESQUISADORA E CONTRAPOSIÇÕES DE SIDMAN COM OUTROS AUTORES A RESPEITO DO CONTROLE AVERSIVO

Conforme já indicado acima, o presente capítulo apresenta duas seções: (1) temas sobre controle aversivo, com apontamentos da pesquisadora sobre a obra em análise; e (2) outros temas sobre controle aversivo, também com apontamentos da autora, mas, acrescentados de posições dos autores selecionados no passo VI da metodologia em contraposição a algumas das posições de Sidman na obra aqui analisada. A primeira seção aborda, de maneira sucinta, quatro temas. Já a segunda seção, apresenta três temas e sua análise é mais detalhada.

3.1 APONTAMENTOS DA PESQUISADORA SOBRE TEMAS DELIMITADOS NO PASSO III DA METODOLOGIA

Esta seção constitui-se de quatro temas abordados por Sidman, no livro “Coerção e suas implicações”. Após estudo dos textos dos autores selecionados no passo VI da metodologia, verificou-se que não havia acréscimo de debates importantes sobre tais temas³. Contudo, com os subsídios dos primeiros autores que já haviam sido levantados no passo III, estes quatro temas foram considerados relevantes pela pesquisadora, enquanto aspecto da obra a ser destacado e como possibilidade de futuros estudos. Por esse motivo, seus apontamentos foram mantidos nesta seção de resultados, mesmo sem acréscimos de novos autores no passo VI. Cada seção a seguir refere-se a um tema.

³ Com exceção do Tema II, no qual houve a contribuição pontual de Cunha e Gongora (2007).

3.1.1 Tema I - Ao usar o conceito de coerção, Sidman não faz distinção entre os efeitos produzidos por procedimentos fundamentados em reforço negativo e em punição

Durante todo o transcorrer do livro, Sidman utiliza o termo coerção, entendido por ele como o uso de punição ou ameaça de punição para controlar o comportamento dos outros. O uso de um único termo (coerção) facilita a compreensão do conceito pelo público leigo em Análise do Comportamento. Mas isso, não teria problemas, uma vez que foi a esse público que Sidman dirigiu a obra, aqui estudada. Contudo, analistas do comportamento que a utilizam como referencial para suas intervenções devem considerar que o termo “coerção”, na forma definida por Sidman, refere-se tanto às contingências de reforço negativo, como às de punição. Tal consideração é necessária, pois pode trazer implicações práticas.

Um exemplo de problema que pode surgir com o uso do termo coerção é que Sidman aponta diversas conseqüências de contingências de punição tipo 1 como sendo conseqüências da coerção. Pensando-se em leitores da obra, leigos em Análise do Comportamento, pode ser que não fique claro, por exemplo, que a aplicação de eventos reforçadores negativos, após o responder, é um procedimento de punição, e não de reforço negativo. Não se tratando distintamente os procedimentos aversivos, parece complicado tratar de sua recomendação ou interdição para modificações comportamentais, isso porque os efeitos indiretos do reforço negativo e da punição, especialmente a do tipo 1, são bem distintos. Talvez analistas do comportamento devam diferenciá-los para entender melhor sua relevância e subprodutos nos processos comportamentais nos quais estão atuando.

3.1.2 Tema II – Sidman não diferencia os subprodutos de procedimentos fundamentados em contingências de punição tipo 1 e tipo 2

No livro “Coerção e suas implicações”, Sidman trata indistintamente procedimentos de punição tipo 1 e tipo 2. Apesar de inicialmente diferenciar os dois tipos de punição, o autor passa a analisá-los conjuntamente, inclusive seus subprodutos. Contudo, o uso

de contingências de punição tipo 1 traz diferentes implicações para a população alvo, em relação à punição tipo 2, portanto, é importante distingui-las quando se trata de recomendar procedimentos.

Conforme apresentado anteriormente, as contingências de punição podem se dar pela apresentação de estímulos aversivos (reforçadores negativos) – caracterizando a punição tipo 1; ou pela remoção de um reforçador positivo disponível – caracterizando a punição tipo 2. Conforme Cunha e Gongora (2007), a punição positiva que consiste na apresentação de conseqüências aversivas para o comportamento inadequado é raramente recomendada, e tem maiores restrições ainda, quando se trata de punição corporal. Segundo elas, autores que escrevem livros de orientação para pais afirmam, consensualmente, que a punição positiva através do uso da força física não deve ser utilizada em nenhuma ocasião, devido aos seus sérios efeitos prejudiciais ao comportamento da criança.

Por outro lado, de acordo com Cunha e Gongora (2007), a punição tipo 2 (ou negativa) é um procedimento amplamente recomendado na literatura de orientação para pais no formato de “uso de conseqüências lógicas” para o comportamento, de crianças, considerado inadequado. Este procedimento seria indicado para o comportamento de seguir regras, as quais devem ser estabelecidas de forma que a criança saiba que seu comportamento inadequado terá como conseqüência a retirada de reforçadores positivos. Este tipo de punição seria recomendado devido ao seu principal efeito direto sobre o comportamento: produz diminuição na freqüência da resposta punida, mas sem os graves efeitos colaterais que podem ocorrer com a punição tipo 2.

3.1.3 Tema III – Sidman estende a aplicação do termo coerção aos efeitos danosos dos fenômenos naturais

Para Sidman, em todas as esferas de interação humana há uso quase que exclusivo de coerção. Ele afirma que “na linguagem cotidiana, ser coagido é ser compelido sob jugo ou ameaça a fazer algo *contra nossa vontade*” (Sidman, 1995, p. 51) [grifo do autor] e ainda: “Por coerção eu me refiro a nosso uso da punição e da ameaça de punição para conseguir que os outros ajam como nós gostaríamos e à nossa prática de recompensar pessoas deixando-as

escapar de nossas punições e ameaças” (Sidman, 1995, p. 17). A partir dessas definições, pode-se entender que o termo coerção refere-se a práticas que ocorrem nas relações entre as pessoas.

Sidman argumenta que a natureza age de maneira coercitiva com os seres humanos, os quais gastam tempo e energia em demasia para se esquivarem das dificuldades impostas pela natureza, tais como chuvas, tempestades e frio excessivo. Ele coloca que “interações coercitivas ameaçam nosso bem-estar e mesmo nossa sobrevivência como espécie” (Sidman, 1995, p. 44).

Contudo, conforme colocado por Catania (1999), “a punição é inevitável, pois está embutida em muitas contingências naturais” (Catania, 1999, p. 113). Além disso, como indica Skinner (1977), o castigo, tão comum na natureza, ensina muito às pessoas. Quando cai ao correr de maneira desajeitada, ou é mordida ao tentar tirar um osso de um cachorro, a criança aprende a não o fazer novamente. O resultado disso é que para evitar várias formas de punição natural, criou-se um mundo mais confortável e menos perigoso.

Para Skinner (1977),

A palavra punição geralmente se restringe às contingências propiciadas intencionalmente por outras pessoas, porque os resultados lhes são reforçativos. (As contingências punitivas não devem ser confundidas com controle adverso⁴, pelo qual se induz alguém a proceder de determinada forma.) A punição é usada para induzir a não proceder de determinada maneira. (Skinner, 1977, p. 51).[parênteses do autor]

Do exposto verifica-se que, de um lado, Skinner (1977) afirma que punição designa contingências geralmente propiciadas por pessoas e, de outro lado, Sidman (1995) usa o termo coerção para designar o uso de punição ou ameaça de punição pelas pessoas, com o objetivo de controlar o comportamento umas das outras, no contexto de relações interpessoais. Frente a essas proposições dos dois autores, parece que ficariam mais claras as teses de Sidman a respeito da coerção se ele restringisse o uso desse termo apenas ao contexto das relações interpessoais e não desse tanta ênfase ao seu uso em relação aos fenômenos naturais.

⁴ Leia-se: “aversivo”.

3.1.4 Tema IV – Sidman não é claro no uso do termo “consciência”

Para Sidman, a consciência surge com a coerção. Por ser um produto de práticas coercitivas, ele não recomenda seu uso na socialização de filhos. O argumento apresentado pelo autor refere-se ao fracasso da consciência em manter a ordem social e que a “moralidade deve basear-se em algo mais duradouro que controle coercitivo (...) precisamos de um substituto para a consciência” (Sidman, 1995, p. 206). Ele exemplifica que a consciência já fracassou nos centros terroristas. Talvez a posição do autor seja a necessidade de se substituir a consciência, enquanto uma “entidade mental” (que se explica por si mesma), por um planejamento de contingências, mas isso não fica claro em seu texto.

Por outro lado, quando explica a agressão vinda da coerção, Sidman parece pedir consciência para que não reajamos precipitadamente. Referindo-se ao conhecimento que se tem a partir das contribuições da Análise do Comportamento, afirma que “(...) a civilização não pode se dar ao luxo de reações automáticas e impensadas às pressões coercitivas” (Sidman, 1995, p.224). Afirma também que “a consciência de agressão induzida por punição poderia nos fazer parar toda vez que nos encontramos a ponto de infligir punição” (Sidman, 1995, p. 222).

Sidman (1995) pontua que “muitos consideram a consciência, (...), como uma qualidade particularmente humana” (p. 198). De fato, tal concepção, para ele, é adotada por muitos analistas do comportamento e a consciência viria através do comportamento verbal (Skinner, 1957). Se o autor afirma que a consciência é social (verbal), parece contraditório ou inusitado o exemplo que ele dá na página seguinte de “um rato em conflito”.

Além das considerações acima, Sidman defende a projeção (delineada pela Psicanálise) como um comportamento de esquiva de autoconsciência. Análises posteriores, que fogem do escopo do presente estudo, poderiam indicar se essa é uma interpretação válida.

3.2 TEMAS SOBRE CONTROLE AVERSIVO, RESULTANTES DE COMPARAÇÃO ENTRE SIDMAN E OUTROS AUTORES SELECIONADOS

Esta seção apresenta a discussão de outros três temas sobre o controle aversivo, delimitados no passo III da metodologia. Esses temas foram abordados por Sidman, no livro “Coerção e suas implicações” e, também, por autores selecionados no passo VI da metodologia.

3.2.1 Tema V – Efetividade de procedimentos de punição em manter modificações comportamentais

Sobre a efetividade de procedimentos de punição em manter modificações comportamentais, Sidman apresenta um exemplo de laboratório:

Começamos com um rato de laboratório que aprendeu a pressionar uma barra e obter pelotas de alimento que caem em uma bandeja abaixo da barra. O animal trabalha efetivamente, ganhando sua vida de acordo com as contingências que seu mundo estabeleceu.

Esse mundo agora muda suas regras. Pressionar a barra, antes uma ocupação respeitável, não é mais considerada desejável; assim, junto com a pelota de alimento o animal recebe um choque em seus pés quando quer que pressione a barra. O choque é relativamente suave e dura apenas uma fração de segundo. Esta punição atenderá seu propósito, fazendo com que o animal pare sua atividade “indesejável”?

O animal realmente pára de pressionar a barra. (...) Mas a história não termina aqui. Após um período de supressão, a atividade gradualmente se recupera; o animal acaba pressionando a barra tão rapidamente como sempre, mesmo que receba um choque cada vez que o faz. (Sidman, 1995, p.85) [Aspas do autor]

Analisando-se o trecho acima, percebe-se que Sidman não afirma que a punição seja efetiva para manter modificações comportamentais. Sem dúvida, a efetividade da punição tem sido objeto de controvérsias (Perone, 2003). Há críticas, como a de Sidman, de que os efeitos das contingências punitivas são apenas temporários. Como um exemplo bastante difundido entre educadores e pais, teríamos a situação de uma mãe que bate em seu filho após esse ter feito algo errado. Depois de passado algum tempo, o filho tornaria a se comportar da mesma maneira, pois

a intervenção da mãe, baseada em uma contingência de punição, não teria sido efetiva – os efeitos da punição teriam se esvaído com o passar do tempo. Essa também é a posição de Skinner (2000).

Contudo, alguns autores, tais como Malott (2004), Catania (1999) e Todorov (2001) não concordam com críticas à efetividade da punição, como as de Sidman e de Skinner (2000). Os principais argumentos desses autores são que: (1) o efeito de contingências de reforço positivo também pode ser temporário – o que não justificaria, portanto, o questionamento apenas da punição por seus efeitos; e (2) o efeito da punição pode ser duradouro.

Abordando o primeiro desses argumentos, Catania (1999), refere-se ao efeito da punição como sendo “simplesmente o oposto do efeito do reforço” (Catania, 1999, p. 110), ou seja, estando o comportamento em uma linha de base estável, quando a punição é iniciada, o comportamento diminui até uma taxa de resposta baixa e constante. Quando a punição é interrompida, a taxa de resposta volta gradativamente à linha de base, da mesma forma que ocorre com o reforço positivo. Retomando o exemplo da mãe, quando a criança apanha por se comportar de maneira indesejada, esse comportamento tem sua frequência diminuída ou até mesmo pára de ocorrer. Passado algum tempo e dependendo da intensidade da punição da mãe, o comportamento volta a ocorrer.

Todavia, o mesmo ocorre com o reforço positivo. Se o estímulo reforçador positivo deixa de ocorrer (período de extinção), a frequência do comportamento ao qual o estímulo era contingente diminui. Outro argumento é que após o término da contingência punitiva, há uma resistência do comportamento de longa duração, isto é, demora para que o sujeito volte a se comportar da mesma maneira (Azrin & Holz apud Malott, 2004). O mesmo ocorre com persistentes respostas de esquiva, que continuam mesmo depois que o evento evitado parou de ocorrer.

Segundo Malott (2004), as críticas à efetividade das contingências de punição para alteração comportamental baseiam-se, sobretudo, em um experimento antigo de Skinner (apud Malott, 2004), no qual uma punição moderada falha em diminuir o número de respostas na extinção. Críticos ignorariam os experimentos subseqüentes que mostram que punição contínua com estímulo aversivo intenso pode reduzir permanentemente o responder. Segundo Todorov (2001), Skinner é superficial ao analisar a efetividade da punição para mudar comportamentos, apenas diz, em poucas páginas, que não funciona. Para ele, “Skinner (2000) (...) não apresenta

dados novos, não faz revisão de literatura, (...) seu texto é mais um manifesto contra o uso de punição” (Todorov, 2001, p. 39). Em síntese, embora tanto os procedimentos de reforço positivo, como os de punição, tenham efeitos temporários, apenas a punição é questionada com base nesse argumento.

E quais são os dados produzidos por experimentos subseqüentes àqueles de Skinner (apud Todorov, 2001)? Experimentos com estimulação aversiva mostram que quanto mais intenso e imediato o estímulo punitivo, mais eficaz ele será para modificar comportamentos. A efetividade desse estímulo pode mudar ao longo de extensos períodos de punição. Conforme aponta Catania (1999), tais experimentos mudaram os critérios para avaliar a efetividade da punição e levantaram dúvidas se a punição tinha sido julgada adequadamente.

Haveria 14 circunstâncias necessárias para a completa supressão do comportamento na punição, de acordo com Azrin e Holz (apud Todorov, 2001): não pode haver fuga possível da estimulação aversiva, que deve ser intensa, freqüente e imediata; a estimulação aversiva deve ser intensa desde o início, ou seja, a intensidade não pode aumentar gradualmente; se a intensidade for baixa, o período de punição deve ser curto; a estimulação aversiva não pode ocorrer junto com reforço positivo (caso contrário se torna um estímulo discriminativo) e deve sinalizar um período de extinção para a resposta; o grau de motivação para a resposta deve ser diminuído; a freqüência de reforço positivo para a resposta deve ser diminuída; deve existir resposta alternativa à punida, caso não haja, o sujeito deve ser levado à outra situação onde a tenha⁵; se um estímulo aversivo primário não pode ser aplicado, usa-se um condicionado; e finalmente, a estimulação aversiva pode ocorrer pela apresentação de *timeout* ou pelo aumento no custo da resposta.

No trecho citado anteriormente, no início da seção, Sidman afirmou que o choque recebido pelo animal é “relativamente suave e dura apenas uma fração de segundo” (Sidman, 1995, p.85), o que explicaria o retorno do comportamento à freqüência anterior ao procedimento de punição. Sidman, entretanto, não deixa de reconhecer a questão e sua posição sobre a efetividade do uso de contingências punitivas é a de que não há simplesmente sim ou não como resposta:

⁵ Conforme Catania (1999), é mais fácil diminuir a probabilidade de uma resposta quando há respostas alternativas que produzem o mesmo reforçador. Malott (2004) também pontua que a punição é ainda mais efetiva se uma resposta alternativa produzir o mesmo reforçador que a resposta punida.

Punição é trivial em nosso mundo. Ela funciona? Ela atinge seus propósitos? Ela é realmente uma maneira efetiva para impedir ou nos livrar de comportamentos? Seria conveniente se essas perguntas tivessem simplesmente “sim” ou “não” como respostas. Elas não têm. O tópico é excessivamente complexo. (Sidman, 1995, p. 81) [aspas do autor]

O autor afirma, ainda, que se podem utilizar contingências de reforço positivo e de reforço negativo para ensinar novos comportamentos e mantê-los. Também contingências punitivas podem nos manter agindo da maneira desejada. Contudo, ele conclui que, mesmo com esse efeito, a utilização de contingências punitivas nunca é benéfica, pois o preço pago é muito alto, ou seja, as conseqüências indesejáveis da punição são tantas e tão prejudiciais que cancelam seus benefícios.

Apesar de admitir o tópico como excessivamente complexo, Sidman é bastante claro: afirma que em longo prazo, contingências punitivas não funcionam, que o uso de coerção só pára comportamento. Pode-se afirmar que Sidman não está preocupado em abordar a efetividade da punição com base em que seu efeito direto é temporário, mas está preocupado sim, com os diversos efeitos indiretos e indesejáveis, decorrentes de tal contingência.

Na próxima seção, serão apresentados alguns efeitos indiretos de contingências de punição e de reforço negativo.

3.2.2 Tema VI – Subprodutos indesejáveis de procedimentos de punição e de reforço negativo

Na discussão desse quinto tema, serão apresentados, inicialmente, a posição de Sidman (1995) a respeito de alguns efeitos indesejáveis do controle aversivo. Em seguida, descrevem-se os possíveis efeitos desejáveis e menos discutidos de procedimentos baseados nas contingências de punição e de reforço negativo, pautando-se em autores como Perone (2003) e Himeline (1984); e finalmente, será relatada a posição de Skinner em relação ao uso do controle aversivo.

Alguns efeitos indesejáveis do controle aversivo

Sidman é um dos autores mais consultados quando se trata de efeitos colaterais do controle aversivo. O livro “Coerção e suas implicações” é rico em exemplos de implicações da coerção. O principal posicionamento de Sidman é que a coerção é responsável por muitos dos mais sérios problemas da sociedade, devido às suas implicações diretas e indiretas. Contingências coercitivas aumentariam a probabilidade de comportamentos de fuga, de esquivas e de agressão, produziriam pessoas com conduta patológica (como assassinos e espancadores), além de trazerem consequências negativas para o repertório comportamental dos indivíduos, tais como: rigidez, hostilidade, rebeldia, isolamento social, desajustamento e capacidade reduzida para engajamento construtivo. Enfim, sofrimento humano.

Os efeitos colaterais negativos do controle aversivo são bem conhecidos na literatura da terapia comportamental. Conforme Balsam e Bondy (1983), autores clássicos advertem sobre uma variedade de problemas associados ao uso de contingências de reforço negativo e de punição, baseando-se em pesquisas experimentais de punição e de esquivas com animais, ou provendo exemplos a partir de estudos de caso. O controle aversivo teria efeitos colaterais como raiva e agressão, supressão comportamental, comportamento inflexível e ritualístico. Além disso, procedimentos clínicos envolvendo controle aversivo acarretariam na imitação dos procedimentos por parte dos clientes submetidos a tais intervenções (Balsam e Bondy, 1983). O mesmo poderia ocorrer com pais ou cuidadores, com professores e no contexto organizacional, ou seja, é uma questão geral e importante.

Contudo, conforme se verá no tópico a seguir, diferentemente de Sidman, para Malott (2004), Himeline (1984), e Perone (2003), a utilização de procedimentos envolvendo contingências aversivas nem sempre é prejudicial aos indivíduos e à sociedade.

Alguns efeitos desejáveis do controle aversivo

Na visão de alguns autores, existem casos nos quais a falta de controle aversivo significa desvantagem ao indivíduo, conforme pôde ser validado em um experimento clássico realizado em 1895 por Scripture (apud Perone, 2003), no qual um aumento gradual da temperatura da água na qual estavam inseridas rãs acabava por cozinhá-las. Nesse caso, pode-se

dizer que faltaram contingências de reforço negativo para controlar o comportamento adaptativo (Perone, 2003).

Conforme Skinner (apud Griffin et al, 1988), em algumas situações o controle aversivo dá vantagem comportamental aos indivíduos, como soprar café quente, por exemplo. Segundo Michael (1993), controle aversivo pode ser aceitável ao gerar comportamento útil em longo prazo, como por exemplo, na educação. Para Himeline (1984), “punição é um fato freqüente em interações humanas, e em algumas circunstâncias procedimentos punitivos podem produzir bases mais efetivas para o acesso ao bem social” (Himeline, 1984, p. 496).

Outro efeito desejável do uso de controle aversivo relaciona-se à aquisição de novas respostas. De acordo com Millenson (1975), “quando várias respostas podem produzir o reforço positivo na mesma situação, a punição de uma resposta pode facilitar o deslocamento do comportamento e, se efetuada criteriosamente, ajudar a aquisição de novos padrões de comportamento” (Millenson, 1975, p. 401). O autor cita um experimento de Whiting e Mowrer, realizado em 1943, no qual ratos percorriam um labirinto como parte do procedimento. A conclusão a que se chegou foi que: se as escolhas incorretas eram punidas e as corretas eram reforçadas positivamente, a aquisição da resposta era mais rápida do que na outra condição na qual apenas se reforçava, positivamente, as respostas corretas. Esse é um exemplo de situação onde o controle aversivo pode trazer resultados desejáveis. Vamos imaginar uma implicação prática. Em uma empresa, durante o treinamento e desenvolvimento de colaboradores, por exemplo, podem ser utilizados feedbacks positivos, a fim de aumentar a freqüência de comportamentos desejáveis, e também feedbacks negativos, para diminuir a ocorrência de comportamentos indesejáveis. Tais procedimentos, utilizados conjuntamente, certamente aumentariam a performance de equipes em tempo consideravelmente mais curto do que com o uso apenas de feedbacks positivos.⁶

Sidman refere-se apenas muito sucintamente aos aspectos positivos do comportamento de esquiva, embora esse seja um processo filogenético, isto é, que apresenta valor de sobrevivência. Ele aponta que praticamente todo tipo de esquiva é prejudicial, seja para o desenvolvimento de repertório do próprio indivíduo, seja para a sociedade como um todo. Contudo, em nosso dia-a-dia, por exemplo, nos esquivamos da aversividade do mundo natural

⁶ Embora os feedbacks não se definam por suas funções reforçadoras, neste exemplo, considera-se que feedbacks positivos atuem como reforçadores positivos e feedbacks negativos como punição.

através do desenvolvimento de tecnologias (tais como ar-condicionado, protetor solar, etc). Dessa forma, pode-se dizer que o controle por meio de contingências aversivas tem um efeito motivador para ações eficazes.

Segundo Perone (2003), é quase unânime a posição de que os problemas do comportamento humano vêm do controle aversivo. Porém, controle aversivo não é necessariamente ruim, às vezes, pode até ser bom, como no exemplo dado no parágrafo anterior. Já reforço positivo não é necessariamente bom, pode também ser ruim. É importante perceber que o controle aversivo é inerente ao mundo, é uma característica inevitável do controle comportamental em contingências naturais e também planejadas: até mesmo procedimentos modelo de reforço positivo, contêm elementos de reforço negativo ou de punição, conforme destaca Perone (2003). Hines (1984) pontua que controle aversivo é inevitável, dentro e fora do laboratório, ou seja, é impossível construir um sistema comportamental sem controle aversivo: as formas de controle “positivo” e “negativo” estão intrinsecamente unidas⁷. O que se pode considerar é se o controle aversivo é desejável ou ao menos aceitável em uma dada situação – é impossível se ter leis gerais sobre o tema punição, por isso, não há como alguém ser categórico ao defender ou recomendar apenas um tipo de procedimento (fundado só em controle aversivo ou positivo) para intervenções comportamentais.

Um exemplo de resultado positivo obtido através de estimulação aversiva é o descrito por Clemens e Douglas (2006). Atualmente, questões ambientais são extremamente pertinentes para a economia mundial. Esses autores investigaram se iniciativas de preservação ambiental “voluntárias” eram de fato voluntárias. Uma forte hipótese era que as empresas apenas adotavam iniciativas voluntárias se fossem coagidas pelo governo. Clemens e Douglas (2006) entrevistaram 107 pessoas, que trabalhavam nos mais altos postos de indústrias de aço americanas e que, portanto, eram responsáveis por tomada de decisões. Dentre outras questões, os autores concluíram que existe uma relação positiva e significativa entre coerção e iniciativas ambientais voluntárias, um comportamento que pode ser considerado desejável. Tal estudo demonstra que medidas coercitivas podem encorajar administradores de indústrias a se focarem nas questões ambientais.

Millenson (1975) afirma que “os processos e resultados dos procedimentos de punição são variáveis e condicionais ao tipo de comportamento que está sendo punido, assim

⁷ Tal discussão aparece com mais detalhes no próximo capítulo de resultados.

como o são os estados de muitas das variáveis que operam no ambiente presente e passado do indivíduo punido” (Millenson, 1975, p. 402). O autor conclui que a solução é ter cautela em relação aos subprodutos emocionais de tal tipo de procedimento. Por outro lado, Hineline (1984) pontua que efeitos emocionais intensos não são peculiares ao controle aversivo – toda experiência emocional deve ser entendida em termos de contingências operantes e respondentes. Essa posição contrasta com a de Sidman. Analisando-se a obra de Sidman, os prejuízos trazidos pela coerção apontados por ele, conforme descritos na introdução, parecem ser todos produzidos por ambientes danosos aos indivíduos, onde o controle aversivo ocorreria de forma generalizada e em intensidades altíssimas. Nesse sentido, há que se ter cautela no uso de suas recomendações, tendo em vista, sobretudo, outras situações nas quais o controle aversivo ocorresse de modo menos extremo e generalizado.

Discutindo um pouco mais o efeito dos arranjos de contingências e não apenas do estímulo em si, Catania (1999), comparou experimentalmente os efeitos de choques produzidos por respostas e de choques independentes. O autor observou que os choques produzidos por respostas suprimem o responder mais do que os choques independentes das respostas. Analisando um experimento realizado com macacos, Catania (1999) aponta que um choque de mesma frequência pode ser responsável pela manutenção e também pela supressão do responder. O mesmo se daria em situações as quais descrevemos com a palavra masoquismo, que utilizamos para nos referir a um estímulo que acreditamos que deveria ser punidor, mas que funciona como reforçador. Assim, o efeito da punição deve depender da contingência (ou seja, da relação entre resposta e estímulo punitivo) e não simplesmente da aplicação de punidores. Conforme bem colocado por Catania (1999), “o responder pode ser aumentado ou diminuído pela mudança de suas conseqüências, e esses efeitos são determinados pelas propriedades comportamentais, e não pelas propriedades físicas das conseqüências” (Catania, 1999, p. 113).

Segundo Catania (1999), “estímulos punitivos podem ter efeitos independentes de sua relação de contingência com as respostas” (Catania, 1999, p. 113), ou seja, é difícil analisar a punição porque seus efeitos indiretos precisam ser distinguidos dos diretos. De acordo com alguns teóricos, a punição não seria efetiva para diminuir a frequência do comportamento. Para esses, os estímulos aversivos eliciariam respostas incompatíveis com aquelas respostas punidas, ou seja, as respostas incompatíveis ocorreriam no lugar das punidas, diminuindo a frequência dessas. De forma geral, contudo, não há evidência que suporte tal hipótese.

Experimentos de Azrin (apud Balsam e Bondy, 1983) e Schuster e Rachlin (apud Balsam e Bondy, 1983), por exemplo, demonstraram clara supressão da resposta após apresentação de estímulos aversivos.

Pelo exposto nesta seção e na anterior, poder-se-ia afirmar que contingências punitivas podem ser efetivas para alterar comportamentos. Contudo, aceitar tal eficácia não significa validar o uso dessas contingências em intervenções clínicas, organizacionais ou educacionais. Seus efeitos colaterais também devem ser levados em consideração. Enfim, alternativas à punição são várias e justificáveis, pelos seus subprodutos (Skinner apud Griffin et al, 1988; Todorov, 2001). Além disso, ainda que a punição possa modificar o comportamento humano, questões éticas estão envolvidas (Catania, 1999).

A posição de Skinner quanto ao uso de controle aversivo

Devido à sua importância, optou-se por destacar aqui a posição de Skinner, quanto ao uso de procedimentos baseados em controle aversivo. De acordo com Griffin, Paisey, Stark & Emerson (1988), em setembro de 1987, foi apresentada uma entrevista editada em videotape com Skinner no II Simpósio anual de avanço em tecnologia comportamental não-aversiva em Rockville, Maryland. Em janeiro de 1988, Skinner escreveu que ficara chateado com a maneira pela qual seu nome tinha sido usado por aqueles que são contra todas as formas de tratamento aversivo ao lidar com problemas de comportamento, não importa o quão severos. Ele então declarou sua posição naquele momento, a qual é aqui transposta na íntegra:

O uso de punição tem sido largamente debatido, especialmente em conexão com a educação e a terapia. Eu sou freqüentemente visto como opositor a todas as formas de punição, e eu gostaria de fazer a seguinte correção.

Punição é usualmente utilizada para a vantagem do punidor, mas há exceções, e às vezes elas são justificáveis. Algumas crianças autistas, por exemplo, machucarão seriamente a si mesmas ou se engajarão em outro comportamento excessivo ao menos que sejam drogadas ou restringidas, e outro tratamento é então virtualmente impossível. Se estimulação aversiva breve e não perigosa, feita precisamente contingente ao comportamento autodestrutivo ou outro comportamento excessivo, suprime o comportamento e deixa a criança livre para desenvolver-se de outras maneiras, eu acredito que seja justificado. Quando tomado fora de seu contexto, tal estimulação parece ser desumana, mas ela não pode ser distinguida daquela estimulação muito mais dolorosa às vezes requerida no dentista e em várias outras práticas médicas. Permanecer satisfeito com punição sem explorar alternativas não punitivas é realmente um erro.

Com exceção do acasalamento e do cuidado com os jovens, o comportamento social dos animais é quase completamente punitivo. Território, e outras posses, são defendidas com

força ou com ameaça de força. Presumivelmente, isto também seja verdadeiro para a espécie humana, e aqueles que têm a força para ameaçar os demais ainda, freqüentemente, o fazem. Há conseqüências não desejáveis; incluindo a fuga e o contra-ataque.

A alternativa é o reforço positivo. Comparado ao reforço negativo ou à punição, seus efeitos são atrasados e não são tão facilmente aprendidos. O atraso é tão crítico que outras espécies não usam reforço positivo (animais fazem várias coisas que reforçam o comportamento de outros, mas não porque essa seja uma conseqüência reforçadora).

Não há dúvidas dos ganhos de práticas que são únicas (e bem apropriadamente chamadas) humanas, mas isso é apenas o começo. Leis éticas, religiosas e governamentais são primariamente punitivas, especialmente quando designadas a restringir comportamento aversivo. As exceções que testificam a unicidade do comportamento humano são raras. Por exemplo, nós estamos longe de abandonar o uso da força em relações internacionais ou em manter a ordem doméstica. Pessoas vivendo próximas, o que inclui professores e alunos, terapeutas e clientes, raramente podem evitar todas as formas de punição.

Eu acredito que não haja mais nenhum uso de punição corporal nas escolas e muito se ganhou com a supressão disso. Sobre outras formas de punição, então, a questão remanescente é a severidade. Uma punição muito severa por não cumprir uma tarefa estaria longe do uso adequado da punição por trazer uma arma ou uma faca para dentro da sala de aula. Eu tenho orgulho do sucesso que temos tido em encontrar tantas alternativas à punição e eu esqueço que essa controvérsia parece renovar a visão de que behaviorismo significa punição. Essa é, eu espero, a única esperança para a eventual eliminação do controle punitivo em todos os campos. (Skinner apud Griffin et al, 1988).

Analisando-se a posição de Skinner (apud Griffin et al, 1988), verifica-se que o autor não é completamente contra o uso de contingências de punição. Ele defende a busca de alternativas à punição e também o uso de procedimentos de intervenção condizentes com a gravidade da situação – isto é, deixar de fazer a tarefa de casa não é tão grave quanto levar uma faca para a sala de aula. Assim, a intensidade da estimulação aversiva deve ser ponderada de acordo com cada circunstância. Comparando-se as posições de Skinner com as de Sidman, vemos que Sidman também concorda com o uso de contingências punitivas em algumas situações, como para suprimir comportamentos autolesivos, por exemplo. Ambos os autores preocupam-se com a busca de alternativas à punição e “Coerção e suas implicações”, nesse sentido, parece ser um chamado à sociedade para a busca por melhores alternativas de controle comportamental.

3.2.3 Tema VII – recomendação de substituição dos procedimentos fundamentados em contingências aversivas por intervenções pautadas em reforço positivo

Nesta seção, será analisada a recomendação de Sidman de substituir procedimentos embasados em contingências aversivas por intervenções fundamentadas em reforço positivo. Serão destacadas as posições de Balsam e Bondy (1983), Hineline (1984), Perone (2003) e Epstein (1996), autores que debatem esse tema. Finalmente, serão abordadas questões éticas envolvidas na escolha de procedimentos de intervenção.

A posição de Sidman quanto à resolução das implicações do uso de coerção é clara. Ele defende o uso de alternativas disponibilizadas pela Análise do Comportamento para prevenir ou evitar o uso de contingências aversivas e afirma que técnicas não-coercitivas são freqüentemente as únicas formas efetivas de tratamento. Os procedimentos indicados pelo autor sempre envolvem o uso de contingências de reforço positivo, cujos subprodutos indesejáveis não são trazidos a debate. Entretanto, o uso contínuo de contingências positivas não é possível todo o tempo, pois até mesmo os experimentos modelo que utilizam contingências de reforço positivo, contém elementos aversivos (Perone, 2003).

A literatura de terapia comportamental focaliza primordialmente os efeitos negativos de tratamentos que utilizam técnicas de controle aversivo. Assim, os efeitos colaterais indesejáveis do controle aversivo são bem conhecidos na literatura da terapia comportamental. Balsam e Bondy (1983) afirmam que livros clássicos da Análise do Comportamento advertem sobre uma variedade de problemas associados ao uso de contingências de reforço negativo e de punição, baseando-se em pesquisas experimentais de punição e de esquiva com animais ou provendo exemplos a partir de estudos de caso. De acordo com tais livros, conforme indicam esses autores, o controle aversivo teria efeitos colaterais eliciados e operantes, tais como vistos na seção anterior. Por outro lado, embora sejam menos conhecidos, existem efeitos indesejáveis dos procedimentos de reforço positivo, conforme poderá ser verificado a seguir.

A posição de Balsam e Bondy (1983), Himeline (1984) e Perone (2003)

Balsam e Bondy (1983) destacam-se por demonstrar que diversos subprodutos da estimulação aversiva, alguns dos quais serão brevemente apresentados aqui, também têm sua contrapartida com estimulação positiva. Propriedades eliciadoras de estímulos aversivos, por exemplo, não são únicas a esses estímulos. Estímulos apetitivos, como alimentos, também eliciam respostas, algumas das quais podem interferir com a resposta reforçada. E ainda, a apresentação de um forte estímulo apetitivo ou aversivo pode eliciar respostas que aumentam ou diminuem um resultado esperado.

Para Balsam e Bondy (1983), há uma concordância significativa entre os pesquisadores de que os mesmos processos subjazem ao controle aversivo e ao apetitivo e que esses procedimentos produzem efeitos simétricos no comportamento. Assim, influenciariam tanto a frequência do comportamento em questão (efeito direto sobre a resposta), quanto a uma variedade de outras respostas (efeitos indiretos). Uma implicação disso seria a possibilidade de efeitos indesejáveis paralelos àqueles observados no controle aversivo, quando procedimentos com reforço positivo são utilizados.

Dependendo da maneira como forem administrados, estímulos apetitivos podem produzir comportamentos inapropriados. Por exemplo, se uma professora der balas para seus alunos e em seguida tentar ensiná-los matemática, provavelmente sairá frustrada da sala de aula: o comportamento efusivo dos alunos certamente interferirá com a ocorrência da resposta esperada pela professora. Outro efeito indesejável que pode derivar da apresentação de estimulação apetitiva é a ocorrência de respostas de aproximação e contato a qualquer sinal antecedente, ao qual tais respostas foram condicionadas. Essa situação tem implicações consideráveis. Imagine uma pessoa que recebe substancial reforço de um parente, do namorado ou até mesmo de seu terapeuta. Aproximações constantes a essas pessoas podem interferir com o desenvolvimento de comportamento apropriado, já que, se tais agentes forem a maior fonte de reforço para o indivíduo, aproximações a outras pessoas podem ser suprimidas (Balsam e Bondy, 1983).

Balsam e Bondy (1983) alertam ainda para os efeitos operantes da estimulação positiva. De acordo com eles, a introdução de uma contingência de reforço não apenas aumenta a frequência daquela resposta reforçada, mas também diminui a ocorrência de outras respostas, o

que é um efeito inerente ao princípio básico do reforço. A taxa de resposta é função da distribuição de reforçadores entre alternativas e relaciona-se diretamente à frequência com a qual uma dada resposta é reforçada e é inversamente proporcional à frequência com que outras respostas alternativas não são reforçadas.

No contexto terapêutico, pode ocorrer uma tendência do cliente de engajar-se em comportamentos terapeuticamente reforçados e de não se engajar em comportamento alternativo, tornando, assim, o cliente dependente do terapeuta. O cliente pode querer relacionar-se só com o terapeuta e tornar seu comportamento obsessivo e monótono, caso reforçadores não sejam providos por diferentes pessoas, em diferentes situações, para diferentes respostas. Um efeito negativo potencial poderia ocorrer com o término da terapia, caso essa seja uma importante fonte de reforço (Balsam e Bondy, 2003). Assim, dois problemas poderiam ocorrer: o cliente poderia limitar seus contatos à apenas uma pessoa (a que disponibilizaria reforçadores), conforme exposto anteriormente, ou poderia ter seu repertório limitado a apenas algumas respostas (aquelas reforçadas). Tais problemas podem ocorrer não só no contexto clínico, mas em uma variedade de outras situações, como em escolas, empresas e comunidades.

Uma terapia de sucesso é entendida como aquela onde o comportamento é generalizado para situações outras que não o contexto terapêutico. Porém, às vezes, o comportamento pode ficar sob controle da presença do agente terapêutico ou então não se generalizar de um aspecto do ambiente para outro. Dessa maneira, a questão da generalização e da discriminação é claramente tão crítica para procedimentos de reforço como o é para os de punição. Contudo, alguns analistas do comportamento vêm tais problemas de reforço como limitações dos procedimentos, enquanto entendem os efeitos paralelos da punição como “efeitos colaterais negativos” (Balsam e Bondy, 2003).

Também para Himeline (1984), intervenções baseadas em reforço positivo podem ter efeitos deletérios (e não apenas procedimentos baseados em punição e em reforço negativo). Outro autor que se preocupa em chamar a atenção para o grande endosso do reforço positivo na literatura da Análise do Comportamento é Perone (2003). Ele questiona sobre a natureza do reforço positivo e defende que o reforço positivo não está livre de efeitos negativos (ou indesejáveis) comumente atribuídos ao controle aversivo.

Conforme colocado por Perone (2003), em 1971, Skinner descreveu que os comportamentos ocorridos em contingências de reforço positivo poderiam ter conseqüências

aversivas depois de certo tempo. Poderia ser difícil lidar com tais consequências, porque as consequências reforçadoras positivas são imediatas. Assim, Skinner descreveu o problema – o comportamento gerado por reforço positivo (imediato) traz consequências aversivas (em longo prazo) – cuja solução seria criar consequências aversivas imediatas. Skinner também descreve o surgimento de fadiga em ocasiões onde há reforço positivo abundante. Outras situações também podem ser perigosas por não gerar evitação, fuga ou subprodutos emocionais, apesar de certas contingências positivas serem destrutivas. Como exemplos, têm-se pessoas que jogam compulsivamente e há quem tenha um estilo de vida (sedentária ou com abuso da alimentação, por exemplo) que se relaciona à ocorrência de problemas de saúde, em longo prazo (Perone, 2003).

Conforme visto, Balsam e Bondy (1983), Himeline (1984) e Perone (2003) apresentam efeitos indesejáveis de procedimentos embasados em contingências positivas. Na sequência, será apresentada a posição de Epstein (1996), autor que debate as posições de Balsam e Bondy (1983) em diversos aspectos, alguns dos quais, mais relevantes ao tema do presente estudo, foram selecionados para serem aqui relatados.

A posição de Epstein (1996) X a posição de Balsam e Bondy (1983)

Segundo Epstein (1996), Balsam e Bondy (1983) concluíram incorretamente alguns pontos sobre a natureza do reforço, falhando em distinguir entre os efeitos dos reforçadores e os efeitos de contingências de reforço e programas de reforço. Contingências de reforço podem ser arranjadas para manter quase qualquer comportamento, seja ele classificado como “negativo” ou “positivo”. Reforço não deveria ser considerado suspeito simplesmente porque pode fortalecer comportamento agressivo ou choro, ou porque contingências pobres podem produzir comportamento que não é imediatamente generalizável para novos ambientes, ou ainda, porque contingências inadequadas podem falhar em estabelecer discriminações.

Para Epstein (1996), mais do que falar sobre “efeitos colaterais”, é preciso olhar de forma mais ampla para os efeitos que as intervenções produzem, em toda a sua complexidade. Ninguém pode afetar uma única classe de respostas sem afetar outras; classes de respostas parecem interagir sem caminhos ordenados. Um estímulo que serve como reforço para um organismo em uma ocasião pode não fazê-lo em outra (Epstein, 1996), como bem demonstra o

experimento de Piazza, Hanley, Fisher, Ruyter e Gulotta (1998). Em um contexto instrucional, esses autores avaliaram os efeitos de estímulos reforçadores em respostas de obediência de duas crianças que apresentavam comportamento destrutivo.

Os resultados desse estudo foram discutidos em relação à importância de operações estabelecedoras na determinação de propriedades apetitivas ou aversivas dos estímulos, no caso de comportamentos destrutivos multi-determinados. Piazza et al (1998) demonstraram como é importante ver o reforço de uma perspectiva relativa, e como variáveis contextuais são críticas na determinação dos efeitos do reforço em uma dada consequência. O resultado de que o término de dado estímulo pode funcionar como reforço negativo em um contexto e a apresentação do mesmo estímulo pode funcionar como reforço positivo em outro não é novidade. Estudos básicos demonstram que até mesmo choque elétrico pode funcionar como estímulo aversivo em um contexto e como reforço positivo em outro (Horner, 1990; Piazza et al, 1998).

De acordo com o exposto, tanto procedimentos fundamentados em contingências aversivas, quanto em contingências positivas, podem apresentar efeitos indiretos indesejáveis. Tais efeitos devem ser levados em consideração na escolha de procedimentos de intervenção, conforme veremos a seguir.

Questões éticas envolvidas na escolha de procedimentos de intervenção

Conforme aponta Perone (2003), é impossível construir um sistema comportamental sem controle aversivo, pois as formas positivo e negativo de controle estão intrinsecamente unidas. Para Horner (1990), nem a vida em geral das pessoas, nem programas de manutenção comportamental em específico, podem ser totalmente não aversivos. Geralmente, porém, oponentes de intervenções aversivas, como Sidman, não arguem por utopia – isto é, por procedimentos completamente não aversivos, mas por procedimentos que não envolvam a apresentação de dor física, não produzam efeitos que requeiram atenção médica, e sejam julgados subjetivamente como estando dentro das normas típicas pelas quais as pessoas devem se tratar umas às outras. Atualmente, não há uma linguagem operacional, nem consenso para definir tais critérios.

De acordo com Perone (2003), as decisões sobre bons ou ruins métodos de controle devem ser tomadas sem atentar-se se enquadram na especificação técnica de reforço positivo ou controle aversivo. Precisamos enfatizar mais os resultados do que os procedimentos, enfatizar o que se espera de qualquer intervenção comportamental, independente de sua classificação. Nesse mesmo sentido, Horner (1990) defende que o objetivo terapêutico não deve ser uma simples redução do comportamento-alvo por um curto período de tempo, em um ambiente restrito de estímulos. Resultados socialmente válidos de intervenções comportamentais envolvem mudanças fundamentais nas opções que os indivíduos têm em suas vidas: o que fazer, aonde fazer, com quem passar o tempo, o suporte requerido do cuidador e a extensão com que as atividades refletem experiências sociais.

Assim, a questão não é que a punição não funciona, mas que os modelos ou padrões fundamentais usados para mensurar sucesso comportamental são inadequados. Se uma pessoa se engaja em severo comportamento autolesivo, uma intervenção de sucesso deveria produzir diminuição em respostas de auto-injúria em todos os ambientes, atividades e pessoas da vida diária do indivíduo. Em outras palavras, mudanças comportamentais serão inadequadas se não forem acompanhadas por aumentos em opções adaptativas, que não estavam disponíveis quando ocorriam problemas comportamentais. A tarefa, portanto, não é mudar apenas comportamentos isolados, mas desenvolver ambientes que dêem suporte a várias classes de comportamentos que tragam qualidade de vida. Atualmente, nem intervenções positivas, nem aversivas, provêm demonstrações empíricas de alterações comportamentais consistentes com os padrões descritos acima. Conforme pontua Horner (1990), a maioria das preocupações associadas com a apresentação de estímulos aversivos também são problemáticas para intervenções positivas.

De qualquer maneira, entende-se que intervenções comportamentais devam ser apresentadas com respeito e dignidade aos indivíduos. Horner (1990) reúne três modelos (regras) de intervenções: (1) o quanto uma intervenção pode ser intrusiva ao indivíduo deve ser balanceado com um benefício antecipado; (2) a intervenção que se espera ser menos intrusiva deve ser empregada primeiro; (3) a intervenção, usando ou não estímulos aversivos, não pode ser desumanizadora, degradante ou desrespeitosa à pessoa. Horner (1990) indica o exame desses modelos (critérios) para a escolha de intervenções comportamentais. Ele acredita que poucos analistas comportamentais, clínicos, discordariam do terceiro critério apresentado acima e que

maiores refinamentos viriam na aplicação prática, em escolas e em ambientes comunitários, por exemplo, como o que já ocorreu com os dois primeiros critérios apresentados.

Para esse mesmo autor, os responsáveis pelo desenvolvimento, pesquisa e disseminação de intervenções para indivíduos com severos comportamentos desafiadores devem definir não apenas os procedimentos, mas também as proteções e condições necessárias para uso efetivo desses procedimentos. Analistas do comportamento que trabalham em clínicas devem determinar a história e a severidade do comportamento-alvo e monitorar seus procedimentos para proteger seus clientes quando estímulos aversivos forem utilizados (Horner, 1990).

Conforme exposto, a questão de definição acerca da escolha de procedimentos de intervenção é muito mais abrangente do que apenas seguir a recomendação de Sidman de não se adotar procedimentos aversivos. Aspectos éticos e que dêem suporte ao desenvolvimento de um repertório comportamental eficaz devem ser considerados. Analistas do comportamento que utilizam o livro de Sidman como referência devem considerar que procedimentos indicados por ele podem apresentar, também, efeitos indesejáveis e que não estão livres de considerações éticas de aplicação.

4 RESULTADOS 02: TEMA VIII – SIDMAN (1995) ABORDA DE MANEIRA DICOTÔMICA, DO PONTO-DE-VISTA TEÓRICO-CONCEITUAL, OS PROCESSOS COMPORTAMENTAIS ENVOLVIDOS NAS CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO POSITIVO E DE REFORÇO NEGATIVO

O presente capítulo é constituído por três seções. A primeira delas apresenta críticas de alguns autores à diferenciação entre contingências de reforço positivo e de reforço negativo. A segunda destaca a posição de Sidman (2006) sobre esse debate. E finalmente, são descritas opiniões de diferentes autores em relação às justificativas da manutenção do uso generalizado dessa distinção, tanto no campo do ensino, quanto no campo profissional.

4.1 CRÍTICAS ÀS DEFINIÇÕES OPERACIONAIS DE CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO POSITIVO E DE REFORÇO NEGATIVO

Na presente seção, veremos as críticas de alguns autores sobre a pertinência da diferenciação entre contingências de reforço positivo e de reforço negativo. Sidman (1995) coloca as contingências de reforço positivo e de reforço negativo de forma dicotômica, embora assumam a dificuldade em se distinguir a ocorrência dessas duas contingências na vida comum. Talvez essa dificuldade ocorra porque as contingências de reforço positivo e de reforço negativo se inter-relacionam, conforme veremos a seguir.

A distinção entre apresentação e remoção de estímulos é um produto central nas discussões sobre condicionamento operante e definiu diferentes áreas de pesquisa. Por um lado, teríamos pesquisas com estímulos reforçadores positivos que, no laboratório animal, envolvem investigações de programas de reforço e de controle de estímulo e comumente apresentam comida como reforçador. Por outro lado, teríamos investigações no campo do controle aversivo, as quais geralmente envolvem reforçadores negativos (Baron e Galizio, 2005).

As críticas às definições operacionais de reforço positivo e de reforço negativo ganharam destaque com a publicação de um artigo clássico de Michael (1975), que identificou

fatores responsáveis pela distinção atual entre reforço positivo e negativo e defendeu o abandono dessa diferenciação, já que alguns fatores determinariam sua irrelevância. O tema abordado por ele não foi completamente novo. Problemas de definições já haviam sido considerados por analistas do comportamento e escritores que tratavam de motivação nas décadas de 60 e 70 (Catania; D'Amato; Mowrer, apud Baron e Galizio, 2005). Esses autores, citados por Baron e Galizio (2005), que trabalhavam com programas tradicionais de tratamento, como treino de recompensa (rótulo inicial para reforço positivo) e treino de fuga-esquiva (reforço negativo), modelaram a distinção entre reforço positivo e negativo pela introdução de variáveis motivacionais. No treino de recompensa, a resposta produzia um estímulo que invocava prazer ou satisfação. Já o treino de fuga-esquiva envolvia arranjos nos quais respostas reduziam ansiedade ou outras formas de desconforto (Baron e Galizio, 2005).

Desde o artigo de Michael (1975), diversos autores, analistas do comportamento da área aplicada, abordaram a discussão quanto à distinção entre reforço positivo e reforço negativo em suas análises de problemas de comportamento, conforme será relatado mais adiante. Ainda hoje, esta questão da distinção entre reforço positivo e negativo representa um assunto bastante polêmico. Recentemente, Baron e Galizio (2005) resgataram e intensificaram essa discussão, da qual serão destacados, a seguir, alguns pontos.

Posições de Baron e Galizio (2005)

Assim como Michael (1975), Baron e Galizio (2005) enumeraram várias formas pelas quais se podem distinguir contingências de reforço positivo e de reforço negativo, e então efetivamente argumentaram contra elas. Em 2006, diversos autores importantes da Análise do Comportamento se posicionaram em relação aos pontos apresentados por Baron e Galizio (2005). Para Iwata (2006), por exemplo, esses autores contribuíram para a Análise do Comportamento ao reiterarem as preocupações de Michael (1975) e ao reconsiderarem uma questão terminológica ainda não resolvida. De acordo com Chase (2006), Baron e Galizio (2005) examinaram os avanços na pesquisa analítica comportamental desde Michael (1975), de forma lógica, erudita e precisa. Para o próprio Michael (2006), tais autores fizeram uma versão clara e acurada de seus argumentos contra o uso da distinção entre reforço positivo e negativo na Análise do Comportamento. Ele apenas acrescentou alguns pontos à apresentação dos autores, os quais

serão detalhados mais adiante. Sidman (2006) também discute os artigos de Baron e Galizio (2005) e de Michael (1975). Suas posições serão apresentadas na próxima seção. Seguem dois pontos do artigo de Baron e Galizio (2005), considerados os mais pertinentes ao presente estudo da obra de Sidman.

(1) *Problemas com estudos da área aplicada que enfatizam a distinção entre reforço positivo e negativo.* Um exemplo de estudo da área aplicada que enfatiza a distinção entre reforço positivo e reforço negativo, ao analisar problemas de comportamento, é o de Iwata et al (1994). Esses autores estudaram comportamento autolesivo, distinguindo as instâncias nas quais o comportamento autolesivo era mantido por fuga de tarefas demandadas (reforço negativo), de instâncias nas quais o comportamento era mantido por atenção de alguém, ou por acesso a comida e outras atividades (reforço positivo). Os resultados do estudo sugerem que os indivíduos variam na extensão em que seus comportamentos são mantidos por uma ou outra forma de reforço. Para Baron e Galizio (2005), embora tais resultados possam dar suporte a uma classificação útil dos eventos que mantêm o comportamento-problema, eles não especificam a ambigüidade identificada por Michael (1975). Ou seja, o comportamento autolesivo ocorria como consequência do aumento da atenção ou do alívio da solidão? De fuga de uma tarefa aversiva ou do acesso a uma atividade alternativa reforçadora? O fato é que, para eles, nenhuma dessas explicações parece apropriada.

Continuando, os mesmos autores afirmam que dilema semelhante aparece na literatura sobre abuso de drogas. Alguns propuseram que o uso de drogas pode, inicialmente, ser mantido por contingências positivas, mas quando o uso se torna mais crônico, o controle passa a ser negativo (término do período de abstinência). Desse modo, reforço negativo seria o fator mais crítico a ser considerado na dependência de drogas. Eles entenderam que, sem dúvidas, diversas mudanças ocorrem com o uso crônico, incluindo diminuição dos efeitos da droga que leva à tolerância e à ocorrência de vários sintomas de retirada, sintomas estes que terminam com o uso da droga. Contudo, em todos os estágios da história de abuso de drogas, a administração da droga cria uma mudança de um estado do organismo sem droga para outro no qual a droga está ativa. Para melhor avaliação dos comportamentos do indivíduo que utiliza drogas, é preciso, então, considerar tanto o estado do organismo *antes* da resposta de consumir, quanto *depois* de consumir. Isto é, a situação envolve tanto reforço negativo, quanto reforço positivo (Baron e Galizio, 2005).

Assim, nesse primeiro ponto de destaque, é possível ver que existem situações que envolvem reforçadores tanto positivos, quanto negativos (como no comportamento autolesivo ou de uso de drogas). Nessas situações, seria um erro classificar o processo apenas como reforçamento positivo ou reforçamento negativo.

(2) *Condições pré e pós-mudanças para a efetividade de estímulos.* Baron e Galizio (2005) destacam uma observação relevante de Michael (1975): a apresentação de um estímulo contingente à resposta requer, por necessidade, que a resposta termine um período prévio, no qual o estímulo estava ausente. Da mesma forma, o término de um estímulo contingente à resposta não pode ocorrer, a menos que a resposta seja precedida por um período no qual o estímulo esteja presente. Nesse sentido, Baron e Galizio (2005) oferecem um exemplo da ambigüidade reforço positivo X reforço negativo: comida é, usualmente, vista como reforçador positivo, contudo, sua apresentação também reduz um estado de privação (reforço negativo). Portanto, reforço positivo e negativo são mudanças de uma condição de estímulo para outra, não apenas apresentação ou remoção de estímulos. Desse modo, a afirmação de que um reforçador é exclusivamente positivo ou negativo sempre pode ser questionada pela asserção de que a forma alternativa é a verdadeira base para o efeito reforçador.

Para Baron e Galizio (2005), se alguma distinção deve ser feita, deve ser entre processos de reforço e processos de punição, ou seja, entre mudanças ambientais fortalecedoras e supressoras de comportamento. Assim, não haveria necessidade em se distinguir entre reforço positivo e negativo, já que ambos fortaleceriam o comportamento.

Segundo os mesmos autores, a classificação de estímulos reforçadores (e punidores) em positivo e negativo provê uma forma de organizar diversos eventos em um número menor de categorias. Embora não haja suporte para a classificação em termos de diferentes processos, talvez se possa manter a distinção em nível de procedimento, ou seja, seria uma maneira útil de organizar operações que podem ter efeitos reforçadores e punitivos. A conclusão dos autores, assim como a de Michael (1975) é que tal distinção é difícil pela ambigüidade essencial aos procedimentos. Em suma, na visão desse autor, ao se referir aos dois tipos de reforço, deve-se cuidar com a forma pela qual isso é feito, já que os termos “positivo” e “negativo” carregam considerável bagagem conceitual. Atentando-se às ambigüidades inerentes à distinção, fica-se menos propenso a usá-la para justificativas éticas ou decisões práticas. No

mínimo, deve-se reconhecer que a questão das diferenças funcionais entre reforço positivo e negativo continua controversa.

Nesse segundo ponto das posições de Baron e Galizio (2005), é possível constatar que eles orientam que: (a) analisem-se as situações pré e pós-mudança de estímulos para se especificar a distinção entre reforço positivo e negativo – o que é difícil, já que a efetividade de um estímulo reforçador depende de um período prévio no qual ele estava ausente; (b) se distinções devem ser feitas, devem ser entre contingências de reforço e de punição; e (c) deve-se, sobretudo, reconhecer que a ambigüidade existe, e que é controversa.

Voltando às posições de Sidman (1995) e contrapondo-as às de Baron e Galizio (2005), pode-se afirmar que ele não aborda a questão da distinção e, ao utilizar os termos “positivo” e “negativo” usuais à distinção, atribui valores aos procedimentos de reforço positivo e de reforço negativo. Utilizar a distinção entre reforço positivo e negativo é essencial para Sidman (1995), pois está no cerne de sua definição de coerção: reforço positivo está em um extremo (como procedimento de escolha para intervenções comportamentais) e reforço negativo em outro (como procedimentos que acarretariam diversos prejuízos).

Conforme já assinalado, a publicação de Baron e Galizio (2005) acirrou o debate do tema. O que vem a seguir é uma amostra das posições de dois autores que entraram no debate dessa publicação, Iwata (2006) e Michael (2006).

Posições de Iwata (2006)

Iwata (2006) analisou alguns exemplos dados por Baron e Galizio (2005) e avaliou algumas questões de forma diferente. Se para Baron e Galizio (2005) uma única situação pode ser classificada tanto pela suposição de reforçamento positivo, quanto pela suposição de reforçamento negativo, para Iwata (2006), tanto a apresentação de comida, quanto a redução de privação são ações do experimentador. Redução da privação refere-se ao reverso de uma condição imposta anteriormente. Similarmente, terminar o choque não envolveria a apresentação de um período seguro (isto é, sem choques), mas sim o reverso de uma condição na qual um estímulo específico (choque) estava presente. Então, no exemplo da comida, o contraste relevante entre as condições experimentais refere-se a uma condição experimental pré-mudança (sem apresentação de comida contingente ao responder) ser seguida por uma condição experimental

pós-mudança (apresentação de comida contingente ao responder). Embora fosse possível dispensar a palavra *apresentação* na descrição da diferença entre as condições pré-mudança e pós-mudança, o fato de a comida ser entregue apenas na condição pós-mudança continua claro. Na medida em que a maioria das contingências de reforço envolve condições pré-mudança e pós-mudança, nas quais estímulos específicos (comida, choque, dinheiro, elogios, etc.) estão presentes em uma condição, mas ausentes na outra, as transições entre condições podem ser facilmente descritas como envolvendo *apresentação* ou *remoção* por um experimentador e classificadas como procedimentos de reforço positivo e de reforço negativo, respectivamente (Iwata, 2006). Note-se que para esse autor as definições operacionais referem-se, então, aos procedimentos conduzidos pelo pesquisador e não ao suposto processo comportamental induzido por tais procedimentos.

Contudo, para Iwata (2006), é mais difícil classificar duas mudanças de estímulo ao longo de um mesmo contínuo porque ambas envolvem apresentação. Apesar da dificuldade de classificação, as mudanças ainda envolvem aumento ou diminuição de algumas características dos estímulos. Nesses casos, definir se tais mudanças de parâmetros funcionam como reforçador positivo ou negativo requer uma análise mais extensiva, conforme as propostas por Michael (1975) e Baron e Galizio (2005). Contudo, a identificação da diferença crítica entre as condições pré-mudança e pós-mudança de reforço facilitaria o desenvolvimento de contingências efetivas para modificações comportamentais em contextos de pesquisa e também na área prática (Iwata, 2006).

Pode-se observar que a posição de Iwata (2006) difere da de Baron e Galizio (2005) por ser menos radical. Ele argumenta que existem certos procedimentos que podem ser classificados como de reforço positivo ou negativo, desde que se atentem às ações do experimentador, mas reconhece que há outras situações difíceis de serem classificadas, as quais realmente necessitam de uma análise mais detalhada, como sugerem Baron e Galizio (2005).

Posições de Michael (2006)

O artigo de Baron e Galizio (2005) também foi avaliado pelo próprio Jack Michael em Michael (2006), um artigo no qual ele se refere ao entendimento de diferentes maneiras pelas quais estímulos adquirem propriedades reforçadoras. A maior parte do reforço

humano, diz ele, consiste em uma mudança de estímulos cujo valor reforçador pode ser adquirido em diferentes e complexas condições de estímulos. O valor reforçador de um estímulo comumente deriva-se de alguns eventos, por si mesmos reforçadores, e de outros que funcionariam como punição para as respostas que imediatamente o precedem. A propriedade reforçadora de um estímulo depende de arranjos de contingências nas quais estão presentes estímulos reforçadores positivos e negativos, com diferentes graus de valor reforçador. Assim, o valor total de uma condição de estímulo resultará de uma adição de diferentes tipos de valores momentâneos aos diferentes estímulos reforçadores envolvidos.

Michael (2006) ilustra tal tipo de arranjo com uma situação experimental hipotética: considere um rato, privado de comida, em um local no qual: (a) um choque doloroso pode ser apresentado aos pés do animal através de uma grade no chão, (b) uma pelota de comida pode ser derrubada em um recipiente, e (c) um tom em alto volume pode ser ligado e desligado. Pode-se controlar o valor total de uma condição de estímulos controlando a frequência na qual os choques e as pelotas de comida são apresentadas (em uma base randômica) e a duração com a qual o tom soa. O valor condicionado do reforço de uma mudança dessa condição de estímulos para outra, na qual o tom não está soando, será determinada conjuntamente com os valores de duas das condições acima. Por exemplo, se durante a condição tom-ligado a frequência de comida apresentada é muito alta e a frequência do choque é muito baixa, o valor reforçador total daquela condição seria muito alto, em comparação com uma outra condição, com o tom-desligado em um arranjo oposto em relação à condição comida-choque; isto é, frequência de comida muito baixa e choque muito alto. A força do reforço condicionado de mudança de um tom desligado para um tom ligado seria alta nessa condição e qualquer resposta que fosse seguida imediatamente por tal mudança teria sua frequência consideravelmente aumentada. Para o animal, a mudança de tom-desligado para tom-ligado seria muito boa, ele sairia de uma situação muito ruim (baixa frequência de apresentação de comida e alta frequência de apresentação de choques), para uma situação muito boa (alta frequência de apresentação de comida e baixa frequência de apresentação de choques).

A questão crítica, de acordo com Michael (2006) é se tal mudança – claramente uma forma de reforço – deve ser considerada reforço positivo ou negativo. Continuando o raciocínio, a mudança na direção oposta, do tom-ligado para o tom-desligado, certamente seria considerada punição, mas seria punição positiva ou negativa? Tradicionalmente, atenta-se para a

classificação baseando-se em se a mudança deve ser considerada apresentação ou remoção, ou da mesma forma, se é uma adição ou uma subtração de um estímulo. Já que a mudança de tom-desligado para tom-ligado parece uma adição de estímulo, deve-se considerar o reforço como positivo e a punição relativa como negativa. Mas isso obviamente seria uma tolice, uma vez que a mudança da condição boa para o tom foi completamente arbitrária. Em situações semelhantes a essa, o autor sugere o abandono da distinção positivo-negativo.

Na visão de Michael (2006) é recomendável o conhecimento da distinção sem, no entanto, encorajar o seu uso. Para ele, autores de livros didáticos devem redigir a distinção em sua forma tradicional e então descrever sua ambigüidade, e na continuidade do livro debater a distinção reforço-punição para qualquer análise do comportamento mais detalhada.

Na presente seção, foram descritas as posições de alguns autores sobre a distinção entre reforço positivo e reforço negativo: Baron e Galizio (2005), Iwata (2006) e Michael (2006). Em síntese, importantes pontos foram levantados:

- Existem situações que envolvem reforçadores tanto positivos, quanto negativos, nas quais seria um erro utilizar a distinção entre processos ou procedimentos de reforço positivo e de reforço negativo (Baron e Galizio, 2005).
- Situações pré e pós-mudanças de estímulos devem ser analisadas para se especificar a distinção entre reforço positivo e negativo – o que será difícil, já que a efetividade de um estímulo reforçador depende de um período prévio no qual ele estava ausente (Baron e Galizio, 2005).
- Deveria haver apenas distinção entre contingências de reforço e de punição (Baron e Galizio, 2005).
- Deve-se reconhecer que a ambigüidade entre reforço positivo e negativo existe, e que é controversa (Baron e Galizio, 2005; Iwata, 2006, Michael, 2006).
- A posição de Iwata (2006) difere da de Baron e Galizio (2005) por ser menos radical: ele argumenta que existem situações que podem ser classificadas considerando-se as ações do experimentador e reconhece que há situações difíceis de serem classificadas, as quais realmente necessitam de uma análise mais detalhada, como sugerem Baron e Galizio (2005).

Voltando às posições de Sidman (1995), pode-se afirmar que ele não aborda a questão da distinção e, ao utilizar os termos “positivo” e “negativo” usuais à distinção, atribui valores aos procedimentos de reforço positivo e de reforço negativo. Utilizar a distinção entre

reforço positivo e negativo é essencial para Sidman (1995), pois está no cerne de sua definição de coerção: reforço positivo está em um extremo (como procedimento de escolha para intervenções comportamentais) e reforço negativo em outro (como procedimento que acarretaria diversos prejuízos).

4.2 POR QUE A DISTINÇÃO ENTRE REFORÇO POSITIVO E NEGATIVO CONTINUA SENDO UTILIZADA E ENSINADA?

Nesta segunda seção, serão apresentadas opiniões dos diferentes autores, que vêm debatendo este tema, quanto ao que eles pensam a respeito das justificativas ou dos motivos pelos quais a distinção ainda é utilizada, de modo generalizado, por analistas do comportamento, tanto no campo do ensino, quanto no campo profissional.

Reconhecendo que a distinção entre reforço positivo e negativo continua sendo usada, mesmo após trinta anos da publicação do artigo de Michael (1975), Baron e Galizio (2005) recuperaram três das possíveis justificativas para a distinção⁸, já discutidas pelo primeiro autor. A primeira delas refere-se aos efeitos fortalecedores de reforçadores positivos e negativos, os quais podem diferir de acordo com suas propriedades temporais, sua relação com outras variáveis independentes e seu papel no desenvolvimento de discriminações. A segunda justificativa relaciona-se a possíveis diferenças nas estruturas fisiológicas ou processos que embasam reforçamento positivo e negativo. Finalmente, a terceira justificativa refere-se à aplicabilidade: mantendo-se a distinção na ciência básica, pode-se, mais eficazmente, alertar analistas do comportamento da área aplicada contra os aspectos indesejáveis do reforço negativo.

Michael (1975) já havia rejeitado essa terceira justificativa (da distinção servir para alertar mais eficazmente contra o uso do reforço negativo) de três maneiras: (1) se a distinção é difícil de ser feita, logo, o alerta contra a utilização de procedimentos embasados em reforço negativo também deve ser difícil de ser seguido; (2) é uma questão empírica se procedimentos de reforço negativo são indesejáveis; e (3) questionou se é valioso manter a

⁸ No presente estudo, enfoca-se com maiores detalhes a terceira justificativa, já que essa se relaciona mais diretamente com o livro “Coerção e suas implicações”.

distinção no nível da ciência básica por suas possíveis implicações sociais. Sem dúvida, procedimentos que usam reforço negativo como método de aplicação da análise do comportamento continuam sendo mal vistos, e alguns chegam a argumentar que o uso de termos como reforço e punição deveria ser abandonado para que houvesse maior aceitação da abordagem analítico-comportamental (Baron e Galizio, 2005).

Para Iwata (2006), a distinção não apenas continua, mas está mais pronunciada – ao menos na literatura aplicada. Para embasar essa afirmação, o autor realizou uma pesquisa com a palavra-chave “reforço negativo” no *Journal of Applied Behavior Analysis* e obteve 80 citações como resultado. Dessas, 16 apareceram nos volumes de 1 a 20, enquanto 64 apareceram nos volumes de 21 a 37. Ou seja, a distinção entre reforço negativo e positivo tem sido mais freqüente nos últimos volumes do *Journal of Applied Behavior Analysis* do que em volumes iniciais, o que seria uma amostra da continuidade de sua utilização. Segundo Chase (2006), Baron e Galizio (2005) não deram pistas de por quê a distinção entre reforço positivo e negativo continuou por 30 anos após a análise desses termos por Michael (1975). Contudo, Baron e Galizio (2005) não apenas relembram seus leitores sobre as três justificativas apresentadas por Michael (1975) e já descritas rapidamente nesta seção, como também demonstram outras possibilidades, conforme poderá ser visto a seguir.

Posições de Baron e Galizio (2005)

(1) *O papel de respostas competitivas*: Segundo Baron e Galizio (2005), a relação temporal entre a resposta operante e a mudança de estímulo foi uma distinção originalmente proposta por Catania (apud Baron e Galizio, 2005) e, posteriormente, por Himeline (1984) e por Pierce e Cheney (apud Baron e Galizio, 2005). Tal distinção entre o reforço positivo e o negativo baseia-se no seguinte argumento: no momento da resposta, determinado estímulo está ausente no caso do reforço positivo, mas presente no caso do reforço negativo. Imagine um rato pressionando uma barra e obtendo comida. Após pressionar a barra, o rato aproxima-se da comida e alimenta-se. Como ocorrem em momentos diferentes, a competição entre as duas respostas (pressionar a barra e comer) é mínima. Agora imagine um rato pressionando a barra e interrompendo a emissão de choques. A pressão à barra que é negativamente reforçada, ocorre na presença do choque, o qual provoca várias respostas características (por exemplo, pular, correr)

que podem interferir com a resposta escolhida pelo pesquisador. Contudo, uma vez que a resposta operante tenha sido executada e o estímulo aversivo terminado, a competição termina.

Tal distinção baseada na competição de respostas, embora útil, tem valor limitado em alguns aspectos, de acordo com os autores. Retomando o exemplo dado acima, no caso do reforço positivo, um rato trabalhando por comida está em privação, e os estímulos que acompanham a privação também podem evocar comportamentos que são incompatíveis com a resposta de pressão à barra (por exemplo, inspecionar o pote de comida). Por outro lado, no dia-dia, há comportamentos de esquiva que parecem ocorrer na ausência de respostas que poderiam interferir com eles, como quando abastecemos o carro antes de ficar sem combustível, ou programamos nosso despertador para a manhã seguinte. De acordo com Baron e Galizio (2005), Catania (1998) reconheceu tal ambigüidade e afirmou que “reforço sempre envolve mudanças na situação do organismo e inevitavelmente leva a diferenças no responder, antes e depois da mudança” (Catania, 1998, p.101 apud Baron e Galizio, 2005).

(2) *Sentimentos de reforço*: Segundo Baron e Galizio (2005), talvez a distinção entre reforço positivo e negativo continue porque os sentimentos associados a cada tipo de reforço sejam diferentes. Skinner analisou em 1976 (Skinner, apud Baron e Galizio, 2005), os “sentimentos de reforço” e observou que sentimentos dominaram a discussão sobre recompensa e punição por séculos. Skinner (2000) não incluiu nas definições das contingências de reforço, os sentimentos que estas poderiam evocar; sentimentos que foram entendidos por ele como eventos privados (que se tornam relevantes ao indivíduo quando sua comunidade verbal pergunta como ele se sente em certas ocasiões). A descrição de sentimentos relacionados a reforço iniciou-se em 1911, com Thorndike, que chamou reforçadores de “satisfatórios” e “agradáveis”. Em 1960, Mowrer cunhou o termo “alívio” para referir-se aos estados que acompanhavam a retirada da estimulação aversiva. Skinner tratou os sentimentos como outros eventos que acompanham o comportamento e não como causas deste. Para ele, seres humanos seriam poderosamente reforçáveis por açúcar, sal e contato sexual por ação de processos evolucionários, e não porque tais estímulos teriam gosto bom ou proporcionariam bons sentimentos.

No entendimento de Baron e Galizio (2005), embora sentimentos de reforço tenham seu lugar na Análise do Comportamento, seu relato não ajudaria na distinção de contingências de reforço positivas ou negativas. Para os autores, o acesso a tais sentimentos é dependente de relatos verbais e estes podem não ser claros. Assim, embora comumente as

peessoas relatem como aversiva a interrupção de estados agradáveis e como prazeroso o término de estados dolorosos ou de ansiedade, não podemos usar tais relatos para distinguir as contingências em vigor como reforçadoras positivas ou negativas.

Segundo Baron e Galizio (2005), talvez os problemas criados por referência a sentimentos possam ser resolvidos concentrando-se nas operações estabeledoras e em outras variáveis contextuais relacionadas a sentimentos. Dizemos que uma operação estabeledora ocorre quando, por exemplo, ficamos muito tempo privados de comida: quanto maior a extensão da privação, mais intenso será nosso sentimento de prazer ao comer e mais efetivo será o reforço do comportamento. De maneira similar, no caso de reforçadores negativos, as fontes mais importantes de reforço relacionam-se à intensidade e à duração do estímulo que é terminado.

Como visto, embora Baron e Galizio (2005) apresentem algumas possíveis justificativas para a continuidade do uso da distinção, eles também argumentam contra tais justificativas. Pode-se dizer que para tais autores, o uso da distinção traz problemas e deve ser evitado, pois não haveria qualquer justificativa válida para mantê-la.

Posições de Iwata (2006)

Iwata (2006) também enumera alguns motivos que podem contribuir para a continuidade do uso da distinção entre reforço positivo e negativo, embora não se proponha a mantê-la.

(1) *Existem situações nas quais é possível especificar o tipo de reforço.* O primeiro ponto refere-se a situações em que várias mudanças de estímulos envolvem condições pré-mudança e pós-mudança nas quais pode-se determinar qual estímulo está presente ou ausente. Michael (1975) e Baron e Galizio (2005) apontaram o fato de que contingências de reforço envolvem operações que podem não ser facilmente descritas como *apresentação* ou *remoção* de estímulos, assim, esses autores concordam que é difícil se especificar qual o tipo de reforço envolvido em algumas situações. Para exemplificar, Michael (1975) cita mudanças na intensidade de choques e Baron e Galizio (2005) citam mudanças de temperatura. Michael (1975) limita essa preocupação às mudanças de estímulo ao longo de um contínuo e enfatiza a importância de, cuidadosamente, se especificarem as condições pré e pós-mudança, bem como a diferença entre ambas, mais do que simplesmente referir-se a elas como *apresentação* ou *remoção* de estímulos.

Experimentos podem envolver duas condições: a condição pré-mudança (na qual atenção não está disponível, por exemplo) e a condição pós-mudança (na qual atenção está disponível). Nesse exemplo, mais do que classificar o experimento como apresentação de estímulos reforçadores positivos, é necessário enfatizar quais as diferenças entre as condições pré e pós-mudanças.

Em situações nas quais a apresentação ou remoção de estímulos pode ocorrer de forma gradual, como quando se aumenta a temperatura de um ambiente experimental, é mais simples classificar a contingência quando se tem mudanças bruscas, isto é, se um ambiente com zero graus tem sua temperatura aumentada para 50 graus. Caso a temperatura tivesse uma mudança de 0,25 graus, poderia não ser tão facilmente especificável. Iwata (2006) afirma que Baron e Galizio (2005) e Michael (1975) têm razão em se preocuparem com algumas situações, mas questiona se temos tantos exemplos similares aos deles. Assim, embora concorde com a dificuldade de se classificar algumas situações como envolvendo reforço positivo ou negativo, Iwata (2006) acredita que a distinção reforço positivo-negativo continua a ser usada porque a maioria das situações nas quais se aplicam permite sua classificação sem maiores dificuldades.

(2) *Possíveis ganhos em se manter a distinção.* De acordo com Iwata (2006), alguma coisa pode-se ganhar por identificar a natureza da mudança de estímulo que serve como reforço. Por exemplo, saber que dar atenção serve como reforço positivo para problemas de comportamento pode ajudar a: (a) identificar situações (condições pré-mudança) nas quais a atenção seria ou não efetiva como reforçador; (b) examinar efeitos do tipo oposto de mudança de estímulo (removendo a atenção); e (c) identificar outras mudanças de estímulos que teriam o mesmo efeito que a apresentação ou remoção de atenção.

Iwata (2006) cita um exemplo de Osborne (apud Iwata, 2006) bastante interessante: esse autor analisou uma situação na qual uma pessoa precisava terminar um trabalho para ter acesso a lazer e notou que contingências de tempo livre envolvem tanto o término da atividade na qual a pessoa se encontra, quanto o acesso a outras atividades alternativas posteriores. Nesse exemplo, pode ser importante determinar quais mudanças de estímulos servem como reforço, antes de desenvolver contingências efetivas de tempo livre. Vamos imaginar um exemplo no qual gostaríamos de intervir para uma melhor performance: uma pessoa que precisa terminar um trabalho para apresentar ao seu chefe. Se o simples término da cobrança do chefe pelo trabalho funcionasse como reforçador, pouca informação seria necessária para uma intervenção valiosa – poderíamos programar contingências efetivas de tempo livre sem

considerar o que estaria disponível nessas ocasiões. Em contraste, se a natureza das atividades alternativas, disponíveis durante o tempo livre, fosse um importante determinante do efeito do reforço, isto é, se tais atividades fossem por si mesmas reforçadoras, então poderíamos esperar que o simples término do trabalho tivesse pouco valor como reforçador. Com tal raciocínio, Iwata (2006) defende que considerações mais cuidadosas devem ser dadas às condições pós-mudança que são apresentadas, do que às condições pré-mudanças que são terminadas. No caso do exemplo, seria preciso atentar mais às condições que serão apresentadas após o comportamento esperado, ou seja, às atividades disponibilizadas para o tempo livre, do que à atividade em si que é terminada (o trabalho).

Um outro ganho com a identificação de mudanças de estímulos que servem como reforço pode ser possível na determinação de como melhor implementar extinção. Voltando ao exemplo anterior, se o término do trabalho serve como reforço, extinção deve envolver a continuidade do trabalho. Contudo, se acesso a atividades durante o tempo livre serve como reforço, para produzir extinção não precisamos continuar com o trabalho (ou seja, não seria importante prevenir a fuga do trabalho). Mas, provavelmente seria importante garantir acesso limitado às atividades alternativas reforçadoras durante o período de fuga do trabalho.

De forma geral, verifica-se que Iwata (2006), embora não seja favorável à manutenção da distinção reforço positivo X negativo, afirma que existem situações nas quais é possível realizar tal distinção e que, às vezes, essa pode ser útil.

Conforme mostra a próxima seção, descobrir por que a distinção é mantida, talvez envolva uma análise da conjuntura do ambiente atual e também uma investigação da área (que poderia ocorrer com uma averiguação dos livros de ensino de Análise do Comportamento ou com uma pesquisa direto com os que a ensinam). Como pontuado por Chase (2006) na próxima seção, uma hipótese é que o ensino da distinção tenha função útil.

Posições de Chase (2006)

Para Chase (2006), a distinção, e particularmente os exemplos dados por muitos professores, ajudam a focar em análises detalhadas dos tipos de variáveis que podem controlar o comportamento. O analista do comportamento deve iniciar apontando a distinção entre comportamento e ambiente. Então, deve-se passar à descrição de mudanças ambientais que

ocorrem antes e depois do comportamento. Depois de estabelecer a prioridade da seleção por conseqüências, verifica-se que algumas das mudanças nas conseqüências podem aumentar a probabilidade do comportamento e outras a diminuir. Continuando, pode-se apontar que algumas daquelas mudanças que aumentam a probabilidade envolvem a remoção de uma conseqüência, e outras envolvem a apresentação de conseqüências. Finalmente, adiciona-se que às vezes o comportamento remove uma conseqüência evitando-a e às vezes, fugindo dela. Tais descrições, e os exemplos dados para ilustrá-las, demonstram as práticas utilizadas por behavioristas para resolver problemas, e são alguns dos aspectos críticos a serem considerados quando se trata de ensinar aos estudantes maneiras de examinar o comportamento, como behavioristas.

Chase (2006) concorda com Baron e Galizio (2005) de que todos os exemplos de reforço positivo envolvem exemplos de reforço negativo. Para ele, isso mostra os detalhes envolvidos na Análise do Comportamento, os quais, quando apontados para os estudantes, ajudam-nos a resolver problemas enquanto behavioristas. Uma vez que analistas do comportamento devem ser bastante específicos em relação ao comportamento-alvo de uma intervenção, para observá-lo e modificá-lo, o foco em questões como reforço positivo e negativo leva à necessidade de medidas precisas. Manter a distinção também ajudaria a isolar os tipos de mudanças em contingências que devem ser programadas para se obterem mudanças comportamentais.

Nesta seção, foram apresentados Baron e Galizio (2005), Iwata (2006) e Chase (2006) discorrendo sobre possíveis justificativas para o uso da distinção reforço positivo X reforço negativo. Baron e Galizio (2005) apresentaram justificativas relacionadas ao papel de respostas competitivas e de sentimentos de reforço, porém, argumentaram contra elas. Iwata (2006) apontou que talvez a distinção se mantenha porque existem situações passíveis de classificação pelo tipo de reforço e porque poderia haver ganhos ao se fazer tal diferenciação, como maior clareza. Já Chase (2006) afirma que no ensino, a distinção pode auxiliar os alunos no enfoque de análises detalhadas dos tipos de variáveis que podem controlar o comportamento. A seguir, veremos a posição de Sidman (2006) sobre a distinção em debate.

4.3 POSIÇÃO DE SIDMAN (2006) ACERCA DA DISTINÇÃO ENTRE REFORÇO POSITIVO E REFORÇO NEGATIVO

Sidman (2006) considera que Baron e Galizio (2005) foram mal-sucedidos em optar pelo abandono da caracterização de reforço como positivo ou negativo e por apenas se falar de diferentes tipos de reforço. Para ele, Baron e Galizio (2005) se preocuparam em demonstrar seu descontentamento com a dificuldade de se distinguir entre a apresentação e a remoção (ou prevenção) de estímulos, como base para a classificação de eventos reforçadores.

Sidman (2006) assume então que Baron e Galizio (2005) referem-se a um evento em um momento particular e em um contexto específico, e questionam se o reforço naquela ocasião é positivo ou negativo. Eles ilustram essa dificuldade com o experimento clássico de Weiss e Laties (apud Baron e Galizio, 2005), no qual ratos aprendem a pressionar uma barra que acende uma lâmpada quente, a qual aumenta a temperatura do ambiente frio. O reforço aqui produz calor (reforço positivo) ou reduz o frio (reforço negativo)? Baron e Galizio (2005), então, generalizam essa dificuldade interpretativa a todas as instâncias de reforço. Argumentam que a produção de estímulos (reforço positivo) sempre envolve a fuga de uma situação (reforço negativo) na qual o estímulo estava ausente; e que a remoção de um estímulo (reforço negativo) sempre envolve produção de uma situação (reforço positivo) na qual o estímulo estava ausente. Sidman (2006) faz duas considerações a esse argumento.

Em primeiro lugar, Sidman (2006) pontua que, mesmo fazendo objeções às noções de que reforço envolve mudanças em estados fisiológicos ou emocionais, Baron e Galizio (2005) sustentam seu principal argumento recorrendo a tais estados. Pesquisas iniciais voltadas a dar suporte a tal tipo de explicação para a efetividade de comida e água como reforçadores não se provaram convincentes, e a teoria de que reforço deve envolver “redução de estados”⁹ não são mais utilizadas.

Em segundo lugar, Sidman (2006) considera que Baron e Galizio (2005) aceitam muito facilmente a impossibilidade de se determinar se a apresentação ou remoção é o reforçador em cada caso particular. No exemplo de Weiss e Laties (1961) citado por eles, é claro que ambas as temperaturas antecedentes e conseqüentes devem ser levadas em consideração na

⁹ “drive reductions” no original.

especificação do reforçador. Mas ele argumenta que a existência de instâncias que podem ser classificadas somente como reforço positivo ou negativo não proveria razões suficientes para abandonar a distinção, já que essa geralmente é especificável e valorosa. Note-se que essa posição é a mesma de Iwata (2006), já apresentada anteriormente.

Para Sidman (2006), há áreas de confusão nas definições da maioria dos conceitos, e isso não os torna inutilizáveis. Por exemplo, se algo é grande ou pequeno, rápido ou lento, alto ou baixo, apenas podemos dizer que “depende” do referencial que estamos usando. A efetividade de alguns reforçadores depende menos de sua ausência prévia do que de quais comportamentos eles tornam possíveis no futuro. Por exemplo, sem dúvida o término de um período sem dinheiro pode ser crítico na determinação do valor reforçador do dinheiro. Sidman (2006) assume claramente que é impossível dizer que um evento é exclusivamente um reforçador positivo ou negativo no sentido de que seja sempre apenas de um dos dois tipos. Dado o contexto e a história apropriada, qualquer evento pode funcionar como reforçador positivo ou negativo.

Muito freqüentemente, quando o status de uma situação parece confusa em relação a ser um reforçador positivo ou negativo, existem maneiras de deixar clara a distinção, ou seja, de determinar se a mudança comportamental resulta da produção ou remoção de estímulos. Respostas que desligam choques elétricos também deixam o organismo em um ambiente no qual os choques estão ausentes, mas será que o animal trabalharia para produzir (ou manter) o mesmo ambiente independente de qualquer experiência com choques? Segundo Sidman (2006), esse experimento pode ser feito, mas os resultados são tão previsíveis que ninguém o fez. O término do choque será reforçador mesmo se o ambiente produzido pelo comportamento de fuga continuar mudando. Quando uma criança se comporta de forma a ser levada para o quarto de time-out apenas quando é requerido que ela se engaje em uma atividade particular, pode-se facilmente determinar se a fuga da atividade ou se o quarto de time-out por si só provêm os reforçadores para esse comportamento disruptivo. Ele considera esse experimento geralmente difícil de ser realizado porque a produção de interação social no caminho do quarto pode funcionar como estímulo reforçador, e não a fuga em si. De forma geral, a possibilidade e utilidade de se identificar reforçadores positivos e negativos são encorajadoras para Sidman (2006).

Sidman (2006), por outro lado, concorda com a observação de Baron e Galizio (2005) e de Michael (1975) de que o conceito de reforço negativo tem causado confusão,

especialmente para os leitores recém-introduzidos na ciência comportamental. A dificuldade estaria no fato de que, convencionalmente na linguagem ordinária, o termo “negativo” usualmente denota o oposto de algo “positivo”. Por já se ter adotado a definição de reforço positivo e equiparado-o ao termo cotidiano “recompensa”, muitos leitores acabam por equiparar reforço negativo com punição. Horner (1990) também discute quanto à concordância sobre o uso do termo “aversivo”. Segundo ele, uma preocupação para os leitores do debate sobre procedimentos aversivos é a definição sobre os significados dos termos que são usados. Frequentemente, “aversivo” significa ruim e “não-aversivo” significa bom. Tecnicamente, contudo, o termo “aversivo” refere-se a um estímulo que um indivíduo consistentemente evita ou escapa dele. Assim, é essencial, segundo ele, atentarmos ao fato de que todo estímulo pode ser aversivo em algumas situações e de que nenhum estímulo é aversivo para todas as pessoas o tempo todo.

Conforme exposto anteriormente, Michael (1975) e Baron e Galizio (2005) não concordam que a distinção entre reforço positivo e negativo possa ajudar a informar analistas do comportamento da área aplicada sobre os efeitos indesejáveis do reforço negativo. Para Sidman (2006), a ciência pode responder se procedimentos de reforço negativo são indesejáveis, ao prover dados que podem ser relevantes para decisões. Segundo ele, a Análise do Comportamento já apresentou dados extensivos sobre fuga e esquiva, punição, supressão condicionada, extinção, etc, e agora é papel dessa ciência apresentar tais dados à sociedade – e não apenas para dizer o que tais procedimentos fazem. O papel de um cientista, para Sidman (2006), é prover informações, mas se um cientista quiser também ajudar a sociedade a fazer julgamentos, assume um outro papel: o de cidadão preocupado. Ou seja, a posição de Sidman (2006) é a de que a ciência proveu dados que permitem aos cientistas tomarem decisões éticas ao escolherem procedimentos. Pelos efeitos indiretos de contingências de punição e de reforço negativo, ele não aconselha o uso de procedimentos que envolvam tais contingências, a não ser em situações bastante específicas, nas quais não seja possível utilizar reforçadores positivos para modificação comportamental.

Conforme Michael (2006) pontua, a maioria dos Analistas do Comportamento favoreceria intervenções agradáveis, mas isso certamente não equivale a favorecer o uso de contingências de reforço positivo sobre as de reforço negativo. Já em seu artigo clássico de 1975, ele argumenta:

Se a distinção é muito difícil de ser feita em vários casos do comportamento humano, o alerta (para o uso do reforço positivo e não negativo) não será de fácil seguimento; e é uma questão empírica agora se tal alerta é razoável – uma questão que muitos sentem que não foi respondida (Michael, 1975, p.41-42).

Sidman (2006) questiona a dúvida de Michael (1975) sobre manter “uma distinção no nível de ciência básica por causa de suas possíveis implicações sociais” (Michael, 1975, p.42). Se alguma ciência sobreviverá ou será aceita pela sociedade como algo que vale a pena - o que significa dizer: que tenha valor sustentável – então é melhor relacionar seu conteúdo a problemas da vida diária. Para Sidman (2006), as ciências começam em problemas da vida diária, quando as pessoas imaginam as causas de acontecimentos, tentando entendê-los. Coerção, definida por ele como punição e reforço negativo, utilizada pelas pessoas como forma de controle nas relações sociais, é um tópico que chama a atenção das pessoas. Mesmo sem nenhum treino em ciência comportamental, ele interessou-se em estudar fuga e esquiva por vê-las como origens do chamado comportamento “anormal”. Uma ciência que fracassa em abordar tópicos considerados importantes no mundo pode não apenas falhar em sobreviver, mas também merecer esse destino (Sidman, 2006).

5 CONCLUSÕES

Um primeiro ponto que merece destaque refere-se às contribuições de Sidman com a obra aqui estudada. Conforme exposto na primeira seção, Sidman contribuiu imensamente com o desenvolvimento da Análise do Comportamento. Com “Coerção e suas implicações”, auxiliou na divulgação de princípios comportamentais para o público leigo, sobretudo para profissionais interessados na promoção de mudanças comportamentais.

O livro suscita debates sobre a importância da democracia e igualdade social no acesso a bens disponíveis e produzidos. Sidman (1995) considera que avanços da Análise do Comportamento podem subsidiar mudanças importantes em práticas culturais. Por exemplo, a descrição das contingências ambientais responsáveis pela ocorrência de classes comportamentais denominadas “caridade” e a predição de processos comportamentais delas decorrentes, encontra-se muito bem colocada por ele. O problema apontado pelo autor seria o acesso desigual de diferentes segmentos da população aos recursos naturais. Assim, Sidman (1995) contribuiu para trazer à discussão da Análise do Comportamento não só o controle aversivo enquanto modelo teórico de análise, mas também questões sociais que podem ser analisadas a partir desse modelo. Como esta pesquisa tem como objetivo geral levantar discussões a respeito da obra de Sidman, além de destacar suas contribuições, outros resultados precisam ser aqui pontuados.

As posições de Skinner a respeito da punição - Apesar deste estudo focar especialmente as posições do autor Sidman, é relevante pontuar que ao conduzir esta pesquisa, foi possível redimensionar também as posições de Skinner a respeito da punição. Embora usualmente encontrem-se referências à posição contrária de Skinner quanto ao uso da punição, uma análise mais detalhada mostrou um quadro um pouco diferente. Skinner não é completamente contra o uso de contingências de punição, uma vez que ao mesmo tempo em que ele defende a busca de alternativas à punição, ele também defende o uso de procedimentos de intervenção condizentes com a gravidade da situação. Ou seja, é uma preocupação dele que sejam ponderados ganhos e perdas, para indivíduo e sociedade, quando estiver em pauta a discussão, em situações concretas, sobre utilizar ou não procedimentos de punição. Assim, Skinner não veta o uso de tais

procedimentos, e sim apresenta uma postura de ponderação dos seus efeitos, mas isto parece pouco divulgado a seu respeito.

Quanto à qualidade dos efeitos das contingências de reforço positivo e de controle aversivo - Com o estudo do livro “Coerção e suas implicações”, verificou-se que o principal posicionamento de Sidman nessa obra é que a coerção é responsável por muitos dos mais sérios problemas da sociedade, devido às suas implicações diretas e indiretas. Em vista disso, no decorrer do livro, Sidman recomenda enfaticamente a substituição de procedimentos embasados em contingências aversivas, por intervenções fundamentadas em reforço positivo. Entretanto, os resultados apresentados mostram que é preciso maior ponderação em relação aos efeitos dos dois tipos de controle, tanto do aversivo quanto do positivo. A questão é que Sidman não dá qualquer ênfase ao debate dos subprodutos indesejáveis de procedimentos de reforço positivo. Porém, autores como Perone (2003) e Malott (2004) têm demonstrado que a utilização de procedimentos envolvendo contingências aversivas nem sempre é prejudicial. Em algumas situações o controle aversivo dá vantagem comportamental aos indivíduos, e pode ser aceitável ao gerar comportamento útil em longo prazo. Por outro lado, os resultados mostraram que muitos autores apontam para os efeitos indesejáveis dos procedimentos de reforço positivo, dependendo da maneira como forem administrados os estímulos apetitivos. Comportamentos ocorridos em contingências de reforço positivo podem, por exemplo, ter conseqüências aversivas depois de certo tempo. Ou seja, considerando-se os resultados aqui obtidos, parece adequado concluir que o controle aversivo não é necessariamente ruim, às vezes, pode até ser bom. Já reforço positivo não é necessariamente bom, pode também ser ruim. Se estas conclusões são válidas suas implicações para a prática em Análise do Comportamento parece evidente.

Sobre os critérios de escolha de procedimentos de intervenção - Continuando, em decorrência da análise acima, um segundo resultado merece ser pontuado. Apesar de o presente estudo ter, como principal objetivo, análises teórico-conceituais a partir do livro “Coerção e suas implicações”, os resultados obtidos com ele incluem pontos importantes a serem considerados por analistas do comportamento no campo prático. Uma das questões práticas que podem ser subsidiadas pelos resultados aqui obtidos, refere-se aos critérios de escolha dos procedimentos de intervenção. Este estudo mostra que esta questão é muito mais abrangente do que apenas seguir a

recomendação de Sidman de não se adotar procedimentos aversivos. Aspectos éticos e que dêem suporte ao desenvolvimento de um repertório comportamental eficaz devem ser considerados. Analistas do comportamento que utilizam o livro de Sidman como referência deveriam considerar que procedimentos indicados por ele podem apresentar, também, efeitos indesejáveis e que não estão livres de considerações éticas de aplicação. Levando-se em conta as análises dos diferentes autores examinados na seção Resultados 02, pode-se concluir que seria recomendável aos analistas do comportamento olharem de forma mais global para os efeitos que as intervenções produzem, em toda a sua complexidade. Ao decidirem sobre a adequação de um procedimento, o recomendável seria que atentassem menos ao fato dele enquadrar-se na especificação técnica de reforço positivo ou de controle aversivo, e mais nos resultados que tais procedimentos possam produzir, independente de sua classificação como positivo ou aversivo.

Quanto às definições de reforço positivo e negativo - Um outro resultado ainda merece ser lembrado por sua relevância teórica: a distinção, ao nível das definições, entre reforço positivo e reforço negativo. Em “Coerção e suas implicações”, Sidman não aborda a questão dessa distinção. Contudo, ao utilizar os termos “positivo” e “negativo” usuais à distinção, atribui valores aos procedimentos de reforço positivo e de reforço negativo. Tal uso é essencial para Sidman, pois ele coloca o reforço positivo em um extremo (como procedimento de escolha para intervenções comportamentais) e reforço negativo em outro (como procedimento não recomendável por acarretar diversos prejuízos comportamentais). Entendemos que os debates em torno do artigo de Baron e Galizio (2005) mostram que há importantes problemas com a distinção entre os dois tipos de reforço. Assim, a seção Resultados 02 nos força a reconhecer que a ambigüidade entre reforço positivo e negativo, discutida por Baron e Galizio (2005), Iwata (2006), Michael (2006) e Sidman (2006), existe e que é controversa. Com isto, conforme já lembrado acima, seria interessante que se buscassem outros critérios de escolha dos procedimentos de intervenção comportamental. Mas, sobretudo, cabe lembrar que o intenso debate, recentemente travado entre os últimos quatro autores, mostra a importância e a atualidade do problema que norteou esta pesquisa.

Acredita-se que os pontos levantados neste estudo sejam importantes para uma análise crítica de um livro muito consultado e amplamente divulgado no Brasil - “Coerção e suas implicações”. Tais discussões representam aspectos a serem considerados por profissionais que

trabalham com modificação comportamental e também por pesquisadores interessados em análises teórico-conceituais sobre reforço positivo, reforço negativo e punição. Espera-se que este estudo possa instigar novas discussões e debates entre aqueles leitores que se fundamentam em Sidman (1995), sobretudo no que se refere às questões teórico-conceituais que possam representar avanços para a Análise do Comportamento, especialmente aquelas questões com implicações para a prática.

REFERÊNCIAS

Balsam, P. D & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 16 (3), 283-296.

Baron, A. & Galizio, M. (2005). Positive and negative reinforcement: should the distinction be preserved? *The Behavior Analyst*, 28 (1), 85-98.

Bolsoni – Silva, A. T. & Maturano, E. M. (2004). Habilidades sociais educativas parentais e problemas de comportamento: algumas relações. In: M. Z. S. Brandão, F. C. S Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani, (Orgs). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: Esetec. (pp. 251-260).

Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza et al, Trads.). 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Chase, P. N. (2006). Teaching the distinction between positive and negative reinforcement. *The Behavior Analyst*, 29 (1), 113-115.

Clemens, B; & Douglas, T.J. (2006). Does coercion drive firms to adopt ‘voluntary’ green initiatives? Relationships among coercion, superior firm resources, and voluntary green initiatives. *Journal of Business Research*, 59 (1), 483-491.

Cordova, J. V. & Scott, R. L. (2001). Intimacy: a behavioral interpretation. *The behavior analyst*, 24 (1), 75-86.

Cunha, P.F.A. & Gongora, M.A.N. (2007). *Considerações sobre o uso do controle aversivo em psicoterapia infantil*. Anais do XVI EAIC - 26 a 29 de Setembro de 2007 - ISSN: 1676-0018.

Epstein, R. (1996)a. Should you punish your child? *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 255-266).

Epstein, R. (1996)b. The positive side effects of reinforcement. *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 247-253).

Gomide, P. I. C. & Weber, L. (2004). O comportamento moral e os estilos parentais. In: M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani (orgs). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: Esetec. (pp. 272-285).

Griffin, J.C; Paisey, T.J.; Stark, M.T. & Emerson, J. H. (1988). B. F. Skinner's position on aversive treatment. *American journal on mental retardation*, 93(1), 104-105.

Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain?. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3 (1), 495-509.

Hineline, P. N. (2005). The several meanings of "positive". *Journal of Organizational Behavior Management*, 24 (2), 55-66.

Horner, R. (1990). Ideology, technology, and typical community settings: use of severe aversive stimuli. *American journal on mental retardation*, 95 (2), 166-168.

Iwata, B.A. (2006). On the distinction between positive and negative reinforcement. *The behavior analyst*, 29 (1), 121-123.

Iwata, B.A; Pace, G.M.; Dorsey, M.F.; Zarcone, J.R.; Vollmer, T.R.; Smith, R.G.; Rodgers, T.A; Lerman, D.C.; Shore, B.A.; Mazaleski, J.L.; Goh, H.L.; Cowdery, G.E.; Kalsher, M.J.; McCosh, K.C.; Willis, K.D. (1994). The functions of self-injurious behavior: An experimental epidemiologic analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 27 (1), 215-240.

Lerman, D. C. & Vorndran, C. M. (2002). On the status of knowledge for using punishment: implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 431-464.

Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*. Extraído de <http://www.dickmalott.com>. em 10/06/05.

Marinho, M. L. (2001). Subsídios ao terapeuta para análise e tratamento de problemas de comportamento em crianças: quebrando mitos. In: M. L. Marinho (Org). *Psicologia clínica e da saúde*. Londrina: Ed. UEL; Granada: APICSA. (pp. 03-32).

- Martinez, C. S. M. (2005). *Algumas contribuições ao debate do conceito e da utilização do controle aversivo*. Monografia de Especialização. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
- Mazzo, I. M. B. (2007). *Análise de possíveis efeitos desejáveis do controle aversivo na aprendizagem de comportamento eficaz*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
- Michael, J. (1975). Positive and negative reinforcement, a distinction that no longer necessary; or a better way talk about bad things. In: E. Ramp. & G. Semb (orgs.). *Behavior Analysis: Research and Application*. N.J: Englewood Cliffs. (pp. 33-44).
- Michael, J. (2006). Comment on Baron and Galizio (2005). *The behavior analyst*, 29 (1), 117-119.
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. (A. A. Souza & D. Rezende, Trads.). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 1 (1), 1-14.
- Piazza, C.C; Hanley, G.P.; Fisher, W.W.; Ruyter, J.M. & Gulotta, C.S. (1998). On the establishing and reinforcing effects of termination of demands for destructive behavior maintained by positive and negative reinforcement. *Research in developmental disabilities*, 19(5), 395-407.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações*. (R. Azzi; Andery, M.A, Trads.) Campinas: Editorial Psy. (Originalmente publicado em 1989)
- Sidman, M. (2006). The distinction between positive and negative reinforcement: some additional considerations. *The behavior analyst*, 29(1), 135-139.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1975). *Tecnologia do ensino*. (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

Skinner, B. F. (1977). *O mito da liberdade*. (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trans.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1 (1), 37-40.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

APÊNDICE 1 – LISTAGEM PRELIMINAR DE CONSIDERAÇÕES SOBRE SIDMAN (1995), PRODUZIDA NO PASSO I DA METODOLOGIA

- Durante todo o livro, M. Sidman faz extrapolações diretas do laboratório para a área aplicada. O próprio Sidman afirma especular quando dá exemplos da prática (sobretudo ao falar de temas complexos, como, por exemplo, crenças religiosas e artes), contudo, isso não parece ficar claro aos seus leitores.
- Sidman afirma que a natureza é coercitiva e que perdemos tempo para nos proteger contra ela. Contudo, não podemos modificar o caráter coercitivo da natureza, pois essa é uma característica inerente ao nosso ambiente.
- O autor contribuiu para maior embasamento de analistas do comportamento ao descrever o controle do comportamento e ao diferenciá-lo do controle aversivo.
- Em seu texto, Sidman inicialmente diferencia punição tipo 1 e 2 e então passa a analisá-las conjuntamente. Se houver, quais são os prejuízos de tratar de forma semelhante os dois tipos de punição?
- Sidman defende que os pais devem estabelecer limites não-coercitivos aos seus filhos e aconselhá-los sobre como o mundo funciona. Segundo o autor, conselhos devem alterar a probabilidade dos filhos virem a se comportar de forma adequada do ponto de vista dos pais. Esse modelo não parece ser muito promissor, mas o autor não dá outros exemplos de limites não-coercitivos.
- Sidman contribui com profissionais que visam mudanças comportamentais em instituições ao defender a necessidade de se mudar o comportamento dos indivíduos que compõem uma instituição para que então seja alterado o “comportamento institucional”.
- O capítulo 11 do livro mostra-se interessante para leigos e é importante para a Análise do Comportamento no sentido de desmistificar “doenças mentais”. Estudantes de Psicologia também são beneficiados, pois podem fazer uma nova leitura de comportamentos usualmente classificados como sintomas patológicos, dessa vez sob a ótica comportamental.
- Sidman defende a projeção como um comportamento de esquiva de autoconsciência. Será uma interpretação válida ou ele especula demais?
- Para Sidman, a consciência fracassou para manter a ordem social. Ele exemplifica que isso já ocorreu nos centros de terrorismo. Mas pode-se considerar que nesses centros, a consciência seria

outra, na medida em que essa é um fenômeno social. Na p. 206, o autor defende que a “moralidade deve basear-se em algo mais duradouro que controle coercitivo” e que “precisamos de um substituto para a consciência”. Talvez a posição dele seja de se substituir a consciência, enquanto entidade mental, por um planejamento de contingências.

- Por outro lado, quando explica a agressão vinda da coerção, Sidman (1995) parece pedir consciência para que não reajamos precipitadamente. Referindo-se ao conhecimento que se tem a partir das contribuições da Análise do Comportamento, afirma que “(...) a civilização não pode se dar ao luxo de reações automáticas e impensadas às pressões coercitivas” (p.224). Na p. 222, afirma que “a consciência de agressão induzida por punição poderia nos fazer parar toda vez que nos encontramos a ponto de infligir punição.
- Sidman analisa superficialmente as implicações e o papel da privação para a efetividade do reforçamento positivo.
- O autor defende a experimentação social e também uma forma de “coerção preventiva” para retirar armas da população que não as entrega por reforçamento positivo. Continuando sua análise, Sidman propõe a retirada de armas também de policiais. Estas proposições parecem de difícil sustentação, mas, de qualquer modo, mostram a defesa do uso coerção.
- Sidman contribui para trazer à discussão da Análise do Comportamento não só o controle aversivo, mas também questões sociais. Suas colocações podem ser relevantes para mostrar o potencial da análise dos princípios comportamentais na interpretação de relevantes problemas sociais.

APÊNDICE 2

APÊNDICE 2 – TEXTOS DE AUTORES SELECIONADOS EM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

PRELIMINAR, NO PASSO II

Arbuckle, J. L. & Lattal, K. A. (1987). A role for negative reinforcement omission in punishment? *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 48 (3), 407-416.

Balsam, P. D & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 16 (3), 283-296.

Bolsoni – Silva, A. T. & Maturano, E. M. (2004). Habilidades sociais educativas parentais e problemas de comportamento: algumas relações. In: M. Z. S. Brandão, F. C. S Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani, (Orgs). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: Esetec. (pp. 251-260).

Cameshi, C. E. & Todorov, J. C. (2003). Análise custo-benefício do reforço negativo em contingências de esquiva sinalizada. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19 (3), 279-285.

Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza et al, Trads.). 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Cordova, J. V. & Scott, R. L. (2001). Intimacy: a behavioral interpretation. *The behavior analyst*, 24 (1), 75-86.

Epstein, R. (1996). Should you punish your child? *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 255-266).

Epstein, R. (1996). The positive side effects of reinforcement. *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 247-253).

Gomide, P. I. C. & Weber, L. (2004). O comportamento moral e os estilos parentais. In: M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani (orgs). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: Esetec. (pp. 272-285).

Gomide, P. I. C. (2001). Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. In: M. L. Marinho (Org). *Psicologia clínica e da saúde*. Londrina: Ed. UEL; Granada: APICSA. (pp. 33-54).

Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain?. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3 (1), 495-509.

Hünziker, M. H. L. (2001). O desamparo aprendido e a análise funcional da depressão. In: D. R. Zamignani (Org). *Sobre Comportamento e Cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos*. Santo André: Esetec. (pp. 143-131).

- Leahy, R. L. (1981). Parental practices and the development of moral judgment and self-image disparity during adolescence. *Development Psychology*, 17 (5), 580-594.
- Lerman, D. C. & Iwata, B. A. (1996). Developing a technology for the use of operant extinction in clinical settings: an examination of basic and applied research. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 29 (3), 345-382.
- Lerman, D. C. & Vorndran, C. M. (2002). On the status of knowledge for using punishment: implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 431-464.
- Lipp, M. E. N. (2003). O modelo quadrifásico do stress. In: M. Lipp & M. E. Novaes (Orgs). *Mecanismos neuropsicofisiológicos do stress: teoria e aplicações clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (pp. 17-21).
- Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*. Extraído de <http://www.dickmalott.com>. em 10/06/05.
- Marinho, M. L. (2001). Subsídios ao terapeuta para análise e tratamento de problemas de comportamento em crianças: quebrando mitos. In: M. L. Marinho (Org). *Psicologia clínica e da saúde*. Londrina: Ed. UEL; Granada: APICSA. (pp. 03-32).
- Martinez, C. S. M. (2005). *Algumas contribuições ao debate do conceito e da utilização do controle aversivo*. Monografia de Especialização. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.
- Michael, J. (1975). Positive and negative reinforcement, a distinction that no longer necessary; or a better way talk about bad things. In: E. Ramp. & G. Semb (orgs.). *Behavior Analysis: Research and Application*. N.J: Englewood Cliffs. (pp. 33-44).
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. (A. A. Souza & D. Rezende, Trads.). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)
- Neto, M. B. C.; Rico, V. V.; Tobias, G. K. S.; Gouveia Jr, A. & Angerami, J. G. T. (2005) O jato de ar-quente como estímulo aversivo: efeitos da sua apresentação contingente e não-contingente em *Rattus Novergicus*. In: H. J. Guilhardi & N. C. Aguirre (Orgs), *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André: Esetec. (pp. 400-408).
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 1 (1), 1-14.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1975). *Tecnologia do ensino*. (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)

Skinner, B. F. (1977). *O mito da liberdade*. (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)

Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1 (1), 37-40.

APÊNDICE 3

APÊNDICE 3 – REFERÊNCIAS DOS TEXTOS QUE SUBSIDIARAM A DEFINIÇÃO DOS TEMAS SELECIONADOS NO PASSO III DA METODOLOGIA

- Balsam, P. D & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 16 (3), 283-296.
- Bolsoni – Silva, A. T. & Maturano, E. M. (2004). Habilidades sociais educativas parentais e problemas de comportamento: algumas relações. In: M. Z. S. Brandão, F. C. S Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani, (Orgs). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: Esetec. (pp. 251-260).
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza et al, Trads.). 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Cordova, J. V. & Scott, R. L. (2001). Intimacy: a behavioral interpretation. *The behavior analyst*, 24 (1), 75-86.
- Epstein, R. (1996). Should you punish your child? *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 255-266).
- Epstein, R. (1996). The positive side effects of reinforcement. *Cognition, Creativity and Behavior: selected essays*. London: Piager. (pp. 247-253).
- Gomide, P. I. C. & Weber, L. (2004). O comportamento moral e os estilos parentais. In: M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani (orgs). *Sobre Comportamento e Cognição*. Campinas: Esetec. (pp. 272-285).
- Gomide, P. I. C. (2001). Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. In: M. L. Marinho (Org). *Psicologia clínica e da saúde*. Londrina: Ed. UEL; Granada: APICSA. (pp. 33-54)
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain?. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3 (1), 495-509.
- Lerman, D. C. & Vorndran, C. M. (2002). On the status of knowledge for using punishment: implications for treating behavior disorders. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35 (4), 431-464.
- Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*. Extraído de <http://www.dickmalott.com>. em 10/06/05.
- Martinez, C. S. M. (2005). *Algumas contribuições ao debate do conceito e da utilização do controle aversivo*. Monografia de Especialização. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil.

- Michael, J. (1975). Positive and negative reinforcement, a distinction that no longer necessary; or a better way talk about bad things. In: E. Ramp. & G. Semb (orgs.). *Behavior Analysis: Research and Application*. N.J: Englewood Cliffs. (pp. 33-44).
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*.(A. A. Souza & D. Rezende, Trads.). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst, 1 (1)*, 1-14.
- Skinner, B. F. (1975). *Tecnologia do ensino*. (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e Edusp. (Originalmente publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1977). *O mito da liberdade*. (L. Goulart, & M. L. F. Goulart, Trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)
- Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva, 1 (1)*, 37-40.

APÊNDICE 4

APÊNDICE 4 – TEXTOS SELECIONADOS, NA BASE DE DADOS PSYCINFO, CONFORME CRITÉRIOS DEFINIDOS NO PASSO VI, PARA COMPLEMENTAR A DISCUSSÃO DOS TEMAS ABORDADOS NESTA PESQUISA

TEXTOS PRINCIPAIS

- Baron, A. & Galizio, M. (2005). Positive and negative reinforcement: should the distinction be preserved? *The Behavior Analyst*, 28 (1), 85-98.
- Chase, P. N. (2006). Teaching the distinction between positive and negative reinforcement. *The Behavior Analyst*, 29 (1), 113-115.
- Clemens, B; & Douglas, T.J. (2006). Does coercion drive firms to adopt ‘voluntary’ green initiatives? Relationships among coercion, superior firm resources, and voluntary green initiatives. *Journal of Business Research*, 59 (1), 483-491.
- Hineline, P. (2005). The several meanings of “positive”. *Journal of Organizational Behavior Management*, 24 (2), 55-66.
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain?. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3 (1), 495-509.
- Horner, R. (1990). Ideology, technology, and typical community settings: use of severe aversive stimuli. *American journal on mental retardation*, 95 (2), 166-168.
- Iwata, B.A. (2006). On the distinction between positive and negative reinforcement. *The behavior analyst*, 29 (1), 121-123.
- Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*. Extraído de <http://www.dickmalott.com>. em 10/06/05.
- Michael, J. (2006). Comment on Baron and Galizio (2005). *The behavior analyst*, 29 (1), 117-119.
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 1 (1), 1-14.
- Piazza, C.C; Hanley, G.P.; Fisher, W.W.; Ruyter, J.M. & Gulotta, C.S. (1998). On the establishing and reinforcing effects of termination of demands for destructive behavior maintained by positive and negative reinforcement. *Research in developmental disabilities*, 19(5), 395-407.
- Sidman, M. (2006). The distinction between positive and negative reinforcement: some additional considerations. *The behavior analyst*, 29(1), 135-139.

Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1 (1), 37-40.

TEXTOS SECUNDÁRIOS

Lattal, K. A. & Lattal, A. D. (2006). And yet...: further comments on distinguishing positive and negative reinforcement. *The behavior analyst*, 29 (1), 129-134.

McConnell, J.V. (1990). Negative reinforcement and positive punishment. *Teaching of Psychology*, 17(4), 247-249.

Murphy, G. (1993). The use of aversive stimuli in treatment: the issue of consent. *Journal of Intellectual Research*, 37 (1), 211-219.